

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

LUIGGI CAMPANY

AMEAÇAS HÍBRIDAS
E A SEGURANÇA MARÍTIMA DO SÉCULO XXI

Rio de Janeiro
2021

CMG (FN) LUIGGI CAMPANY

AMEAÇAS HÍBRIDAS
e a SEGURANÇA MARÍTIMA NO SÉCULO XXI

Tese apresentada à Escola de Guerra Naval,
como requisito parcial para a conclusão do
Curso de Política e Estratégias Marítimas.

Orientador: CMG (RM1) Claudio M. Jobim

Rio de Janeiro
2021

DEDICATÓRIA

Ao meu pai Roberto Silva de Oliveira (1938-2012), que com afeto e bom humor tantos ensinamentos me transmitiu.

AGRADECIMENTOS

À minha esposa, companheira, Professora Doutora Luciana, por todo carinho, incentivo e também orientações metodológicas para a realização da pesquisa de campo. E meus filhos Lucas, Júlia e Sophia, pela paciência, afeto e inspiração.

Ao meu orientador, Comandante Jobim, pelas orientações precisas correções e honestidade de propósito demonstrados, que contribuíram diretamente para o resultado desta Tese.

Também nesse trabalho e agradecimentos aos Capitães de Mar e Guerra Luiz Carlos Roth e Antonio José Neves de Souza, que compuseram a banca avaliadora e, fruto de suas ponderações e correções, cujas observações no enriqueceram as discussões e análises desta pesquisa.

Ao Contra-Almirante Wieland, em nome de quem agradeço a todo o Corpo Docente da EGN, e, em particular, aos professores do Curso de Política e Estratégias Marítimas, pela dedicação e excelência na condução das atividades, incentivo ao estudo e ao pensamento crítico. Suas contribuições me possibilitaram desenvolver muitas ideias e conceitos presentes nesta Tese.

Ao Contra-almirante (FN) Lage, Chefe naval e amigo, agradeço pelas orientações iniciais na definição do tema, pela cordialidade e transparência em compartilhar comigo parte de sua experiência nesse instigante tema, Guerras Híbridas.

Ao Contra-almirante (FN) Eduardo e Contra-Almirante Garriga, aos Comandantes do Centro Integrado de Segurança Marítimas, Centro de Tecnologias da Informação da Marinha, Colaboradores do ICM-Bio, SPA e IBAMA, em especial ao Sr. Caio Marques, pelas colaborações a este trabalho.

Aos companheiros da turma do Curso de Política e Estratégia Marítimas do ano de 2021, com quem compartilhamos momentos de aprendizado profissional e camaradagem.

Ao dileto amigo Elton Delarmelina com quem tive o privilégio de compartilhar inicialmente minhas percepções e conceitos, além de toda a ajuda e apoio.

RESUMO

Esta Tese tem como objetivo avaliar a aplicabilidade da estrutura analítica de combate à guerra híbrida desenvolvida pelo Projeto Multinacional para o Desenvolvimento de Capacidades (MCDC) em proveito da segurança marítima. A tomada de consciência marítima, no Brasil, associada ao crescimento do comércio exterior, às descobertas de vastas reservas de petróleo e gás no mar e à necessidade premente de preservação do meio ambiente marinho consequentemente demandam o fortalecimento das condições de segurança marítimas. Nesse particular, surgem as ameaças híbridas entendidas como o ataque a vulnerabilidades de uma sociedade por meio do emprego combinado de meios não militares, de forma violenta, desvirtuados para infringir danos. Assim, consciente da existência de lacunas para perceber e combater esse desafio, é mister aprofundar os conhecimentos sobre esse assunto e suas influências no poder marítimo. Para tanto, realiza uma revisão de literatura complementada com a realização de uma pesquisa de campo, que compreendeu a distribuição de questionários eletrônicos respondidos por agentes que atuam no combate às ameaças no mar e com entrevistas semiestruturadas com autoridades que participaram da resposta ao crime ambiental de poluição que contaminou centenas de praias brasileiras em 2019. A análise foi enriquecida com aspectos da teoria da complexidade, trazidas a partir da compreensão russa sobre o fenômeno das guerras híbridas e das reflexões obtidas na análise dos dados. Concluímos pela validade da estrutura de combate à guerra híbrida a ser utilizada em proveito da segurança marítima. Além disso, identificamos limitações, particularmente, a necessidade de incluir a dimensão afetiva presente nas interações humanas, e que é explorada pelos operadores da guerra híbrida. Dessa forma, este trabalho apresenta recomendações para aprimorar a capacidade institucional de enfrentamento das ameaças híbridas, partindo do modelo estudado, acrescido de medidas ligadas à interdisciplinaridade necessária à compreensão do desafio, quais sejam o fortalecimento da capacidade de assuntos civis, a necessidade de revisão nos programas de educação e treinamento de líderes, incluindo as ciências humanas, bem como a necessidade de aprofundar estudos sobre esse tema.

Palavras-chaves: Ameaças Híbridas, Guerra Híbrida, Segurança Marítima, Poder Marítimo e Desinformação.

ABSTRACT

This dissertation aims to discuss the applicability of the Multination Capability Development Campaign (MCDC) countering hybrid warfare framework for dealing with maritime hybrid threats. Such threats are defined as a combination of a wide range of non-violent means to target vulnerabilities across the whole of society, to undermine the functioning, cohesion, or will of their targets. An increase in maritime awareness in Brazil, associated with the discoveries of large oil and gas reserves at sea, the growth of foreign trade, and the marine environment stress consequently demand the strengthening of security conditions. Thus, aware of the existence of gaps in understanding and fighting those threats, is evident the need to investigate this problem. Therefore, we conducted a bibliographic review followed by a field survey, which included the distribution of electronic questionnaires answered by agents who work to combat threats at sea and with semi-structured interviews with authorities who participated in the response to the environmental crime of pollution that contaminated hundreds of Brazilian beaches in 2019. The analysis was enriched with aspects of complexity theory, brought from the Russian understanding of the phenomenon of hybrid warfare and the reflections obtained in the data analysis. We conclude that the MCDC countering hybrid warfare framework is suitable to be used for the benefit of Brazilian maritime security. Furthermore, we identified limitations regarding the need to include the affective dimension present in human interactions, which is explored by hybrid warfare operators. In this way, it presents recommendations to improve the institutional capacity to face hybrid threats as the strengthen of civil affairs capability, the review of the military leader's education and training programs, plus the need to deepen studies regarding those matters.

Keywords: Hybrid Threats, Hybrid War, Maritime Security, Sea Power and Disinformation.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Ameaças Híbridas e Guerra Híbrida separadas no Continuum de Conflitos.	25
Figura 2 – Diferenças entre a Guerra Convencional e Irregular na Trindade de Clausewitz.	29
Figura 3 – Visualizando o framework de combate à guerra híbrida.....	38
Figura 4 – Escalada horizontal e vertical da guerra híbrida.	42
Quadro 1 – Comparativo de ferramentas usadas pelo Estado para influência	46
Gráfico 1 – Percepção Estatística da Ocorrência de Ameaças ao Poder Marítimo	65
Gráfico 2 – Estatísticas da percepção da capacidade de detecção das ameaças.	66
Gráfico 3 – Estatísticas da percepção da capacidade de comunicação de penalidades a infratores	69
Gráfico 4 – Quantificação da percepção quanto aos custos aplicados a criminosos ou contraventores.	70

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIS-	<i>Automatic Identification System</i>
ANP-	Agência Nacional de Petróleo
ANE-	Ator(es) não estatal(is)
EUA -	Estados Unidos da América
GAA-	Grupo de Acompanhamento e Avaliação
Hybrid COE -	<i>European Centre of Excellence for Countering Hybrid Threats</i>
IBAMA-	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis
MB -	Marinha do Brasil
MCDC -	<i>Multinational Capability Development Campaign</i>
CHW -	<i>Countering Hybrid Warfare</i>
ITOPF -	<i>International Tanker Owners Pollution Federation</i>
MPECI -	Militar, Político, Econômico, Civil e Informacional
MAPA -	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
NBQR -	Nuclear, Biológico, Químico e Radiológico
OIG -	Organização Intergovernamental
ONG -	Organização Não Governamental
OSC -	Organizações da Sociedade Civil
OTAN -	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PCC-	Partido Comunista Chinês
PMESII -	Político, Militar, Econômico, Social, Informacional e de Infraestrutura
PNC -	Plano Nacional de Contingência
SisGAAz -	Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul
SOLAS -	<i>Safety of Life at Sea</i>
SPA -	Secretaria de Pesca e Aquicultura
SUA -	<i>Suppression of Unlawful Acts against the Safety of Maritime Navigation</i>
UE -	União Europeia
UK -	<i>United Kingdom</i>
USMC -	<i>United States Marine Corps</i>
ZEE-	Zona Econômica Exclusiva

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
2	AMEAÇAS HÍBRIDAS E AS GUERRAS HÍBRIDAS	21
2.1	Principais Conceitos	27
2.2	A perspectiva da Federação Russa	33
2.3	O <i>Framework</i> de Combate à Guerra Híbrida	38
2.3.1	A Definição de Objetivos e o Estabelecimento de Indicadores e Linhas Base	39
2.3.2	A Detecção das Ameaças Híbridas.....	40
2.3.3	A Dissuasão de Potenciais Agressores	42
2.3.4	A Resposta às ameaças híbridas	45
2.3.5	Implementando o Framework.....	46
3	O PODER MARÍTIMO E A SEGURANÇA MARÍTIMA	48
3.1	O Poder Marítimo e a Marinha do Brasil	48
3.2	A Segurança Marítima.....	50
3.3	Vulnerabilidades e o Poder.....	52
3.4	Os Riscos e a Quantificação das Ameaças	54
3.5	Atributos do Mar e Amazonia Azul Brasileira.....	56
3.6	Ameaças Híbridas ao Poder Marítimo.....	60
4	ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA E DISCUSSÃO	63
4.1	Análise de Resultados dos Questionários.....	65
4.2	A resposta às ameaças híbridas e a análise das Entrevistas.....	72
4.3	Além da linearidade: agregando a teoria da complexidade à análise	83

4.4	Estamos em Guerra?	90
5	CONCLUSÃO	93
	REFERÊNCIAS	98
	APÊNDICES.....	106

1 INTRODUÇÃO

As mudanças advindas da revolução digital, que conectaram a sociedade de forma sem precedentes, associada à globalização e aos acelerados avanços tecnológicos têm proporcionado à humanidade, no início do século XXI, desfrutar de inúmeras possibilidades. Neste cenário, de um mundo com fronteiras mais abertas, comunicação imediata, progressos na área saúde, que não só aumentam a expectativa de vida das pessoas, como melhoram a sua qualidade.

Contudo, o contexto atual traz consigo diversas fragilidades e desafios. Se por um lado, a sociedade cada vez mais digitalizada e conectada oportuniza a aproximação das pessoas de todo o mundo, ela também aumenta a vulnerabilidade a crimes cibernéticos e cria condições para a proliferação de notícias falsas, o que confunde as pessoas e gera instabilidades sociais. A globalização, que permitiu a intensificação do comércio mundial, também causa maior interdependência entre os estados, gerando vulnerabilidades à cadeia logística.

Até mesmo a tecnologia, com incontáveis contribuições para o progresso da civilização, possui múltiplos riscos associados. Destaca-se a inteligência artificial, que ao mesmo tempo em que é capaz de otimizar processos repetitivos de produção e comparar uma miríade de dados disponíveis para a solução de problemas complexos, também pode ser usada para influenciar nas tomadas de decisão e nos comportamentos dos usuários de redes sociais, o que se reflete desde as escolhas de compra até o resultado de processos eleitorais.

Modificando-se em conjunto com esse contexto, a ‘arte da guerra’ também passou a incorporar novas possibilidades, expandindo as hostilidades para além do ambiente físico, passando a incluir as dimensões informacional e humana, potencializada pela digitalização da sociedade e pela globalização.

Caracteriza-se assim, uma nova forma de emprego da violência, que combina ataques no ambiente físico, seja por armas militares convencionais, ou por meio de ações criminosas e irregulares, com medidas ofensivas nos campos político, econômico, civil e informacional, contra vulnerabilidades observadas nas sociedades para obtenção de resultados que atendam aos interesses políticos ou econômicos do agressor.

Tais características descrevem o que se conhece como “guerras híbridas”. Trata-se

de um conceito criado pelo pesquisador Frank Hoffman, em 2007, a partir da análise de conflitos do início do século XXI. A expressão tornou-se popular a partir do êxito na anexação da Península da Criméia e da cidade de Sebastopol por parte da Federação Russa, em 2014, após uma crise iniciada em 2013, na região. Esta situação rapidamente evoluiu para um conflito armado não internacional, no qual o Kremlin negou envolvimento direto.

No contexto das guerras híbridas, surgem as ameaças híbridas, objeto de estudo desta Tese, que se constituem em uma combinação de dois ou mais meios violentos não tradicionais contra um determinado alvo. Embora priorizem a utilização de ferramentas não militares, geram impactos significativos nas sociedades afetadas que, por vezes, correspondentes aos de uma agressão militar. Dentre esses, incluem-se os ataques cibernéticos, a desinformação, as sabotagens, o patrocínio a organizações criminosas ou terroristas, o *lawfare*¹, a exploração de vulnerabilidades econômicas e até a corrupção de agentes públicos.

Por tudo isso, as ameaças híbridas constituem-se num grave desafio do século atual, motivo pelo qual têm sido estudadas por analistas e estrategistas. Neste sentido, devido ao fato de a compreensão e percepção desse fenômeno ser tão recente, identificamos um problema, ou questão central, a ser respondida nesta pesquisa: como a Marinha do Brasil deve se preparar para lidar com as ameaças híbridas ao Poder Marítimo?

Para responder a essa pergunta, este trabalho investigará as principais características das ameaças híbridas e da guerra híbrida e seus possíveis impactos no Poder Marítimo brasileiro. Particularmente, serão analisadas as propostas de combate a guerra híbrida, formuladas pelo *Multinational Capability Development Campaign*² (MCDC), *Countering Hybrid Warfare*³ (CHW) *Project*. Esse órgão foi criado pela OTAN para ajudar os seus membros a compreender e a desenvolver capacidades necessárias ao enfrentamento desse desafio.

¹ *Lawfare* é a manipulação de leis e distorção de procedimentos legais realizada para atingir um oponente. Por meio da junção das palavras inglesas *law* (lei) e *warfare* (guerra), como sugerem os significados, trata-se do uso das leis como arma e estratégia de guerra para se atingir um objetivo político ou econômico.

² Campanha Multinacional de Desenvolvimento de Capacidades (tradução do autor)

³ Combate à Guerra Híbrida (tradução do autor)

Tais propostas, foram consolidadas pelo MCDC, em um *framework*⁴ para o combate à guerra híbrida, que contém orientações gerais para enfrentá-la, a partir de conceitos já consagrados. Essa estrutura, em princípio, também pode ser aplicada no enfrentamento das ameaças híbridas, se consideramos que estas correspondem a manifestações da guerra híbrida. Assim, a pesquisa desenvolvida nesta tese teve como objetivo analisar a aplicabilidade do *framework* de combate à guerra híbrida, proposto pelo MCDC, em proveito da segurança marítima.

Dessa forma, as conclusões obtidas poderão ser aproveitadas pela Instituição, por meio da ampliação do entendimento do fenômeno da guerra híbrida e seus impactos no Poder Marítimo. Os dados coletados nos permitirão formular propostas para o aprimoramento institucional, sobretudo nas áreas de organização, ensino e doutrina.

A relevância deste estudo vincula-se às responsabilidades afetas à Marinha do Brasil no que concerne à segurança marítima diante da pela gravidade representada pelo problema. Estão implicados nesse processo a segurança do transporte aquaviário e da proteção de ativos no mar e nas águas interiores, que demandam a necessidade de cooperação com diversos órgãos na prevenção de riscos ao ambiente marítimo. Com isso, a aplicabilidade desse *framework* na proteção contra as ameaças híbridas marítimas tem particular interesse para essa Instituição.

O despertar para importância que o mar representa para o país tem motivado o incremento das discussões em relação à segurança das atividades ali realizadas. Dentre estas destacam-se o aumento das atividades de exploração de recursos do mar, particularmente de petróleo e gás no polígono do Pré-sal⁵ e o crescimento das atividades comerciais brasileiras,

⁴ Optou-se pela manutenção do original em inglês para permitir a consulta aos trabalhos originais do MCDC. A tradução para a correspondente em português é estrutura, ou modelo esquemático.

⁵ Pré-sal é uma camada profunda do solo, composta de rochas e petróleo, situada entre cinco a sete mil metros abaixo da superfície do mar. É alcançada por meio de tecnologia desenvolvida no país que permitem as perfurações do leito dos oceanos bastante complexas, que ultrapassam a profundidade a camada de sal. PETROBRAS. *Pré-Sal*. Disponível em < <https://petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/areas-de-atuacao/exploracao-e-producao-de-petroleo-e-gas/pre-sal/>>. Acesso em 17/08/2021.

para as quais os portos representam o ponto de convergência dos meios de transporte, por onde circulam mais de 90% de seu comércio exterior.

No Brasil, o lançamento de óleo bruto no mar ocorrido no terceiro trimestre de 2019, que contaminou centenas de quilômetros de praias, corais e manguezais do Nordeste Brasileiro, afetando parte da região Sudeste, de certa forma, impulsionaram a conscientização para a gravidade do problema. O relatório divulgado pela Marinha, contendo a análise do incidente, indica a preocupação com a guerra híbrida o que reforça a relevância do tema.

Para atingir o objetivo proposto, o trabalho foi desenvolvido por meio de pesquisa qualitativa, apoiada na metodologia monográfica, segundo a qual o estudo aprofundado de um assunto permite ao pesquisador identificar regras gerais aplicáveis a casos semelhantes (MARCONI; LAKATOS 2017).

Este trabalho teve início a partir de uma revisão de literatura, onde buscou-se uma contextualização histórica da evolução dos conceitos explorados e as nuances que permeiam da teoria de guerra híbrida.

Esse processo foi complementado com uma pesquisa de campo, iniciada com uma fase exploratória, em visita ao Centro Integrado de Segurança Marítima, Comando Naval de Operações Especiais e ao Porto de Santos. Em seguida, foi realizada a aplicação de um questionário autorrespondido, por meio eletrônico, cujo objetivo era avaliar as percepções dos servidores civis e militares que atuam diretamente no enfrentamento das ameaças marítimas.

O instrumento de pesquisa permitiu a verificação da compatibilidade entre as atividades propostas pelo MCDC com as realizadas pelos setores que lidam com as ameaças ao Poder Marítimo. Ele foi respondido por 65 servidores de diversas instituições, dentre elas o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA), Secretaria de Pesca e Aquicultura (SPA), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICM Bio), Polícia Federal, além da Marinha do Brasil.

Considerando as responsabilidades e o relacionamento com o poder marítimo, ao IBAMA cabe o policiamento ambiental, atuando contra crimes ambientais, notadamente poluição marítima e importação de produtos potencialmente contaminantes. O ICM Bio é responsável por implementar e fiscalizar políticas públicas ambientais. A Polícia Federal atua como polícia marítima contra delitos transfronteiriços, crimes eletrônicos e cibernéticos.

Com a intenção de comparar as atividades de resposta preconizadas no *framework*

estudado, com as medidas implementadas pela Instituição durante a crise desencadeada pelo incidente de vazamento de óleo no mar de 2019, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com oficiais que exerceram cargos de protagonismo naquela ocasião. Tais pesquisas, somadas à análise documental, contribuirão com os resultados da análise.

Esta Tese é composta por cinco capítulos, contando com a presente introdução e apresentados na sequência. Em seu conjunto, buscarão explicitar o encadeamento dos temas pesquisados e sua contribuição para o objetivo formulado.

Dessa forma, o capítulo dois, por meio de revisão de literatura, buscará aprofundar os principais conceitos que contribuirão para consolidar a teoria de guerra híbrida e suas principais nuances, além do *framework* de combate à guerra híbrida proposto pelo MCDC.

No capítulo seguinte, serão identificados os conceitos de Poder Marítimo, associando-o com os de vulnerabilidade e poder efetivo, a luz da economia política. As discussões sobre segurança marítima e suas vertentes também serão ampliadas nesse momento, para, por fim, investigar as ameaças híbridas ao poder marítimo.

O quarto capítulo será dedicado à análise da pesquisa de campo e seus desdobramentos. O capítulo atenderá à proposição de “validar a aplicabilidade do *framework* de combate à guerra híbrida, em proveito da segurança marítima.” Também serão destacadas as principais conclusões advindas dessa análise.

Por fim, será apresentada a conclusão do trabalho, contendo os principais elementos e considerações relevantes da pesquisa.

2 NUANCES DA GUERRA HÍBRIDA: AMEAÇAS E CONFLITOS HÍBRIDOS

Ao iniciar o exame da literatura referente às ameaças híbridas, devido ao fato de ser um conceito novo e ainda controverso, a pesquisa deparou-se com um obstáculo inicial, qual seja, a falta de consenso acadêmico para a sua conceituação. Além disso, constatou a utilização de outro termo similar, a guerra híbrida. Soma-se a isso o fato de tais conceitos terem sido precedidos por uma plêiade de termos associados às guerras do século XXI, tais como novas ameaças, guerras assimétricas, irregulares, não convencionais, não lineares, guerras de quarta geração.

Tais constatações, segundo Whiter (2016) expressam a dificuldade encontrada pelos analistas e estrategistas ao estudarem os conflitos da atualidade, cuja complexidade é crescente. Entretanto, ele considera que híbrido é o termo que melhor descreve esses conflitos, além de ser o mais popular.

Em que pese a dificuldade assinalada, as conclusões obtidas na análise do material coletado permitiram-nos ampliar o entendimento desse novo tipo de ameaças e dos conceitos a ela associados. Ademais, a pesquisa foi favorecida pelos esforços já realizados pela Campanha Multinacional de Desenvolvimento de Capacidades (MCDC⁶) de estudar a guerra híbrida e de fornecer um modelo esquemático para seu enfrentamento.

Como dito, há dois termos bastante utilizados e intrinsecamente associados, são eles guerras híbridas e ameaças híbridas. O primeiro conceito, de guerras híbridas, foi inicialmente formulado na língua inglesa como *hybrid warfare*. A diferença sutil entre os significados de *war* e *warfare* é percebida por Rodrigues (2021) como fundamental para compreender o conceito de guerra híbrida, pois as duas expressões inglesas são traduzidas para o português como guerra. Assim, *warfare* está ligada a forma de operacionalizar a guerra, enquanto *war* expressa guerra na sua forma mais totalizante, uma luta armada entre estados, grupos étnicos

⁶ Sigla oriunda do original em inglês. O *Multinational Capabilities Development Campaign* é um esforço coordenado pela OTAN para auxiliar os países membros no entendimento da guerra híbrida e na construção de capacidades para combatê-la

ou outros grupos de tamanho considerável. Por isso, guerra híbrida refere-se a uma nova forma de se fazer guerra.

Cabe ressaltar que o MDCD (2019) considera apropriado o uso do termo *warfare* mesmo nos casos em que não ocorra o emprego de forças armadas num ataque, pois considera a natureza hostil, grave e persistente do desafio. Também entende que, na guerra híbrida, o agressor é capaz de causar efeitos e resultados na sociedade que correspondem aos de uma guerra convencional ou de criar as pré-condições para uma ação militar convencional no futuro.

Soma-se a essa discussão os questionamentos acerca do que vem a ser de fato caracterizado uma guerra. Ataques terroristas, instabilidades sociais e atividades de insurgência, em princípio, não seriam caracterizadas como uma guerra, em seu estrito senso, mas tampouco podem significar uma situação de paz (HOFFMAN, 2015; 2018).

Para Frank Hoffman (2015; 2018), um dos pesquisadores líderes nesse assunto, ante a dificuldade de categorizar os diversos conflitos observados na atualidade a partir de uma perspectiva exclusivamente binária de guerra (como a percebemos) e paz, entende que há uma ‘zona cinzenta’, situada abaixo de um limiar que caracteriza um conflito armado não internacional, ou até mesmo um conflito interestatal. Nessa zona cinzenta ocorrem atos violentos e ataques utilizando formas não convencionais para obter resultados políticos e econômicos específicos. O problema ocorre com a incapacidade dos órgãos de defesa e estrategistas de perceberem essa nova realidade como atos de guerra.

Esse é o caso da guerra híbrida, uma nova forma combativa que explora a ambiguidade, ou seja, utiliza-se ao mesmo tempo de meios não convencionais em conjunto com meios tradicionais de uso da força, para causar dúvidas quanto a caracterização de uma agressão ou não, e obter os resultados desejados. Trata-se de uma nova forma prolongada, crônica de infringir danos e violência para se atingir os objetivos políticos, territoriais ou econômicos (HOFFMAN, 2015; MDCD, 2019).

Por isso, as discussões que envolvem a compreensão do que é uma guerra híbrida vão além da utilidade acadêmica. A maneira como esse termo é definido e compreendido por uma sociedade irá impactar no tratamento dado ao problema e na forma como será enfrentado (WHITER, 2016).

Por exemplo, Savolainen *et al.* (2019) ao analisarem as ameaças híbridas ao poder marítimo consideram que, uma vez que seja possível caracterizar a agressão de um estado a

outro, no mar, este poderá ser considerado um beligerante e além do previsto na Convenção das Nações Unidas para as Leis do Mar (UNCLOS), passam a vigorar as medidas previstas pelo Direito Internacional Humanitário.

Diante disso, a proposta do MCDC (2019) de oferecer um entendimento comum acerca da conceituação da guerra híbrida possui grande utilidade. Sua grande inovação é a utilização de atividades criminosas nos seus ataques, empregando ainda, além dos tradicionais meios de uso da força, os militares, outros heterodoxos para atingir os fins desejados (HOFFMAN, 2007; MCDC, 2019).

Para o entendimento da guerra híbrida, Cullen e Reichborn-Kjennerud (2017) procuraram descrever as suas características, ante as dificuldades de se chegar a um consenso para uma definição desse termo. São entendidas como emprego sinérgico e combinado de múltiplas ações violentas, perpetradas por atores estatais ou não estatais, nas expressões de poder militar, político, econômico, civil e informacional (MPECI) contra vulnerabilidades identificadas em uma sociedade, a fim de obter resultados não-lineares.

A não linearidade caracteriza-se pela dificuldade de discernir as causas dos efeitos, por meio de um processo dedutivo, considerando uma cadeia de eventos. Por exemplo, os efeitos são não lineares quanto a ação A gera um efeito B, em um determinado contexto, mas mudando-se o contexto, os efeitos são diferentes (CULLEN; REICHBORN-KJENNERUD, 2017).

Essa descrição, como se percebe, refere-se mais à forma de combater, ao conceito de *warfare*. Essa palavra, assim como *war*, é traduzida no português como guerra. Todavia, uma guerra híbrida, no estrito senso, pressupõe as condições que caracterizam uma guerra, que na acepção está ligada a um conflito armado, seja ela internacional ou um conflito armado não internacional⁷. Esse entendimento também é observado por Hoffman (2007), que entende que

⁷ O direito internacional humanitário considera que os conflitos armados internacionais existem quando as forças armadas de dois ou mais estados entram em confronto. Os conflitos armados não internacionais (CANI) são confrontos armados de caráter prolongado, que ocorrem entre forças armadas governamentais e forças de um ou mais grupos armados, ou entre esses grupos. Precisam satisfazer algumas condições como um patamar

as contendas são híbridas por combinarem táticas convencionais e irregulares ao mesmo tempo, utilizando meios não militares, além dos meios convencionais, para atacar e atingir seus objetivos. Tal entendimento será melhor explorado posteriormente.

Depois de abordar o conceito de guerras híbridas, é necessário compreender as nuances acerca do termo ameaças híbridas. Nesse caso, constata-se um esforço inicial do Comando de Operações Navais da Marinha do Brasil, de apresentar um entendimento comum do termo. Para o qual as ameaças híbridas foram definidas como o

emprego sob medida, por ator oponente, de múltiplos instrumentos, militares ou não, como operações psicológicas, ataques cibernéticos, pirataria, ações terroristas, propaganda, contrapropaganda, desinformação, ações econômicas, crimes ambientais, interferências nas comunicações, ações de forças regulares e irregulares contra infraestruturas críticas, ataques nucleares, biológicos, químicos ou radiológicos, bem como outras atividades criminosas ou subversivas de naturezas diversas, combinando ações simétricas e assimétricas, com seu efeito sinérgico, podendo atuar em ambientes físicos ou não, particularmente informacional, direcionados a vulnerabilidades específicas do alvo, visando a atingir os efeitos desejados pelo agressor e, normalmente, a partir de desestabilização, medo e incerteza, gerados na sociedade como um todo ou em parte dela (BRASIL 2020a, p.2).

A descrição apresentada assemelha-se à da descrição de guerra híbrida proposta por Cullen e Reichborn-Kjennerud (2017), com a diferença de que a Marinha foi além, exemplificando as ações empregadas. Nota-se que, nesse caso, a ênfase dada foi ao emprego de múltiplos instrumentos para atacar vulnerabilidades de uma sociedade.

Para entender com clareza a separação entre os conceitos de guerra e ameaças híbridas, recorreremos ao entendimento de Monaghan (2019). Segundo o qual, na medida que o termo ameaça híbrida foi sendo utilizado, passou a ter significado próprio. Para ele as ameaças híbridas seriam empregadas, no ambiente internacional competitivo, e consistem na

mínimo de intensidade, um certo grau de organização dos grupos armados, bem como o controle de parte do território (CICV, 2008).

combinação de múltiplos instrumentos heterodoxos⁸ combativos contra um determinado alvo, a fim de reduzir sua operacionalidade, coesão ou vontade. Os atores empregariam essas ameaças para atingirem seus objetivos, sem intenção de desencadear uma resposta militar decisiva.

Nesse caso, é importante ressaltar que, inicialmente, as ameaças híbridas não empregariam meios militares convencionais em seus ataques. Além disso, são ações que não caracterizam um conflito armado ou são empregadas fora de uma situação de conflito. Contudo, utilizam a estratégia da guerra híbrida, ao combinarem múltiplos instrumentos MPECI contra vulnerabilidades (MONAGHAN, 2019).

Em contraste, a guerra híbrida, no estrito senso, assume a forma de um conflito armado de complexidade crescente, no qual os adversários combinariam variadas formas de guerra e com meios heterodoxos para a neutralização do poder militar adversário. A FIG. 1 representa os dois conceitos posicionados no *continuum* de conflitos, separando-as em termos de intensidade e probabilidade de ocorrência (MONAGHAN, 2019).

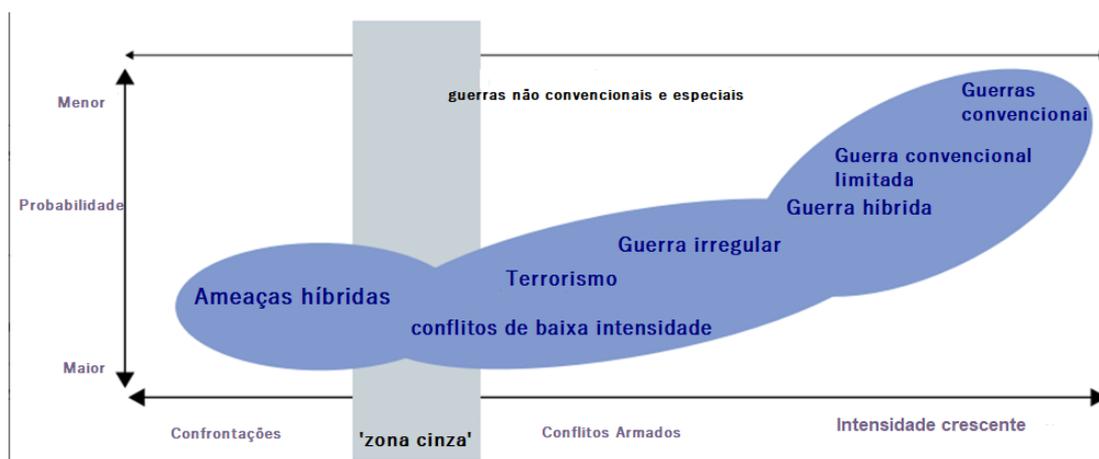


Figura 1 - Ameaças Híbridas e Guerra Híbrida separadas no Continuum de Conflitos.

Fonte: MONAGHAN, 2019 p. 4, tradução do autor.

⁸ Aqui preferimos usar a expressão utilizada por Reis Friede (2018) de ‘meios heterodoxos’, em vez de meios não violentos, proposta por Monaghan (2019). Entendemos que heterodoxos é mais preciso, pois tais meios são empregados para gerar danos. Assim, o termo expressa aqueles inicialmente não vocacionados para a violência, como as leis (desvirtuando-se em *lawfare*), medidas econômicas (incluindo a corrupção e chantagem), ou mesmo a mobilização social para criar protestos violentos ou imigração em massa.

Realmente, em publicações atuais, a exemplo do *Introducing the Integrated Operating Concepts*, do Reino Unido, fica explícita a percepção de um estado de competição internacional onde seus adversários procuram desafiar a sua posição estratégica, em regiões importantes do globo, usando a estratégia de vencer sem a necessidade de lutar (REINO UNIDO, 2020).

Concordando com esse entendimento, Aukia (2021) analisa o emprego de atores não estatais chineses como *proxies*⁹ do Partido Comunista Chines (PCC) dentro e fora da China. Ele conclui que isso constitui-se numa ameaça híbrida desencadeada pelo Governo da China para obter vantagens competitivas e políticas, bem como para apoiar o pensamento estratégico do PCC.

Com isso, para prover maior clareza conceitual ante a ambiguidade representada pelo termo guerra, que no português pode corresponder tanto a *war* quanto a *warfare*, será dada preferência ao uso do termo conflitos armados híbridos, nesta Tese. Assim, os conflitos híbridos são aqueles onde se empregam formas variadas de instrumentos heterodoxos combinados com meios militares, técnicas convencionais e irregulares, para neutralizar o poder militar inimigo e atingir objetivos políticos, territoriais ou econômicos específicos.

Finalizando as discussões iniciais, considerando a definição do conceito de guerra híbrida, combinado com a percepção de um *continuum* de conflitos, proposto por HOFFMAN (2015;2018), que prevê diversos estados que vão desde a zona cinza até as formas mais violentas, entende-se como guerra híbrida um estado perene de guerra que materializa uma nova forma empregar a violência combinando variados meios e instrumentos em diferentes

⁹ Proxy é um termo que na informática tem o significado de intermediário. De acordo com o site Techtudo, proxy é um servidor que atua como intermediário entre o cliente e o serviço desejado, e permite ao cliente ocultar a sua identidade, assim os proxies permitem que usuários naveguem de forma anônima, preservando sua privacidade. Como referência à informática, o uso de proxies, permite ao ator estatal interferir em outros países de forma oculta. Proxies na informática disponível em:<

expressões de poder. Entre as manifestações dessa nova realidade, estão as ameaças híbridas, que ocorrem sem caracterizar um conflito armado. Por outro lado, os conflitos armados híbridos são manifestações mais violentas e aparentes, mais próximas ao que se chama de guerra, na acepção mais conhecida do termo, particularmente no ocidente.

2.1 Principais Conceitos

O pensamento militar, particularmente a sua maneira de compreender o fenômeno da guerra, foi fortemente influenciado pela obra de Clausewitz (1984, p.70), para o qual “a guerra nada mais é que a continuação da política com outros meios”. Ele compara a guerra a um duelo, onde o vencedor, depois de desarmar seu oponente, impõe-lhe sua vontade. Assim, a guerra busca a destruição das forças militares do inimigo, para então, impor a vontade política do vencedor (CLAUSEWITZ, 1874).

A ênfase de Clausewitz (1874) estava no combate como a forma de destruição do poder militar do inimigo. Para ele, era necessário um combate decisivo, seguido da ocupação física do território, para que o governante não pudesse posteriormente organizar uma nova força. Mas a vitória decisiva somente era declarada quando vontade de lutar do inimigo também fosse subjugada. Essa forma direta de abordagem, da ênfase no poder militar para o atingimento do objetivo político era a sua prioritária.

No entanto, a guerra híbrida aproxima-se mais de outra possibilidade, também estudada por Clausewitz (1874), que considerava a estratégia do mais fraco para o mais forte. Tal possibilidade é baseada no desgaste do oponente, uma alternativa que esse estrategista considerava mais política do que militar. Nesse caso, buscar-se-ia uma gradual exaustão física e moral das forças inimigas por meio da longa duração da contenda. No século XX, esta seria a opção adotada por líderes revolucionários como Mao-Tse Tung na China e Ho-Chi-Min no Vietnã.

Um dos críticos de sua obra, Liddell Hart destaca a fragilidade de sua reiterada ênfase na batalha e a definição de estratégia que só incluía meios militares, ignorando fatores navais e econômicos (HOWARD, 1984 in CLAUSEWITZ, 1984). Nesse sentido, a guerra híbrida amplia a atuação para além dos fatores previstos por Hart, pois busca a combinação de

medidas políticas, econômicas, utilização organizações como *proxies* e atividades criminosas, além das militares para atingir aos fins políticos.

Outra contribuição de Liddel Hart à guerra híbrida é a estratégia de aproximação indireta. A qual defende a necessidade de aproximar-se do alvo por métodos inesperados que contrariem a expectativa natural do oponente em relação ao ataque. Com isso, é possível perturbá-lo física e psicologicamente. Nesse sentido, a imprevisibilidade e a surpresa passam a desempenhar um papel importante na estratégia pois a cada vez que se tenta entender o que está acontecendo para então decidir e agir, novas ações acontecem, inesperadamente, levando os decisores a um colapso psicológico (KORYBKO, 2018).

A estratégia de ação indireta também é utilizada na guerra irregular. Nessas guerras, deixam de ser importante a ocupação de um território específico. Tampouco são planejados combates diretos contra as forças inimigas, devido a assimetria de forças. Por outro lado, o esforço está nas ações direcionadas à população, a fim de corromper seu apoio ao Governo, atingindo, assim, os fins políticos. Para tanto, são priorizadas ações nas dimensões política, econômica e social e menos no campo militar (EUA, 2008).

Como vantagens, a ação indireta coloca o oponente em posição defensiva, desgastando-o. O governo que combate a guerra irregular é penalizado dispendendo recursos em diversos locais, protegendo-os de possíveis ataques. Com isso, é impedido de utilizá-los em outras áreas. Além dessas vantagens táticas, estrategicamente pode haver restrições que impeçam uma parte de lançar hostilidades de forma direta contra a outra (KORYBKO, 2018).

A FIG. 2 compara a estratégia direta com a estratégia indireta, a partir da trindade de Clausewitz (1874), composta por o Governo, a População e Militares. Didaticamente, evidencia a ênfase na derrota militar, utilizada pela guerra convencional, comparando-a com a ênfase na desestabilização e cooptação da população, na guerra irregular. As duas abordagens desejam, ao final, influenciar as decisões políticas.

Cabe ressaltar as diferenças entre os conceitos de guerra não convencional e guerra irregular, presentes na literatura consultada. As guerras irregulares são desencadeadas por um antagonista que, embora armado, não é uma força militar convencional, aí incluem-se grupos terroristas, guerrilheiros ou mesmo forças especiais (forças militares de emprego não convencional). Além disso são assimétricas, pois há uma grande diferença de poder militar (pessoal e equipamentos) entre seus oponentes (NAIM, 2013).

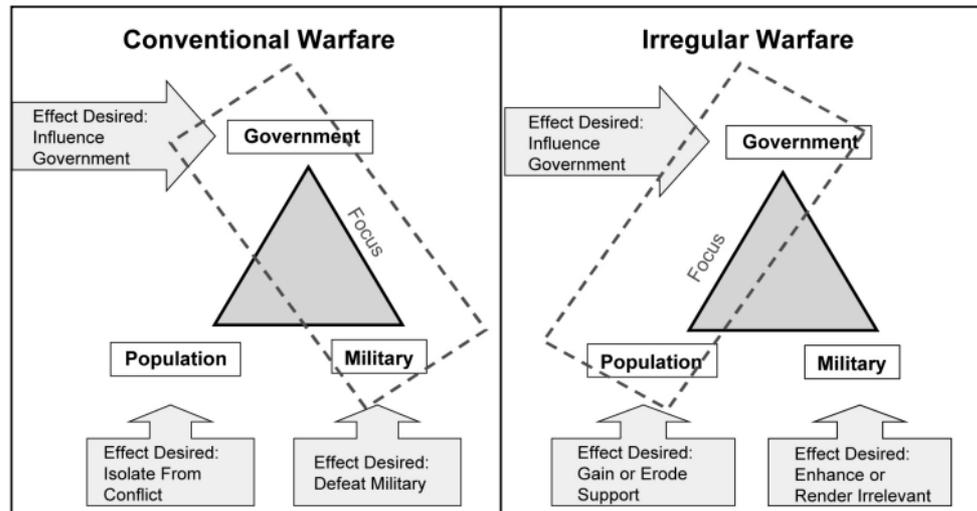


Figura 2 - Diferenças entre a Guerra Convencional e Irregular na Trindade de Clausewitz.

Fonte: EUA, 2008 p. 1-6.

Em contraste, a guerra não convencional (*unconventional warfare*) pressupõe a participação de militares, nesse caso, as forças especiais, que são empregadas para atuar clandestinamente em território inimigo para criar um movimento de resistência, apoiar uma insurgência ou apoiar operações convencionais (EUA, 2008).

Consequentemente, as guerras irregulares abrangem as guerras não convencionais. Essas últimas, compreendem as operações de forças especiais, operações psicológicas e assuntos civis¹⁰, todas executadas por forças militares no contexto de uma estratégia de guerra irregular (EUA, 2008). Nessas guerras, são exploradas tensões sociais e conflitos preexistentes na sociedade para fomentar grupos armados e criar uma insurgência local. Em momento oportuno, é empregada para desestabilizar o governo local (KORYBKO, 2018).

Com efeito, a guerra híbrida pode empregar como ferramentas tanto as ações de

¹⁰ Assuntos civis compreendem as “atividades referentes ao relacionamento do comandante e dos demais componentes de uma organização ou força militar com as autoridades civis e a população da área ou território, sob a responsabilidade ou jurisdição do comandante desta organização ou força. Compreendem comunicação social, ação comunitária e assuntos de governo” (BRASIL, 2017, p. 47).

guerra não convencional quanto apoiar a guerra irregular. Como exemplo, cita-se a atuação do Hezbollah, na guerra segunda guerra do Líbano (2006), considerada híbrida. Nela, esse grupo terrorista contou com o suporte do Irã, onde recebeu armamento mais sofisticado e treinamento militar, evidenciado nas táticas mais elaboradas empregadas no conflito, diferenciando-as das ações terroristas típicas (JOHNSON, 2010).

Contudo, ainda que utilize a guerra irregular como uma de suas ferramentas, a guerra híbrida vai além, pois emprega outras ações nos campos políticos, econômicos, civil e informacional, de forma combinada para aumentar a capacidade de causar danos.

Conforme relembra Hoffman (2016), o conceito de guerra política, empregado pelos EUA no período da guerra fria (1947-1991), previa o emprego de diversas ferramentas que iam além de ações políticas e diplomáticas, tais como as operações psicológicas, o apoio à movimentos de resistência e subversão. Tal conceito diz muito sobre as guerras do século XXI.

Nesse sentido o estudo coordenado pelo Coronel do Corpo de Fuzileiros Navais dos Estados Unidos, Robert Lind (1989), cujas ideias foram posteriormente consideradas por outros autores bastante inovador e até profético, trouxe inúmeras contribuições para o entendimento dos conflitos híbridos. No sentido de orientar o preparo do Corpo de Fuzileiros Navais dos EUA para as guerras do porvir, esse trabalho categorizou as guerras segundo as táticas empregadas e as principais tecnologias catalizadoras de mudanças. Assim, propôs uma classificação das guerras ocorridas até então em três gerações e apresentou a visão das guerras de quarta geração.

A primeira geração compreende as guerras revolucionárias da França (1789-1799), na qual os exércitos, que eram compostos por conscritos, operavam bastante centralizados, sob o comando de um general.

A segunda geração, representa as guerras que ocorreram no continente europeu na forma de grandes batalhas campais, empregando o conceito de fogo e movimento, onde os fogos de artilharia abrem caminho para o avanço da infantaria. Nessas guerras, já ocorre uma descentralização do comando das ações.

Na terceira geração, que se iniciou com a atuação da Alemanha durante a segunda guerra mundial (1939-1945), observa-se maior velocidade, obtida não somente pelos seus tanques de guerra, como pela descentralização do comando e maior dispersão das forças, dando maior liberdade e autonomia decisória para as forças na vanguarda. Com essa velocidade decisória e, conseqüentemente, ações mais rápidas, os inimigos, mais lentos, não tinham tempo

suficiente para decidir e agir, sendo constantemente surpreendidos e levados a reagir. Com isso, os ataques alemães em pouco tempo colapsavam as defesas (LIND *et al.* 1989).

Nas três gerações, observava-se uma clara delimitação do campo de batalhas, pouca influência das cidades e sociedades nos conflitos e a ênfase na destruição do poder militar do inimigo. Rompendo com essas características predominantes, nas guerras de quarta geração os autores anteviram a potencialização da tendência de descentralização das ações, levando à completa dispersão das forças, sobretudo em cidades. Muito influenciada pelas tendências identificadas no terrorismo, acreditavam que nos conflitos na quarta geração a delimitação do campo de batalhas ou de frentes de contato não estariam claras, sendo também difícil diferenciar civis de combatentes. Igualmente, a fronteira entre guerra e paz seria cada vez mais difusa (LIND *et al.*, 1989).

Merece destaque o fato de que as três gerações se caracterizam pela visão clausewitziana de destruição da capacidade militar oponente e na batalha. As guerras de quarta geração rompem com esse paradigma, passando a destruição das forças militares a deixar de ser a prioridade.

Assim, na construção do conceito de guerras de quarta geração, Lind *et al.* (1989) além de apontar características, concluem que, além da dimensão física, as guerras do futuro seriam travadas na dimensão humana e informacional, na medida em que as ações também ocorreriam nas mentes e na cultura da sociedade. Desse modo, surgiriam novos tipos de alvos, como o apoio da população à causa da guerra e a cultura de um povo, que representa a sua identidade (LIND *et al.* 1989).

Embora as ideias trazidas por Lind tenham sido inovadoras, outra abordagem, apresentada dez anos depois por dois coronéis do Exército de Libertação Popular da China, Qiao Liang e Wang Xiangsui (1999), ampliaram as possibilidades e limites das novas formas de guerra. O conceito de guerra irrestrita propõe uma mudança radical nos conflitos do futuro. Nesse caso, não haveria restrições quanto aos métodos empregados para se atingir os fins políticos da guerra, sendo, portanto, admitido o uso de todos os tipos de armas disponíveis. Também não haveria fronteiras nem um campo de batalhas específico. A única delimitação admitida é relacionada aos objetivos a serem atingidos com a guerra irrestrita.

Identificando os impactos da globalização, a guerra não se enquadraria aos limites e interações militares. A grande fusão de tecnologias levaria a guerra para diversos campos

interconectados. Com isso, as investidas e ataques seriam conduzidos nos domínios político, econômico, cultural, financeiro e psicossocial, além do mar, ar, terra e espaço. Dessa forma, uma guerra reduzida ao domínio militar, cuja intensidade pudesse ser medida pelo número de baixas seria uma ideia cada vez mais obsoleta (LIANG; XIANGSUI, 1999; HOFFMAN, 2007).

Associando todos esses conceitos, Hoffman (2007), cunhou os termos *hybrid wars* e *hybrid threats* identificando diversas de suas características na segunda guerra do Líbano (2006). Para ele, os conflitos eram híbridos no modo como os agressores organizavam-se, combinando uma estrutura política hierarquizada, mesclada com unidades táticas ligadas em rede ou em células, difusas entre a sociedade.

Igualmente, eram híbridos na forma de expressão, ao empregarem táticas irregulares, com armamento moderno próprio de forças armadas regulares. Mas o principal componente disruptivo dessas guerras não seria uma tecnologia, mas utilização de atividades criminosas em prol dos objetivos e interesses do agressor (HOFFMAN, 2007).

Assim sendo, Hoffman (2007) apropriou-se de características extraídas dos conceitos de guerras de quarta geração e da guerra irrestrita no constructo que chamou de guerras híbridas. Nessa análise, referiu-se ao Hezbollah como uma ameaça híbrida, ou seja, um ator capaz de empreender guerra híbrida, pois para ele, “as ameaças híbridas incorporam variadas formas de guerra, incluindo capacidades convencionais, táticas e formações irregulares, atos terroristas, incluindo o uso indiscriminado da violência e coerção e atos criminosos” (HOFFMAN, 2007 p. 8).

Porém, como discutido anteriormente, a expressão ameaça híbrida evoluiu, assumindo significado próprio. A definição utilizada nesta tese considera que as ameaças híbridas ocorrem antes da deflagração de um conflito armado. Nesse caso, atores combinam o uso de diversos meios não ortodoxos, de forma sinérgica, contra vulnerabilidades de uma sociedade para obter efeitos não lineares em prol de algum objetivo político ou econômico. Esse conceito, afasta-se da ênfase de Clausewitz na batalha, aproximando-se de Sun Tzu para o qual a máxima habilidade é vencer o inimigo sem lutar (MONAGHAN, 2019).

Evidentemente, mesmo sem caracterizar o conflito armados, algumas ações, pela sua natureza violenta, podem ser enquadradas como agressões. Para tanto, o Artigo 49 do Protocolo Adicional I às Convenções de Genebra de 1949 (CICV, 1977), trazem a definição do

que é considerado um ataque¹¹. Porém, independente de tal caracterização, as atribuições da Marinha concernentes à segurança marítima respaldam sua atuação no enfrentamento das ameaças híbridas marítimas.

Como conclusão parcial, percebe-se que a utilização da expressão ‘ameaças híbridas’, em vez de ‘guerras híbridas’, adotado pela Marinha é bastante pragmático na medida que se afasta do termo guerra. Nesse sentido a opção deste autor pelo uso do termo conflito armado híbrido, aproxima-se dos conceitos de conflitos armados admitidos pelo Direito Internacional Humanitário.

As ameaças híbridas representam uma tendência de afastamento do modelo clausewitiziano que enfatiza o combate e a destruição das forças armadas do oponente. Nesse caso, os alvos são as vulnerabilidades identificadas em uma sociedade, e os meios utilizados são heterodoxos e criativos, em vez de armamentos e forças militares convencionais.

Finalmente, os conceitos de guerras de quarta geração e guerras além dos limites corroboram com o entendimento de Hoffman (2019) de um *continuum* de conflitos, onde a guerra híbrida representa uma nova forma, expressão dessa realidade crônica de guerra que ora manifesta-se como ameaça híbrida, ora como um conflito armado híbrido.

2.2 A perspectiva da Federação Russa

A Rússia adota uma perspectiva oposta à da OTAN, ao considerar que os EUA empreendem a guerra híbrida objetivando depor governos alinhados com o Kremlin, como estratégia para reduzir a influência russa no mundo. Sob o prisma da geopolítica, esta seria uma atualização da antiga estratégia da contenção de Spykman¹², que para enfraquecer a Rússia, os

¹¹ Além desse, a resolução 3314 da Assembléia Geral da ONU (UNGA, 1974) também descreve o que se consideram atos de agressão, mas também encontra-se, como presume-se, carente de atualização.

¹² A Estratégia de Contenção de Spykman fez uma releitura da teoria de Mackinder do *heartland* (coração do mundo), e considerou a importância da região a sua volta, rebatizada de *rimland*. Essa região assumiria

EUA promoveriam ataques indiretos aos seus interesses, por meio da desestabilização de países nos quais observa-se a influência política e comercial russa. Conseqüentemente, a guerra híbrida passa a ser opção menos custosa que uma invasão militar, além de ser mais aceitável quando uma intervenção militar direta não for justificável ou conveniente (KORYBKO, 2018).

Por isso, considera que os levantes populares que ficaram conhecidos como a Primavera Árabe (2010-2011) teriam sido apoiados pelos EUA, numa estratégia de guerra híbrida. A Primavera Árabe foi caracterizada por protestos e revoltas populares que eclodiram inicialmente na Tunísia, em dezembro de 2010, e levaram à queda do Presidente Zine Al-Adibine Ben Ali que ocupava o cargo há 23 anos. Segundo Simões (2021), a mensagem de que era possível destituir do poder um ditador árabe com protestos pacíficos encorajou a população de outros países a fazerem o mesmo, a exemplo do Egito, Líbia, Iêmen e Síria. Como consequência, observou-se a deposição de regimes ou a conflagração de conflitos internos, que foram apoiados por países da OTAN, conforme ocorreu na Líbia e na Síria (SIMÕES, 2021).

Segundo Korybko (2018), além de aperfeiçoar o uso da informação como arma, a guerra híbrida, em vez de optar pela intervenção militar direta, usar a própria população de um país para atacar o governo, levando a um caos social e à deposição do regime. Para tanto, utiliza duas ações principais, as revoluções coloridas e a guerra não convencional.

As revoluções coloridas, são o primeiro golpe mais brando. Elas são marcadas por manifestações populares e protestos violentos, forma de ataques de enxames contra o governo. Em seguida, é desferido por um segundo golpe, se o primeiro não funcionar, na forma de uma guerra não convencional apoiada por uma potência estrangeira (KORYBKO, 2018).

Os conceitos de ataques de enxames¹³ e a apropriação de conceitos da teoria da complexidade para a guerra híbrida, a ser analisada posteriormente, são contribuições importantes de Andrew Korybko (2018). Tais conceitos não foram identificados, durante a

mais importância devido ao potencial industrial e mão de obra, além de servir de contenção ao avanço da antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. (KORYBKO, 2018)

¹³ Mantivemos a expressão ‘ataque de enxames’ empregada pelo autor. Nota-se aqui o uso figura da palavra enxames para representar o comportamento das pessoas que agem coletivamente de forma semiorganizada contra um alvo específico.

pesquisa, em artigos ou publicações ocidentais.

Corroborando com a percepção de que os EUA estariam apoiando as revoluções da Primavera Árabe, como estratégia geopolítica de enfraquecimento da Rússia, seu Presidente, Vladimir Putin (2015), em discurso proferido à 70ª Assembleia Geral das Nações Unidas, fez duras críticas aos EUA, nos seguintes termos:

As nações não devem ser obrigadas a conformar-se ao mesmo padrão de desenvolvimento que alguém declarou ser o único adequado.

[...] "Experimentos sociais" para exportação, tentativas de impor mudanças dentro de outros países baseadas em preferências ideológicas, quase sempre levaram a consequências trágicas e à degradação, não ao progresso.

Parece, contudo, que longe de aprender com os erros dos outros, tantos agora se põem, exatamente, a repeti-los. Por isso continua a exportação de revoluções, agora chamadas "democráticas"[...].

Para ver que assim é, basta examinar a situação no Oriente Médio e Norte da África. Claro que naquela região os problemas sociais já se acumulavam há longo tempo. Claro que as pessoas queriam mudanças. Mas no que realmente deu tudo aquilo? Em vez de promover reformas, uma interferência estrangeira agressiva resultou na visível destruição de instituições nacionais e, até, de estilos de vida.

A imagem dos protestos violentos das revoluções que, na Líbia e na Síria, transformaram-se numa guerra civil está diretamente relacionada à teoria da complexidade, a qual, segundo Korybko (2018), é uma das correntes que mais se aplica às guerras híbridas. A complexidade opõe-se à lógica linear e cartesiana. Enquanto Cullen e Reichborn-Kjennerud (2017) ativeram-se a identificar a não linearidade nos resultados dos ataques, Korybko (2018) vai além, percebendo a teoria da complexidade como a base para entendimento da dinâmica presente nesta estratégia.

Ao compreender a sociedade como um sistema complexo, passa a priorizar as interrelações entre seus atores e a dinâmica dessas interrelações, cuja importância é maior que a análise dos atores *per se*. Para tanto, Korybko (2018) considera que é necessário identificar o formato inicial do sistema, sua estrutura subjacente, a coesão entre os atores e a energia de conflito latente nos atores individuais, cuja análise possibilitará criar estratégias para promover os interesses do ator híbrido (KORYBKO, 2018).

Por meio de uma campanha de operações de psicológicas¹⁴, manipulando as percepções da sociedade e com auxílio das redes sociais é possível direcionar a energia conflitiva presente nas pessoas para estimular ações populares contra o governo. O sucesso desse tipo de campanha é comparado a uma reprogramação mental, na qual ideias implantadas funcionariam como uma espécie de “vírus de software”, pela capacidade de se multiplicar, como pelo elevado potencial de contaminação e destruição do sistema em que foram inseridas. Se bem-sucedida, a população se revoltará e realizará protestos para a saída do governo, iniciando uma revolução colorida (KORYBKO, 2018).

Em concordância com o potencial afetivo das redes sociais, mas numa abordagem sobre o momento atual, o filósofo Byung-Chul Han (2018) avalia que a comunicação digital, por não sofrer a mediação de nenhum órgão e por ser instantânea, transporta maior carga afetiva que a comunicação analógica, que passa por vários filtros além de demorar mais tempo a ser expedida. Por isso, as mídias digitais são em essência, uma “mídia de afetos” (HAN, 2018).

Inclusive, as mídias sociais trazem consigo um componente com potencial de influência ainda maior. O historiador Harari (2018), em outro contexto, avalia que com o aperfeiçoamento da inteligência artificial incorporando a capacidade de aprendizado de máquinas, será capaz de hackear o comportamento das pessoas, sendo capaz de manipulá-las utilizando-se da grande quantidade de informações que os usuários disponibilizam de si mesmos (HARARI, 2018).

Nesse sentido, Korybko (2018) revela que não são infundadas as desconfianças russas em relação às redes sociais. Conforme teria sido divulgado pela *Russian Telegraph*, o *Facebook* conduziu um experimento psicológico secreto para estudar como os estados emocionais são transmitidos em sua plataforma. Como resultado concluiu que as emoções se espalham por contágio por meio das redes sociais.

Em suma, a perspectiva da Rússia considera central a utilização da sociedade para

¹⁴ “As operações psicológicas são aquelas planejadas para transmitir informações selecionadas a audiências estrangeiras a fim de influenciar suas emoções, motivações, raciocínio objetivo e, por fim, o comportamento de governos, organizações, grupos ou indivíduos. O propósito dessas operações é induzir ou reforçar atitudes e comportamentos favoráveis aos objetivos do operador.” (EUA, 2008, p. B-21, tradução nossa).

desencadear ataques contra o governo e as instituições, contribuindo para os objetivos do agressor. Para tanto, recorre às operações psicológicas e no uso de redes sociais para a disseminação de ideias dentro da sociedade. Esse autor percebe a instrumentalidade da manipulação das emoções para ampliar as tensões presentes numa população e assim instigá-las a desencadear ataques de enxames contra o governo.

É necessário reconhecer que, a despeito de tentar imputar aos EUA o apoio inicial aos movimentos violentos da primavera árabe, a análise russa da guerra híbrida complementa a abordagem da OTAN, na medida que agrega a perspectiva da não-linearidade. Ademais, o uso da informação como arma, relacionada às emoções que instigam à protestos e à destruição, pode explicar a dificuldade que os EUA tiveram em ajudar os países a superar a fase das revoltas.

Realmente, esse país não conseguiu, numa fase posterior, apoiar o estabelecimento de regimes promissores depois do caos. Ao avaliar a Primavera Árabe, após dez anos, concluiu-se que pouco progresso democrático foi obtido. Além de tudo, a guerra na Síria ainda perdura, tendo levado milhões de pessoas a condição de refugiados (SIMÕES, 2021).

Como principais conclusões parciais dessa análise, observam-se concordâncias da perspectiva russa com a visão do MCDC de perceber a guerra híbrida como forma de condução da guerra. Além disso, considerando a diferenciação entre os conceitos de ameaças e conflitos híbridos, é possível inferir que, na descrição de Korybko, os dois elementos estariam presentes nas revoluções coloridas. As ameaças híbridas, inicialmente, por meio do uso da informação como arma e do gradual fomento de manifestações por parte da população, bem como, dos atos violentos perpetrados por grupos insurgentes.

Em um segundo momento, com a persistência das hostilidades e o atingimento de patamares superiores de violência, somados à organização gradual de uma força insurgente, é possível considerar, à luz dos entendimentos e parâmetros do Direito Internacional Humanitário, como um conflito armado não internacional, cujo objetivo é a deposição do governo.

Como o agravamento das condições de violência, a fim de pacificar a região ou proteger civis afetados pelo conflito, podem ser criadas condições para uma ação de forças armadas de outros países. Nesse caso, a guerra híbrida poderia ser enquadrada como um conflito armado interestatal, uma vez que forças armadas locais e forças armadas de outros países se

enfrentariam. As três formas, representam a manifestação de um mesmo fenômeno, persistente e prolongado: as guerras híbridas.

2.3 O *Framework* de Combate à Guerra Híbrida

Depois de compreendida a dinâmica da guerra híbrida e as teorias que auxiliaram na formulação desse conceito, a pesquisa contemplou as propostas sugeridas para o seu enfrentamento. Para tanto, valeu-se de uma estrutura proposta pelo MCDC (2019) combate à guerra híbrida, composto por três grupos de ações, a detecção, a dissuasão e a resposta. Essa solução considera o termo *hybrid warfare*, já discutido anteriormente, conforme constatou Rodrigues (2021), abrangendo, portanto, as ameaças e os conflitos armados híbridos.

A FIG. 3 apresenta de forma resumida o *framework* de combate a guerra híbrida proposto pelo MCDC (2019). Conforme proposto, as ações de combate têm início com a detecção das ameaças ou ataques híbridos. A partir de então, os outros componentes são acionados para permitir ao país atingido enfrentar adequadamente essas ameaças. Nesse caso, depois de identificada a ação híbrida, são desencadeadas ações para a dissuasão dos agressores e para a resposta aos ataques. Tais ações dependem dos objetivos estratégicos estabelecidos para o enfrentamento da guerra híbrida, bem como, da definição de indicadores em diversos setores, que permitam perceber a guerra híbrida com mais clareza. (MDCD, 2019).

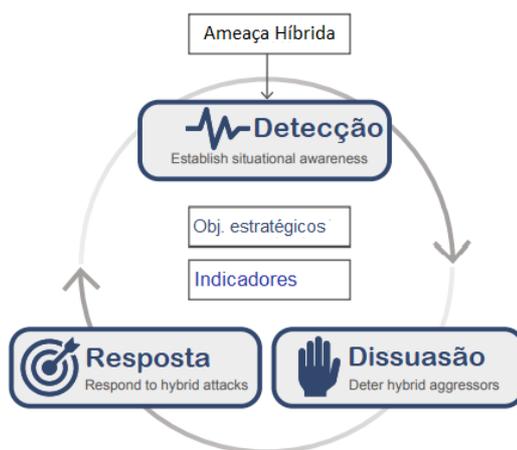


Figura 3 - Visualizando o *framework* de combate à guerra híbrida

Fonte: MCDC, 2019, p,22, tradução do autor.

A estrutura foi construída com a colaboração de pesquisadores dos diversas países que contribuem com o MCDC. Para melhor compreender sua dinâmica, em virtude de sua relevância para esta Tese, será realizado um detalhamento de seus componentes.

2.3.1 A Definição de Objetivos e o Estabelecimento de Indicadores e Linhas Base

É necessária a definição de objetivos estratégicos para orientar os esforços de combate à guerra híbrida. Por isso, devem ser coerentes com a capacidade de resposta do estado, o seu apetite ao risco¹⁵, a gravidade dos ataques recebidos e o contexto geopolítico. De modo geral, as escolhas políticas vão variar entre três opções, quais sejam: absorver os ataques, mantendo a liberdade de ação; buscar a dissuasão; ou responder às agressões, retaliando ou prevenindo futuros ataques (MCDC, 2019).

Como deduz-se, o primeiro objetivo é o mais permissivo, relaciona-se com uma postura de resiliência, no qual o Estado pretende comunicar a mensagem de que a guerra híbrida não está conseguindo atingir seus intentos. No segundo objetivo, para a dissuasão, o estado deve ter efetiva capacidade de identificar e ameaçar o agressor, por meio da imposição de custos, para que não venha a realizar novos ataques. Já o terceiro, e mais demandante, visa à incapacitação do adversário ou a prevenção contra investidas futuras. Obviamente, trata-se de um objetivo que envolve mais riscos de escalada armada, pela postura ofensiva (MCDC, 2019).

Como presume-se, a partir da análise dos objetivos citados, é importante, além de detectar a ameaça, identificar o agressor ou aquele que patrocina os ataques. A identificação desse ator responsável não aparece como medida tão clara no framework, talvez porque os inimigos da OTAN sejam bem mapeados, mas no caso do Brasil esse aspecto seria fundamental, sobretudo para a definição do objetivo estratégico a ser adotado pelo país.

A segunda ação central, prevista no modelo, é estabelecimento de indicadores e linhas base, para orientar os tomadores de decisão sobre quando tomar uma ação específica para

¹⁵ O Apetite ao risco é o grau de exposição aos riscos que uma organização está disposta a aceitar para atingir seus objetivos estratégicos (BRASILIANO, 2021).

conter a guerra híbrida ou não. Para a detecção da guerra híbrida, previamente, deve-se realizar a avaliação das funções críticas de um sistema e o mapeamento de suas vulnerabilidades. Nesse caso, estabelecem-se linhas base de normalidade, crise e emergência para cada uma dessas funções críticas. Tais limites devem ser posicionados de acordo com o nível de estresse que pode ser tolerado em cada uma dessas condições (CULLEN; REICHBORN-KJENNERUD, 2017).

Assim, ao analisar as sistemas e infraestruturas críticas, que são alvos em potencial de ataques, deve-se reconhecer seu padrão de normalidade, considerando o número de incidentes e alertas que são gerados dentro dessa condição. O alerta deve ocorrer quanto for percebido um aumento desses incidentes ou um comportamento que se afaste do padrão de normalidade. Uma ameaça híbrida pode ser identificada ao perceber o aumento de incidentes ocorrendo simultaneamente em outros sistemas e outros setores da sociedade (CULLEN; REICHBORN-KJENNERUD, 2017).

Consequentemente, o estabelecimento desses indicadores também se relaciona com a seleção de objetivos estratégicos, já que os governos e suas instituições não podem responder a cada incidente de guerra híbrida individualmente. Em consequência, são estabelecidos limites de estresse e agressão que podem ser tolerados e a partir de que nível devem ser combatidos. Além disso, possibilitam examinar a ameaça como um todo, na medida que monitoram o nível de tensão e o número de atividades anômalas, simultaneamente, em vários domínios (MCDC, 2019).

2.3.2 A Detecção das Ameaças Híbridas

Dado o caráter dissimulado das ameaças híbridas, que emprega de meios não militares para causar danos, as ameaças híbridas são difíceis de serem detectadas. Em consequência, também há uma dificuldade de identificar os responsáveis. Essas dificuldades também são influenciadas por problemas internos observados entre os analistas de inteligência responsáveis pelos sistemas de alerta estratégicos, uma vez que eles ainda utilizam em suas análises majoritariamente dados militares de potenciais adversários. Assim, têm dificuldade de perceber a atuação da guerra híbrida que se utiliza de medidas não ortodoxas nos ataques, como

a *lawfare*, a desinformação e as ações criminosas, por exemplo (MCDC, 2019).

Observa-se que os órgãos e agências de inteligência mantêm a abordagem tradicional de estabelecer indicadores de atividade e monitoramento das movimentações militares de potenciais adversários. Quando esses indicadores apresentam aumento de atividade é dado o alerta. Entretanto, para a guerra híbrida, tal abordagem não é suficiente, uma vez que os ataques partem de outras expressões de poder (MCDC, 2019).

Assim, para a detecção de uma ameaça híbrida, o MCDC (2019) propõe expandir o acompanhamento para os domínios político, econômico, social-informacional, e para as infraestruturas críticas. Como os ataques têm as vulnerabilidades como alvos, propõe o mapeamento e monitoramento das vulnerabilidades em cada uma das áreas citadas anteriormente. Além disso, enfatiza a necessidade de manter uma inteligência de busca a fim de descobrir novas vulnerabilidades, inicialmente desconhecidas (MCDC, 2019).

Para esse mapeamento de vulnerabilidades e a análise de ameaças, Cullen e Reichborn-Kjennerud (2017) recomendam que os militares se dediquem à análise das vulnerabilidades e ameaças híbridas no campo militar. Paralelamente, um painel de especialistas, com o concurso do setor privado, dedica-se a mapear as vulnerabilidades e ameaças nos campos político, econômico, civil e informacional. Para tanto, sugerem a criação de um comitê executivo de coordenação para o combate à guerra híbrida.

Entretanto o problema vai além do monitoramento de atividades e vulnerabilidades, ele abarca a capacidade de os analistas conseguirem reconhecer um ataque híbrido diante de algumas evidências. Procurando entender por que a surpresa acontecia, em se tratando de guerra híbrida, a publicação *Perceiving Gray Zone Indications* (2016) conclui que os EUA já possuem as ferramentas necessárias para obtenção de informações, mas faltaria o entendimento e a mentalidade capaz de perceber os indicadores e produzir o alerta estratégico de conflitos que ocorrem abaixo do limiar da guerra.

Essa dificuldade em perceber evidências devido à falta de conhecimento sobre as guerras híbridas é destacada por Rodrigues (2021), em seu artigo que analisa a Anexação da Criméia pela Rússia. Diversos acontecimentos ocorridos deveriam ter alarmado os países da OTAN do que estava ocorrendo e dos desdobramentos futuros, tais como a forte guerra cibernética; a presença de tropas sem identificação, mas dotadas de armamentos e uniformes russos (conhecidos como *Little Green Men*), nas ruas da Criméia; a presença de milicianos que

ocuparam escritórios da *Ukrtelecom* e estabeleceram barreiras nos acessos à península isolando essa região do restante da Ucrânia.

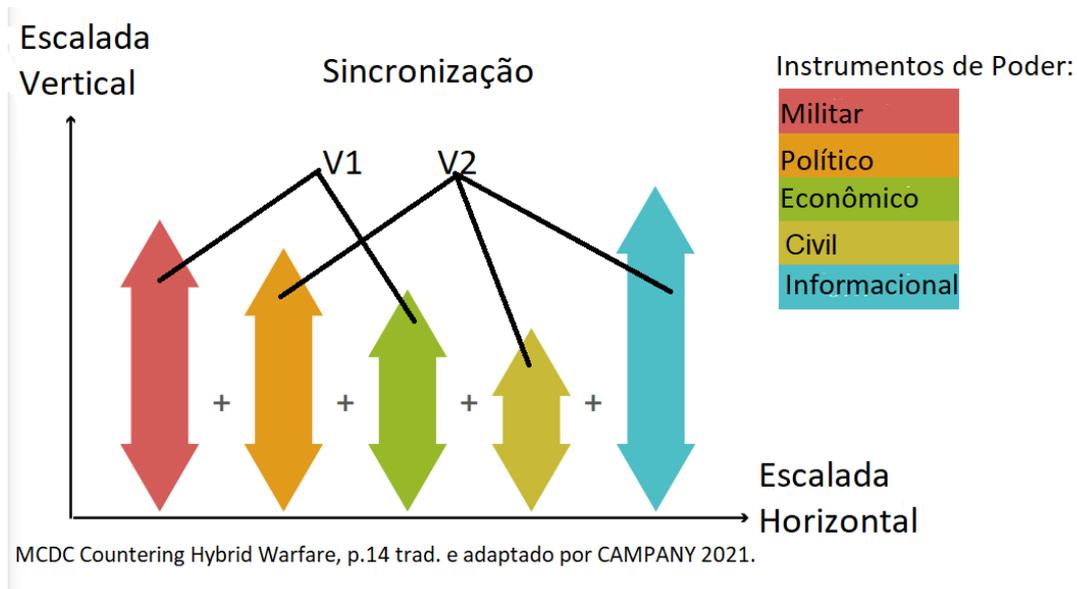


Figura 4 - Escalada horizontal e vertical da guerra híbrida.

Legenda: V1 e V2: vulnerabilidades exploradas por ataques sincronizados utilizando ferramentas nos campos MPECI. As setas coloridas simbolizam a intensidade dos ataques agrupados por instrumentos de poder. Fonte: CULLEN; REICHBORN-KJENNERUD, 2017, p,9, adaptação e tradução do autor.

Por fim, outra característica da guerra híbrida que dificulta a detecção é o emprego do conceito de escalada horizontal, em complemento à escalada vertical da violência. Na escalada horizontal o aumento da pressão é obtido com ataques oriundos de outras expressões de poder (militar, social, econômico, informacional, político). Enquanto a escalada vertical consiste no aumento da intensidade por um mesmo tipo de instrumento de poder (CULLEN; REICHBORN-KJENNERUD, 2017). A FIG. 4, representa esse conceito.

2.3.3 A Dissuasão de Potenciais Agressores

A dissuasão é uma forma de coerção que se utiliza de ameaças ante um potencial agressor para proteger o *status quo*. Outra forma coercitiva, a compelência, busca alterar uma situação ou retornar a um estado anterior. As ameaças coercitivas possuem duas estratégias, a primeira busca negar benefícios e a segunda, infringir custos. Assim, a perspectiva de uma retaliação ou uma defesa impenetrável podem contribuir para dissuadir uma agressão.

Enquanto a possibilidade de receber uma sanção inconveniente, uma derrota ou ocupação militar podem compelir a concessões (LINDSAY; GARTZKE, 2019).

Como forma coercitiva, a dissuasão está associada à percepção do potencial adversário sobre os custos de uma ação comparados com os potenciais benefícios. Não se trata de uma ação por si só, mas um efeito. Ela é obtida no domínio cognitivo do potencial oponente, que se abstém de agir de acordo com seus interesses convencido de que isso poderia não ser suficiente para obter os resultados que espera ou que os benefícios não compensam os custos e riscos da ação.

Para se obter esse efeito dissuasório são necessárias três condições, a saber: credibilidade, comunicação e capacidade. Credibilidade é a vontade manifesta de impor custos ao adversário, capacidade é a habilidade e conhecimento técnico de impor tais custos. A comunicação é a via de mão dupla de entendimento e percepções sobre custos-benefícios em ambos os lados (MCDC, 2019). A dissuasão depende, portanto, da clara comunicação sobre ameaças críveis ante uma eventual agressão. Essa comunicação pressupõe que tanto o emissor quanto o receptor estejam num contexto que permita interpretar a mensagem tendo claras as relações de custos e benefícios (LINDSAY; GARTZKE 2019).

A questão da dissuasão no contexto da guerra híbrida, ou dissuasão híbrida, incorpora avanços nas teorias dissuasórias do século XXI e na dissuasão cibernética. A dissuasão tradicional envolvendo o emprego de meios militares permanece válida, tanto para desencorajar agressões armadas, quanto para as ameaças híbridas. Além dela, é necessário incorporar medidas que se apropriam dos conceitos de escalada vertical e horizontal para obter o efeito dissuasório. Tais medidas devem ser pensadas para cada ameaça. Mas ao mesmo tempo, é fundamental ter resiliência (MDCD, 2019).

Nesse sentido, o conceito de dissuasão interdomínio (*Cross-Domain Deterrence*, em tradução livre) que apareceu, inicialmente, como uma solução dos EUA como resposta aos ataques cibernéticos às suas redes computacionais, também possui grande validade à guerra híbrida. Essa estratégia de dissuasão utiliza-se de uma ameaça de retaliação em um domínio diferente daquele onde ocorrem os potenciais ataques, no caso o cibernético. Tal abordagem não seria uma novidade. No combate ao terrorismo, por exemplo, foram utilizados ataques aéreos por parte dos EUA como resposta a um ataque terrorista. Trata-se de uma resposta que pode provocar efeito dissuasório em grupos terrorista e estados que os apoiam (LINDSAY;

GARTZKE, 2019).

Vale ressaltar que o termo domínio apareceu inicialmente com o crescimento do ciberespaço¹⁶, o domínio cibernético, mas analogamente passou a ter um sentido ao mesmo tempo geográfico e funcional. No significado comumente empregado, consideram-se cinco os domínios da guerra, sendo quatro geográficos (ar, mar, terra e espaço) e um funcional, o ciberespaço, que está embutido em cada um dos domínios físicos, na medida que os sistemas que operam nesses ambientes se interconectam à internet. Assim, a dissuasão interdomínio procura responder aos desafios do presente de forma não tradicional. Hoje tanto a China aborda a questão de maneira similar com o conceito de “estratégia integrada de dissuasão” e quanto a Rússia com o conceito de “Dissuasão Estratégica”, integrando diversos domínios para conter a “Guerra Híbrida” ocidental (LINDSAY; GARTZKE, 2019).

Entretanto, é importante ponderar quanto à efetividade dessa estratégia, principalmente devido à dificuldade de comunicar e demonstrar credibilidade ante o emprego de respostas em outros domínios, ou da escalada vertical e horizontal, para atingir o efeito dissuasório. Enquanto dissuasão militar é clara e direta, as medidas não militares empregadas na dissuasão nem sempre são percebidas como tal. Além disso, sendo difícil de mapear as causas e os efeitos do emprego de medidas que combinam elementos MPECI para a dissuasão, é difícil prever os riscos (LINDSAY; GARTZKE, 2019; MCDC, 2019).

Por isso, as medidas de dissuasão por negação são mais objetivas. Nesse caso, a proposta consiste em tornar a sociedade mais resiliente à guerra híbrida. Para tanto deve-se identificar as vulnerabilidades nos campos político, militar, econômico, socio-informacionais e infraestruturais (PMESII) e a adotar medidas para a sua proteção.

Dentre essas medidas, citam-se, no campo político, a proibição de financiamento estrangeiro de partidos políticos e a promoção de eleições mais seguras, para fortalecer a confiança da sociedade. No campo econômico, recomenda-se a proteção e a diversificação de recursos estratégicos, bem como, a adoção de medidas anticorrupção. No campo social, como

¹⁶ Cyberspace (2021) é o mundo virtual composto por redes de computadores e sobretudo pela internet (tradução do autor).

forma de evitar a exploração da divisão social, propõe-se investir em educação, alertando a sociedade quanto às formas de atuação da guerra híbrida e da desinformação (MCDC, 2019).

2.3.4 A Resposta às ameaças híbridas

Os estudos do MCDC (2019) reconhecem que a maioria das políticas de combate à guerra híbrida concentram-se na resiliência e na dissuasão. Isso possivelmente deve-se ao fato de ambos serem conceitos bem compreendidos e amplamente teorizados, ao mesmo tempo que a resiliência apresenta menores custos e não está sujeita a controvérsias políticas.

Entretanto, muitas das vezes é necessário agir quando a dissuasão falha, para mudar o comportamento do agressor. Por isso, as ações de resposta normalmente estão interrelacionadas com o objetivo estratégico três, que visa à incapacitação do adversário ou a prevenção contra investidas futuras. Entretanto, a resposta também contribui com os demais objetivos, pois as medidas de controle de danos contribuem para garantir a liberdade de ação. Por sua vez, uma resposta retaliatória pode dissuadir novas investidas. (MCDC, 2019).

Para estruturar ordenadamente as ações de resposta, foram consideradas quatro possibilidades gerais para o seu planejamento: engajar ou desengajar, para dentro ou para fora, ostensivas ou veladas e coagir ou induzir (MCDC, 2019).

As respostas incluem medidas direcionadas para dentro do país, voltadas à população, ou para fora, direcionadas para o agressor ou para a comunidade internacional. Algumas medidas devem ser de conhecimento público, enquanto outras devem ser conduzidas de forma velada, de conhecimento restrito. Finalmente, contempla a possibilidade de coagir o adversário, ameaçando empregar a violência, ou de buscar modificar seu comportamento oferecendo benefícios e incentivos (MCDC, 2019).

Além dessas considerações o MCDC (2019) prevê a multidisciplinaridade nas ações de resposta, empregando os conceitos de escalada horizontal e vertical contra a guerra híbrida. De modo similar ao utilizado pelo agressor, mas utilizando ferramentas legítimas, nos campos político, econômico, civil e informacional, além do poder militar para incapacitá-lo a continuar os ataques, modificar seu comportamento ou prevenir ataques futuros.

Segundo Hoffman (2018), esta possibilidade já vem sendo utilizada pelos EUA, por

meio de seus Comandos Combatentes¹⁷, no esforço de competição por influência nas áreas de responsabilidade em que atuam. O que os diferencia em relação às ações de outras potências seriam a legitimidade e legalidade dos meios empregados. O QUADRO 1 apresenta um comparativo entre os meios legítimos, para a resposta, e aqueles utilizados na guerra híbrida.

QUADRO 1

Comparativo de ferramentas usadas pelo Estado para influência

<i>Tradicionais / Legítimas</i>	<i>Não tradicionais / Ilegítimas</i>
Cooperação de Segurança e vendas de material de defesa	
Sanções econômicas	Subversão política por penetração ou organizações de fachada
Diplomacia e apoio público a ONG e OIG	Corrupção econômica
Presença militar, visitas, intercâmbios e exercícios	Invasões cibernéticas / corrupção cibernética/ irrupção
Defesa Interna Estrangeira ¹⁸	Atividade criminosa patrocinada
Exercícios de liberdade de navegação	Interferência no processo eleitoral

Fonte: Hoffman (2018), tradução do autor.

2.3.5 Implementando o Framework

Como conclusões parciais do capítulo, ressalta-se que o *framework* de combate à guerra híbrida proposto pelo MCDC, apresenta, de forma estruturada e ordenada, um conjunto de medidas e procedimentos a serem adotados para a detecção, dissuasão e resposta, os quais, se bem-sucedidos, possibilitarão o efeito enfrentamento das ameaças híbridas. Para a sua aplicação, primeiramente, é necessário que os atores envolvidos nesse desafio compreendam esse tipo de ameaça e suas formas de atuação e estejam motivados para efetuar as mudanças organizacionais necessárias. Em segundo lugar, visualiza-se a necessidade de estruturar-se para a sua implantação.

¹⁷ Os Comandos Combatentes dos EUA são Comandos Operacionais permanentemente ativados. Podem ser Comandos Geográficos, responsáveis por áreas geográficas designadas, e Comandos específicos, tais como o de operações especiais e o comando de logística.

¹⁸ Do inglês *Foreign Internal Defense*, é a participação multidisciplinar de agências civis e militares em um país estrangeiro para proteger uma sociedade ameaçada pela subversão e insurgência.

Para tanto, são propostas pelo MCDC algumas ações decorrentes, tais como a criação de um comitê executivo para enfrentamento da guerra híbrida, que é responsável por identificar as vulnerabilidades nos domínios políticos, econômico, civil e informacional e estabelecer indicadores, linhas base e processos para o alerta de possíveis ocorrências de ameaças. Tais procedimentos priorizariam os seus sistemas e infraestruturas críticas, que são os alvos em potencial das ameaças híbridas, dado impacto causado na sociedade com o comprometimento dessas infraestruturas.

As ações decorrentes também demandam investimentos em educação e treinamento, conscientização e capacitação de líderes militares e civis e agentes de segurança. Isso se faz necessário para ampliar o entendimento do desafio e para a adoção de medidas efetivas de implementação do *framework*. Ademais, depreende-se como requisito a ampliação da capacidade de comando e controle a fim de monitorar continuamente os sistemas críticos e de consolidar as informações e alertas produzidos em diversos domínios e setores da sociedade.

Para as ações de dissuasão e resposta, como estudado, presume-se a necessidade de um esforço de toda a sociedade, de forma a possibilitar a atuação além do campo militar, com a adoção de medidas jurídicas, informacionais, econômicas e políticas. Todo esse esforço implica em investimentos de recursos humanos, financeiros e de tempo, que só podem ser obtidos se a sociedade, por meio de seus representantes, sensibilizarem-se ante a gravidade das ameaças híbridas e a sua complexidade.

3 O PODER MARÍTIMO E A SEGURANÇA MARÍTIMA

No capítulo dois, foi discutido o conceito de ameaças híbridas, que se apresentam como o emprego combinado de meios e ações não militares contra vulnerabilidades identificadas em uma sociedade para obter efeitos que atendam aos interesses de atores estatais ou não estatais. Tais ameaças são empregadas num ambiente internacional competitivo e procuram valer-se da dificuldade que analistas têm encontrado em percebê-las, para atingir a finalidades políticas ou econômicas.

Nesse capítulo a análise se concentrará nas suas implicações ao poder marítimo. Motivado pela importância política, econômica e ambiental que o mar possui para o país, bem como pelas vulnerabilidades intrínsecas ao ambiente marítimo, a análise buscará compreender como as ameaças híbridas podem ser utilizadas contra essas vulnerabilidades, valendo-se de trabalhos já escritos sobre o assunto. Dessa forma, espera-se que uma vez compreendida a gravidade do problema das ameaças híbridas ao ambiente marítimo, justifiquem-se investimentos para a adoção das medidas propostas pelo MCDC para o seu enfrentamento.

3.1 O Poder Marítimo e a Marinha do Brasil

A análise começa com o estudo conceitual do que se constitui o poder marítimo. Em que pese o termo potência marítima transmitir ideias que remetem a um país com uma armada forte, vasta marinha mercante e a possibilidade de utilizar livremente o mar, nem sempre o conceito de poder marítimo é bem compreendido. Entende-se como poder nacional a possibilidade que o país tem de atingir e manter os objetivos nacionais, de acordo com a vontade nacional. Nesse sentido, o poder marítimo é representado como a projeção do Poder Nacional para a utilização dos recursos do seu vasto oceano e das águas interiores (BRASIL, 2016).

A Escola Superior de Guerra (2019) considera que o Poder Nacional deva ser entendido como um todo, mas propõe outra forma de classificação, que subdivide em cinco as suas expressões, são elas a Política, a Econômica, a Psicossocial, a Militar e a Científico-Tecnológica. Como analisado no capítulo anterior, a guerra híbrida procura atuar em

vulnerabilidades identificadas em cada uma dessas expressões de poder. Assim, ao potencializarem tais fragilidades contribuem para enfraquecer o poder do país atingido.

Sob concepção weberiana, o poder é entendido como a possibilidade de realizar a própria vontade, independente das resistências e vontades alheias. Também pode ser percebido como a capacidade de se conseguir que os outros façam ou deixem de fazer algo. Trata-se de algo relativo, onde uns o têm mais que outros e, assim, conseguem fazer prevalecer suas vontades e interesses (GONÇALVES, 2005; NAÍM, 2013).

Dado que o sistema internacional é anárquico, as relações entre os estados seguem um equilíbrio instável, observando-se um dinamismo que alterna esforços de cooperação e conflito como meios para se atingir objetivos específicos nos campos político, econômico, militar e cultural. Assim, o poder relativo de seus atores têm influência, sobretudo nas disputas de interesse. Por isso, é necessário ter clareza em relação ao que está em disputa e quais os atores envolvidos no contexto (GONÇALVES, 2005; NAÍM, 2013).

No que concerne ao Poder Marítimo, a pesquisa identificou diversos conceitos que abordam esse tema. Mas a abordagem de Geoffrey Till (2018), que destaca as duas ideias normalmente associadas a esse termo, é mais completa e aderente aos conceitos identificados anteriormente. A primeira refere-se aos elementos intrínsecos, que contribuem para que um estado seja poderoso no mar, tais como sua armada, a indústria naval, a guarda costeira, que são os elementos potenciais ou de entrada; a segunda diz respeito ao poder como um conceito relativo, conforme propôs Naim. A isso ele considera como o poder efetivo ou elemento de saída.

Vale ressaltar que, ao referir-se ao Poder Marítimo, o Plano Estratégico da Marinha (PEM) 2040 considera apenas os elementos potenciais de poder, ou seja, aqueles que vão permitir ao Brasil o exercício da vontade nacional para atingir seus objetivos, são eles: o Poder Naval (seu braço armado), a Marinha Mercante, as infraestruturas marítimas e hidroviárias, as indústrias naval, bélica e da pesca, pesquisa e tecnologia, recursos do mar e o pessoal que desempenha atividades relacionadas ao Mar (BRASIL, 2020c).

Nesse contexto, o poder naval é representado pela Marinha do Brasil, parcela do poder marítimo, que possui atribuições claras advindas da Constituição Federal. O *caput* do Art. 142 da Carta Magna regulamenta o papel das Forças Armadas, atribuindo-lhes a responsabilidade pela defesa da pátria, a garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa

de qualquer destes poderes, da garantia lei e da ordem (BRASIL, 1988)

Além da Constituição, a Lei Complementar n. 97 detalha as atribuições subsidiárias das Forças. Em seu Art. 17 estão expressas as responsabilidades específicas da Marinha em relação ao Poder Marítimo. Nesse sentido, compete à Marinha a formulação e condução de políticas nacionais afetas ao mar, a orientação e o controle da Marinha Mercante, no que concerne à Defesa Nacional, a segurança da navegação aquaviária, a implementação e fiscalização de leis e regulamentos e a cooperação com outros órgãos na repressão de delitos no mar e em águas interiores. Para tanto, foi atribuído ao Comandante da Marinha o papel de “Autoridade Marítima”, que é uma das atribuições subsidiárias exclusivas da Marinha (BRASIL, 1999).

Em decorrência, além das preocupações concernentes à defesa da pátria, as responsabilidades de Autoridade Marítima ampliam a esfera de atuação de toda a Instituição para além do domínio militar. Estando assim estabelecido um papel coordenador dos esforços afetos ao Poder Marítimo como um todo nos aspectos envolvendo a defesa nacional e segurança marítima. Tal dualidade confere um caráter muito particular à Marinha do Brasil e amplia sua atuação ativa com responsabilidades não contidas apenas no campo da defesa, mas também da segurança, particularmente a segurança marítima, diretamente relacionada a esta pesquisa.

3.2. A Segurança Marítima

Segundo o dicionário Priberam (2021), a segurança pode ser definida como um conjunto de ações para proteger pessoas ou algum bem. Também é definido como aquilo que tem utilidade para reduzir os riscos ou perigos. Ambos significados se aplicam à segurança marítima, porque contemplam a proteção dos sistemas críticos, seu pessoal e ativos, além de se relacionarem à redução de riscos.

Vale salientar que, na língua inglesa, duas palavras diferentes são utilizadas para o que, na língua portuguesa, corresponde à segurança, são os termos *safety* e *security*. Tal dificuldade semântica é motivo de dificuldades de entendimento, pois a segurança marítima possui dois equivalentes distintos em inglês: *maritime safety* e *maritime security*. Por isso, observa-se que a Marinha tem buscado diferenciar as atividades, guardando correspondência

aos conceitos diferentes já consagrados no idioma inglês.

A segurança do tráfego aquaviário, expressão correspondente ao conceito de *maritime safety*, popularizou-se a partir da primeira convenção internacional dedicada à segurança (*safety*) de navios mercantes, que ocorreu em 1914, motivada pelo naufrágio do RMS Titanic (1912). Conforme dados da Organização Marítima Internacional, as medidas de segurança do tráfego aquaviário, com as devidas atualizações, já contam mais de um século. Atualmente, encontra-se em vigor o documento expedido durante a quinta convenção internacional para salvaguarda da vida humana no mar (SOLAS¹⁹), realizada em 1974, que é atualizada por meio de emendas.

No que concerne à proteção marítima (tradução adotada pela Marinha do Brasil para *maritime security*), as normativas internacionais são bem mais recentes. Apenas em 1998 foi introduzida uma emenda à SOLAS nesse sentido. Trata-se da convenção SUA²⁰, para supressão de atos ilícitos contra os navios e suas tripulações. A história não permite supor que atos como a pirataria sejam um fenômeno recente, mas, de fato, as normatizações internacionais sobre a proteção marítima somente foram produzidas a partir daquele marco. Além disso, com a mobilização capitaneada pelo EUA para a “guerra ao terror”, iniciada após os ataques terroristas do 11 de setembro de 2002, foi estabelecido o protocolo *ISPS Code*, uma das emendas da SOLAS²¹, de 2004, que passou a incluir medidas e requerimentos de segurança mandatórios para governos, instalações portuárias e empresas de transporte.

Findas essas considerações, ressalta-se que, neste trabalho, o conceito de segurança marítima admite duplo significado, abrangendo tanto os aspectos de proteção marítima (*security*), quanto de segurança do transporte aquaviário (*safety*). Em consequência, a Segurança Marítima garante a proteção do sistema marítimo contra perigos inerentes à

¹⁹ SOLAS, do inglês *Safety of Life at Sea*, traduzida como salvaguarda da vida humana no mar.

²⁰ SUA, do inglês *Suppression of Unlawful Acts against the Safety of Maritime Navigations* (Convenção para a Supressão de Atos Ilícitos contra a Segurança da Navegação Marítima), cujo objetivo é garantir que medidas adequadas sejam tomadas contra pessoas que cometem ilícitos contra navios.

²¹ Ver website oficial da IMO, disponível em:<
<https://www.imo.org/en/OurWork/Security/Pages/GuideMaritimeSecurityDefault.aspx>>. Acesso em 28/05/2021.

navegação e a riscos externos como crimes, terrorismos e ameaças híbridas.

Retornando às atribuições subsidiárias particulares da Marinha do Brasil, estabelecidas pela Lei Complementar 97/99, em seu Art. 17, que vinculam a Instituição à segurança marítima. Constata-se que apesar de ser uma lei complementar de mais de duas décadas, observa-se que, nos últimos anos, as preocupações envolvendo a segurança marítima vem ganhando mais repercussão no âmbito da Marinha do Brasil, com ações que demonstram essa crescente prioridade, como a criação do Centro Integrado de Segurança Marítima em 2018.

Talvez esse movimento possa ser explicado pelo fato de recentemente as atenções mundiais também terem se voltado para a segurança marítima, motivadas pelo ganho de consciência em relação ao que representam as ameaças ao poder marítimo. É o diz Till (2018, p. XV), ao justificar-se acerca das motivações que o levaram à quarta edição revisada e ampliada de seu livro:

Esta quarta edição justifica-se pela extraordinária taxa de mudanças que vêm ocorrendo no mundo marítimo, algumas delas decisivamente ameaçadoras. As quais incluem as tensões ambientais envolvendo o oceano mundial [...] **o crescimento de uma variedade de ameaças irregulares à ordem marítima internacional**, que abarcam o crime organizado transnacional no mar, o terrorismo internacional em suas variadas formas e **o crescimento das operações híbridas**. (Tradução e grifos do autor).

Realmente, à medida que novos fatos despertam a atenção da sociedade e das autoridades para as fragilidades e vulnerabilidades relacionadas ao poder marítimo, mais aumenta a consciência da sociedade em relação à importância de adequadamente realizar a proteção dos ativos presentes no mar e do meio ambiente marítimo.

3.3 Vulnerabilidades e o Poder

O conceito de vulnerabilidades associa-se ao de poder na medida que atores mais poderosos buscam explorar as vulnerabilidades de outros estados, para defender seus objetivos nas relações interestatais, sobretudo durante disputas e conflitos de interesse. Para reforçar esse entendimento, recorreremos às deduções extraídas da disciplina de economia política.

Para essa disciplina, a globalização, apesar dos inúmeros benefícios para a economia e para as sociedades, trouxe maior relação de interdependência entre os estados. Porém, essa relação de interdependência é desigual, havendo uma relação de assimetria entre as partes, onde alguns países são mais dependentes que outros. Com isso, crises externas têm grande impacto nesses países, ao passo que problemas internos pouco repercutem em escala mundial. Esse fenômeno é definido como ‘vulnerabilidade unilateral’ (GONÇALVES, 2005).

Dessa forma, se o poder, segundo a perspectiva weberiana, é entendido como a capacidade de um país de realizar a sua vontade, independente das pressões e resistências externas, então quanto maior a possibilidade de resistir a pressões externas, maior é o poder efetivo de um país. Por isso, conclui-se que quanto mais vulnerabilidades um país possua, menor será o seu poder. Em outras palavras, o poder efetivo de um país é entendido como a diferença entre o seu conjunto de recursos materiais de poder (poder potencial) e o conjunto de vulnerabilidades (GONÇALVES, 2005).

Tal conceito é evidenciado em uma análise do Brasil, que possui uma base extraordinária de poder, considerando sua vasta extensão territorial, população e o Produto Interno Bruto. Entretanto, sob a perspectiva econômica, o país possui grande vulnerabilidade externa, sofrendo recorrentemente os efeitos de pressões e desestabilizações externas, mas o inverso não ocorre, pois as crises internas têm impacto muito menor no exterior (GONÇALVES, 2005).

Ao quantificar esses conceitos, segundo dados do Banco Mundial, de 2004, o Brasil ocupava a quinta posição no índice de poder potencial, atrás apenas da Rússia, Índia, Estados Unidos e China. Entretanto, ocupava a 96ª posição no índice de poder efetivo. Tais resultados evidenciam as vulnerabilidades externas que possui, nas áreas comercial, produtivo-tecnológica e monetário-financeira (GONÇALVES, 2005).

Além de vulnerabilidades unilaterais, trazidas da ciência da economia política há outros tipos de fragilidade que podem ser exploradas nas relações interestatais de poder. Santos, Souza e Bessa (2020) analisam a insegurança energética da União Europeia (UE) frente à dependência de recursos da Rússia. As importações de gás da UE passaram de 47% (2000) para 55% (2019). Nesse contexto, o fornecimento de gás aparece como uma ferramenta geopolítica que pode ser usada como arma ou como barganha para influenciar os países dependentes de tal recurso energético.

Por analogia, verifica-se que as demais vulnerabilidades, não somente as econômicas e energéticas, podem ser exploradas como forma de afetar a posição de poder de um país. Assim, no contexto das ameaças híbridas, fragilidades sociais e políticas, com o concurso de campanhas informacionais, como analisados no capítulo anterior, também são exploradas por atores para desestabilizar um governo.

Como evidenciado, as vulnerabilidades econômicas, energéticas, cibernéticas ou sociais reduzem o poder relativo entre os países, deixando-os numa posição de fragilidade se convenientemente exploradas. Essa é a instrumentalidade da guerra híbrida e, particularmente, das ameaças híbridas que apresentam-se como opção ao uso das forças armadas. Ao usarem de diversos meios não ortodoxos, muitos deles ilícitos, para atingirem as vulnerabilidades de determinada sociedade, são capazes de produzir efeitos políticos correspondentes ao emprego de meios militares, com a vantagem de demandarem menores custos para o agressor.

Por isso, ao particularizar o estudo para o poder marítimo, constata-se que as suas vulnerabilidades precisam ser identificadas e devidamente protegidas. Nesse sentido, cresce de importância a proteção de infraestruturas críticas no ambiente marítima e nas águas interiores. Tendo em conta a importância do comércio marítimo, da atividade extrativista de petróleo e gás e o intercâmbio de informações para o país, as infraestruturas críticas de tais setores devem ser corretamente identificadas, priorizadas e suas vulnerabilidades devidamente mapeadas.

Na verdade, isso é o que recomenda o *framework* de combate à guerra híbrida. Entre as ações propostas estão o mapeamento de vulnerabilidades e a adoção de medidas para a sua proteção. Tais medidas contribuem para a dissuasão e resiliência da sociedade contra esse tipo de desafio.

3.4. Os Riscos e a Quantificação das Ameaças

O processo de gestão de riscos está intrinsecamente ligado à proteção de ativos críticos e redução de vulnerabilidades. Ele orienta a alocação de recursos e as escolhas estratégicas a serem adotadas para a minimização dos impactos dos riscos mais danosos, bem como para a redução da possibilidade de ocorrência dos riscos mais frequentes. Com isso, a gestão de riscos contribui significativa com a resiliência do sistema considerado, o que, de acordo com os estudos do MCDC (2019), está intrinsecamente relacionado ao combate à guerra

híbrida.

Por isso, é necessário um esforço para sistematizar os processos de identificação, compreensão e quantificação dos riscos ao poder marítimo. Como isso, será possível melhor gerenciá-los, reduzindo, substancialmente as vulnerabilidades do sistema. Neste estudo, será seguido o entendimento de Jobim (2019), que utiliza o termo “ameaça” em vez de “perigo”, por entender que o último se confunde com o conceito de dano. Dano é um impacto negativo, já ameaça seria o conjunto de circunstâncias que têm o potencial de causar um dano. Conseqüentemente, a mensuração de ameaças tem a vantagem de permitir a implementação de medidas preventivas, antecipatórias e de resposta, tornando o sistema mais resiliente.

O processo de avaliação de riscos, parte integrante da gestão de riscos, é composto por três fases. A primeira consiste na identificação dos riscos e suas fontes, sendo de extrema importância, pois caso um risco não seja identificado *a priori* não será incluído nas fases posteriores. A segunda etapa consiste na sua análise, quando serão estimadas as probabilidades e as conseqüências de sua ocorrência para o sistema estudado. Nessa fase, atribui-se um valor a essas duas variáveis, quantificando cada risco pela multiplicação desses dois fatores. Na terceira fase, os riscos são devidamente avaliados, com o auxílio de uma matriz de riscos, buscando identificar aqueles que são mais críticos para o sistema considerado. A avaliação possibilitará priorizar os riscos e orientará as escolhas estratégicas referentes ao tratamento a cada um deles (BRASILIANO, 2018).

Salienta-se que embora alguns riscos sejam menos críticos que outros, eles podem contribuir com a ocorrência dos demais. Em outras palavras, um determinado risco, caso concretizado, pode aumentar significativamente a possibilidade de ocorrência de outros riscos. Esses riscos são denominados de motrizes. Para se determinar a motricidade dos riscos, utiliza-se a matriz de impactos cruzados. Assim, os riscos mais relevantes para a organização são obtidos pelo confronto da sua criticidade (probabilidade x impactos) com a sua motricidade (dependentes x motrizes) (BRASILIANO, 2018).

Em uma perspectiva abrangente sobre a gestão de riscos, a ISO 31.000 considera que, além do processo de avaliação de riscos descrito anteriormente, há outras fases interrelacionadas, que são a definição do escopo e do contexto da análise de riscos, o monitoramento e controle, o tratamento dos riscos e a comunicação e a consulta às diversas partes interessadas no risco. (ABNT, 2018). Para o combate à guerra híbrida, o tratamento dos

riscos assume importância decisiva, pois, em última instância, permitirá o aumento de sua resiliência ante os ataques. Nesse caso, como estudado anteriormente, visualiza-se a necessidade de um esforço coordenado de todos os elementos do poder marítimo para o adequado tratamento.

3.5 Atributos do Mar e Amazonia Azul²² Brasileira

Findas as considerações teóricas, é necessário analisar o caso específico do Brasil. Para tanto, recorreremos aos atributos do mar, que, segundo Till (2018), explicam a importância do poder marítimo. Tais atributos compreendem o mar ao mesmo tempo como fonte de recursos, meio para o transporte e intercâmbio, meio de informação e ambiente de domínio.

As potências marítimas, ao longo da história, souberam beneficiar-se de um ciclo marítimo virtuoso, no qual, o sucesso em explorar um dos atributos potencializa o outro. Por exemplo, o intenso comércio marítimo, fomenta o desenvolvimento da infraestrutura portuária, os quais ampliam a possibilidade de explorar os recursos do mar, que, por sua vez, permitem financiar o desenvolvimento de tecnologias e materiais utilizados pelas forças navais, favorecendo o domínio do mar (TILL, 2018).

O Brasil, cujo descobrimento, colonização e expansão esteve intrinsecamente relacionado ao mar e as águas interiores, apresenta em sua história um longo vínculo com o mar e os rios, destacando-se as Bacias Amazônica e Paraguai-Paraná. Ainda hoje, constituem-se a principal eixo de comunicação entre os mais distantes rincões do Norte do País, sendo igualmente fonte de subsistência e de riquezas minerais e energéticas.

Por isso, para um país com a geografia do Brasil, os atributos do mar potencializam-

²² Termo cunhado pelo então Comandante da Marinha, Almirante Guimarães de Carvalho para referir-se à extensa área marítima que pertence ao Brasil, com 5,7 milhões de km², além das hidrovias e demais águas interiores brasileiras (FERREIRA, 2011).

se mutuamente. Assim, justifica-se a realização de uma breve análise de sua importância, destacando aspectos de interesse para a segurança marítima.

Primeiramente, a perspectiva do mar como meio de transporte e de intercâmbio sofreu mudanças significativas ao longo da história, mas não perdeu sua importância. A globalização acelerou o comércio mundial, impactando na intensificação do tráfego marítimo, pois a grande maioria desse comércio é realizada pelo mar, devido aos baixos custos e à menor interferência política, se comparado ao transporte terrestre (TILL, 2018).

Medido por peso e volume, 90% do comércio mundial ocorre por via marítima. Considerando o interesse mútuo das potências marítimas por preservar o comércio mundial, sob essa perspectiva prevalece a tendência de cooperação entre os estados (TILL, 2018). No Brasil, somente em 2019, os portos movimentaram mais de um bilhão de toneladas, de acordo com dados oficiais da Agência Nacional de Transporte Aquaviário (ANTAQ)²³. Já em 2020 observou-se o crescimento de 4,2%, com movimentações de 1,151 bilhão de toneladas, apesar da contração econômica advinda da pandemia de COVID-19.

Em relação ao mar como fonte de recursos, destacam-se as descobertas do grande volume de petróleo no Pré-sal e o desenvolvimento de capacidade tecnológica para sua extração, pela empresa Petróleo Brasileiro S.A, Petrobrás, uma das maiores produtoras de petróleo e gás do mundo. Segundo Judice (2018), a capacitação tecnológica aliada às vultosas reservas já descobertas no Pré-Sal tem potencial para transformar o Brasil num ator influente no jogo geopolítico internacional.

Vale ressaltar que as questões geopolíticas do Petróleo envolvem três pontos. O primeiro advém da constatação de que o petróleo ainda é a principal fonte de energia da maioria dos países. Decerto, há uma correlação direta entre o índice de desenvolvimento humano e consumo de energia *per capita*, de tal sorte que não há sociedade desenvolvida com baixo consumo energético (DA SILVA; APPEL 2020) .

Em segundo lugar, o petróleo está associado à segurança e defesa, e isso decorre do fato de ser a principal fonte de combustível para navios, aviões e carros de combate. O terceiro

²³ Disponível em <http://web.antaq.gov.br/anuario/>, acesso em 17/04/2021.

aspecto tem relação à competição pelos vultosos lucros advindos da exploração dessa fonte de recursos, sobretudo devido a uma pressão compradora sobre os preços que advém de a demanda superar a capacidade de descoberta de novos poços. Assim os territórios que detém o recurso são alvo de cobiça (DA SILVA; APPEL 2020).

É necessário reconhecer a destacada capacidade tecnológica brasileira de exploração de petróleo, o que vem permitindo extrair do mar quantidades cada vez maiores. Dados divulgados pela Petrobrás demonstram que a produção diária de petróleo no Pré-sal triplicou nos últimos quatro anos. Atualmente são extraídos 1,5 milhões de barris de petróleo por dia, com destaque para a Bacia de Santos, que produz 25 mil barris por dia por poço, muito acima da média da indústria de óleo e gás, e cujo potencial de expansão ainda é bastante elevado²⁴.

Diante de todos esses dados, Judice (2018) considera que devido ao alto valor geopolítico das reservas do polígono do Pré-sal e dos expressivos investimentos realizados, somados aos elevados custos das unidades produtoras envolvidas na extração do petróleo dessas regiões, elas merecem ser consideradas infraestruturas críticas para o país. Tamanha importância, tanto para a economia, como para a geopolítica nacional, requer a adoção de medidas apropriadas para a sua proteção.

Nesse caso, diferente do que ocorre com o transporte marítimo, onde prevalece a cooperação nas relações interestatais, em se tratando da exploração de recursos, prevalece a competição. Por isso, em crises ou conflitos, as infraestruturas de petróleo podem vir a ser alvos de ataques por parte de agressores híbridos, merecendo a devida atenção.

Outra atividade extrativista, a ser destacada é a pesca, cuja importância para o país é considerável, ainda que o pescado brasileiro, de águas quentes, possua menor valor comercial. Segundo dados de 2008, o Brasil possuía uma produção pesqueira e aquícola de pouco mais de 1,1 milhão de toneladas, ocupando a 21ª posição mundial. Já em 2010 passou à 19ª posição no comparativo com outros países, com produção de 1,26 milhão de toneladas. Comparativamente,

²⁴ Disponível em < https://petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/areas-de-atuacao/exploracao-e-producao-de-petroleo-e-gas/pre-sal/?gclid=CjwKCAjwpKCDBhBPEiwAFgBzj0QYslgHeGszEE0Swvspq8LzUOaMOWr0lPzWCFjNziVbk5bw-fYYmBoCJVIQAvD_BwE >. Acesso em 03/04/2021.

a China, primeira colocada, produziu cerca de 58 milhões e 63 milhões de toneladas, respectivamente segundo o ICMBIO²⁵.

Ressalta-se que não foram obtidos dados mais recentes, pois de acordo com o site da Coordenação Geral de Monitoramento da Aquicultura e Pesca²⁶ o último boletim estatístico foi publicado em 2011, com dados de 2010 e 2009, mas os números reforçam o potencial de crescimento desse setor e a grande importância da pesca para a China. Nesse segmento, compete à Marinha fiscalizar o cumprimento das leis do mar e garantir que nossos recursos não estejam sendo explorados, clandestinamente em sua Zona Econômica Exclusiva.

Além disso, preocupa a comunidade internacional o fato de o crescimento a nível mundial da pesca ter quadruplicado desde 1950, afetando a sustentabilidade biológica de espécies marinhas. A captura de pescado tem superado a capacidade de reprodução natural das espécies. No Mar da China, por exemplo, cuja biodiversidade era uma das maiores do planeta, encontra-se atualmente com uma disponibilidade estimada entre cinco e trinta por cento do que era em 1950 (TILL, 2018).

Todos esses pontos envolvem potenciais de disputas e demandas internacionais, sobretudo a partir da conscientização que, ao se tratar de meio ambiente, ações locais têm impacto regional ou mesmo global. Tal entendimento torna alguns países mais propensos a intervirem em assuntos de outros países, quando o problema envolve questões ambientais. Assim, o Alto-mar em vez de ser “terra de ninguém” poderá vir a ser considerado um bem comum de toda a humanidade, para preservá-lo às futuras gerações (TILL, 2018).

Tais conclusões também são reforçadas pelo Plano Estratégico da Marinha 2040 (2020), que levanta a possibilidade de combate pelo mar, possivelmente ligado a disputas envolvendo os espaços marítimos, sobretudo por questões ligadas ao extrativismo de recursos.

²⁵ De acordo com Boletim Estatístico da Pesca e Aquicultura, do extinto Ministério da Pesca e Aquicultura. Disponível em https://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/biblioteca/download/estatistica/est_2008_2009_nac_pesca.pdf. Acesso em 03/04/2021.

²⁶ Informação Disponível em :< <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/aquicultura-e-pesca/registro-monitoramento-e-cadastro/registro-monitoramento-da-aquicultura-e-da-pesca>>. Acesso em 03/04/2021.

Por conseguinte, usando pretextos políticos, ambientais, interesses étnico-religiosos, emergem novas possibilidades de conflitos armados motivados por recursos minerais e territórios.

Por fim, considerando o mar como meio de intercâmbio de informações, evidencia-se, na atualidade, as preocupações que envolvem a segurança dos cabos submarinos. Esses cabos respondem por mais de 95% da troca de informações interoceânicas. De acordo com o *Police Exchange*²⁷, há riscos envolvendo o ataque simultâneo a vários cabos de telecomunicações submarinos, o que poderia deixar sem conexão diversas regiões.

Isso ficou demonstrado no incidente ocorrido em 2008, no Mediterrâneo, próximo à Itália, no qual três cabos submarinos foram rompidos. Na ocasião, cerca de 80% da conectividade se perdeu, afetando grande parte do Oriente Médio. Tamanha perda impactou na redução das operações aéreas com drones dos EUA, que encontrava-se ocupando o Iraque. Esses meios aéreos são controlados à distância pela internet. Os reflexos desse rompimento também foram sentidos na Índia, que teve reduzida 70% de sua conectividade (MOSS, 2017).

Esse incidente revela as vulnerabilidades intrínsecas ao ambiente marítimo. Trata-se de uma área vasta, que cobre cerca de três quartos da superfície terrestre, sem claras delimitações de fronteiras, compreendendo a superfície marítima, o leito dos oceanos e o espaço sobrejacente. Por tudo isso, para garantir a continuada utilização e exploração de todos esses recursos é inegável a necessidade de protegê-los contra as ameaças que se apresentem, daí a crescente importância atribuída à segurança marítima.

3.6. Ameaças Híbridas ao Poder Marítimo

Encerrando as discussões desse capítulo, depreende-se que as ameaças híbridas marítimas representam um novo desafio para os atores responsáveis pela proteção de ativos no mar e, igualmente, para a Autoridade Marítima. Como uma estratégia que procura atuar de maneira dissimulada, sobretudo empregando meios não militares contra vulnerabilidades

²⁷ *Police Exchange* é um importante *think tank* do Reino Unido.

identificadas, a pesquisa constatou que esta tem sido uma opção adotada por diversos atores no ambiente competitivo do início deste século, contribuindo para garantir seus interesses.

A tendência de emprego das ameaças híbridas se justifica por diversos motivos. Relativamente, apresentam baixo custo para sua utilização, sobretudo se comparado aos meios militares tradicionais; são difíceis de serem detectadas e, ao mesmo tempo, de se identificar a autoria dos ataques; também pelas vulnerabilidades apresentadas pelo ambiente marítimo. Por isso, é necessário estudar as diversas ameaças já identificadas a fim de adequadamente buscar estratégias para a sua proteção.

Entre as formas criativas de interferir na atividade comercial, as ameaças híbridas podem incluir a sabotagem, GPS *spoofing*²⁸, ataques cibernéticos à cadeia de suprimentos ou em ações que impeçam o acesso aos portos e pontos focais, além de crimes ambientais que paralise ou causem prejuízos à atividade comercial.

A maior dependência da internet para as atividades marítimas comerciais ou militares também aumenta as vulnerabilidades aos ataques cibernéticos, como os que afetaram a empresa de navegação *Maersk*, em 2017. Nesse episódio, a empresa foi contaminada com um malware, levando-a, como precaução, a paralisar suas atividades em 76 terminais portuários e manter todos os seus navios fundeados no mar. Tal fato levou a conjecturas a respeito da possibilidade de um ataque cibernético ser capaz de produzir danos físicos fazendo com que os navios colidam com infraestruturas críticas e portos, o que traria impactos ainda maiores (KREMIDAS-COURTNEY, 2018).

Inclusive, as ameaças híbridas a navios mercantes também têm sido um problema crescente. Em maio de 2019, num ancoradouro no Emirados Árabes Unidos, quatro petroleiros foram provavelmente atacados por drones submarinos atingindo a popa numa região próxima ao hélice. Antes disso, dois barcos com explosivos remotamente pilotados foram apreendidos pela Arábia Saudita. Tais ataques foram imputados ao Iran que ameaçara previamente realizar

²⁸ Forma de ataque em que um satélite usa um sinal mais forte que o satélite de posição do sistema global de posicionamento (GPS) e confunde o sistema de navegação de seu alvo. Isso pode ser usado por piratas para atrair o navio para áreas próximas a costa ou por atores intencionados em provocar acidentes navio a navio ou navio-costa.

ataques aos EUA e seus interesses (MANIATIS, 2019).

Esses exemplos demonstram a variedade de possibilidades que as ameaças híbridas dispõem, para as quais a segurança marítima deve estar preparada. Para tanto, o Centro de Excelência Europeu para o Combate às Ameaças Híbridas criou um Manual de Ameaças Híbridas Marítimas (2019), em que são discutidos dez cenários sob a perspectiva das leis do mar e do Direito Humanitário Internacional, fomentando discussões e formas de enfrentamento utilizando-se de ferramentas legais contra os desafios visualizados em cada cenário.

A formulação de cenários prospectivos pode ser uma ferramenta de grande valia que, além de fomentar discussões e ajudar a identificar formas adequadas para se combater o problema, auxilia na conscientização dos líderes sobre a sua gravidade. Se as ameaças híbridas são difíceis de serem identificadas e percebidas, apesar de muito danosas, somente investindo na conscientização dos líderes e dos atores envolvidos na segurança marítima é que se conseguirá motivá-los para a adoção das práticas e realização de investimentos necessários ao seu enfrentamento.

Sem dúvida, a possibilidade de as ameaças híbridas comprometerem as infraestruturas críticas ligadas ao comércio marítimo, como os portos mais importantes, à atividade de produção de petróleo e gás no mar, como as plataformas, navios aliviadores e terminais, ou mesmo, hubs de cabos submarinos representam uma séria ameaça, cujos impactos seriam catastróficos para o país.

Dessa forma, a compreensão da gravidade do problema das ameaças híbridas ao Poder Marítimo e a sensibilização dos líderes da sociedade podem motivar a realização dos investimentos necessários para a adoção da estrutura de enfrentamento da guerra híbrida proposta pelo MCDC. Afinal, as instituições brasileiras, como a Marinha, não adotarão soluções propostas pela OTAN para seus problemas a menos que percebam que tais problemas sejam compartilhados pelo Brasil e que as medidas propostas sejam aderentes à realidade social e cultural brasileiras.

Nesse sentido, cresce de importância a Academia desenvolvendo estudos sobre o problema, o que permitirá o desenvolvimento de conceitos e de soluções para o seu enfrentamento. Ao mesmo tempo em que contribui para a conscientização para o engajamento de líderes da sociedade, sobretudo por meio de atividades de ensino, seminários e fóruns de discussão.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA E DISCUSSÃO

A fim de mapear as percepções de agentes que atuam diretamente no combate às ameaças ao poder marítimo, foram inicialmente realizadas visitas exploratórias ao Comando Naval de Operações Especiais, ao Centro Integrado de Segurança Marítima e ao Santos *Port Authority*, além de consultas iniciais a alguns servidores e funcionários de empresas selecionadas que se dedicam ao entendimento das ameaças marítimas.

Segundo Marconi e Lakatos (2017 p.209), a pesquisa exploratória tem a finalidade de aumentar a familiaridade do pesquisador com um ambiente ou fenômeno e direcionar pesquisas futuras. Nessas visitas há diversas técnicas que podem ser usadas, em uma delas, a observação não participante “o pesquisador toma contato com a comunidade, grupo ou a realidade estudada, mas não se integra a ela, permanece de fora. (...) faz mais o papel de espectador”.

As percepções iniciais obtidas nessa fase exploratória, bem como na revisão bibliográfica, permitiram estruturar um questionário eletrônico, que foi distribuído para Organizações da Marinha do Brasil ligadas à Segurança Marítima e Segurança Cibernética, bem como para os alunos do Curso de Extensão em Estudos Marítimos, da Escola de Guerra Naval, servidores do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICM-Bio) e da Secretaria de Pesca e Aquicultura (SPA) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Também foi encorajada a replicação e distribuição do questionário, apenso a esta Tese, para seus pares nos órgãos que representam, utilizando-se da técnica da bola de neve²⁹.

As perguntas em sua maioria foram de múltipla escolha, de forma a obter objetividade nas respostas. Sua estruturação partiu da constatação de que aqueles que combatem

²⁹ Esta técnica de distribuição consiste numa estratégia de recrutamento em cadeia, na qual é solicitado a um participante indicar um novo participante para a amostra. Na distribuição de questionários, depois de responderem às perguntas, eles foram encorajados a repassá-lo para outros representantes de sua organização.

as ameaças tradicionais ao poder marítimo serão os mesmos que terão que lidar com ameaças híbridas. Além disso, conforme previsto no *framework* de combate à guerra híbrida, estudado no capítulo dois, é necessário integrar os dados produzidos por diversos setores da sociedade, a fim de possibilitar a identificação da ocorrência de ameaças híbridas.

Vale ressaltar que, conforme destaca Hoffman (2007), o uso de atividades ilegais em proveito da estratégia da guerra híbrida é seu principal componente disruptivo. Por isso, a pesquisa procurou mapear como os servidores que atuam nas atividades de monitoramento e repressão a crimes ligados ao mar percebem as violações e identificar qual o tratamento dado às infrações e aos infratores.

Considerando a proposição desta tese de avaliar a aplicabilidade do *framework* de combate à guerra híbrida por parte da Marinha do Brasil, as perguntas do questionário foram direcionadas para dois dos três principais segmentos, quais sejam a detecção e a dissuasão. Conforme observa-se no Apêndice.

Assim, as primeiras quatro perguntas relacionam-se à frequência de ocorrência e capacidade de detecção de ameaças, a quinta pergunta analisa a comunicação do ataque às instâncias superiores, cujos recursos para integrar os dados seriam maiores. As perguntas seis e sete relacionam-se à dissuasão, abrangendo aspectos da comunicação, credibilidade e custos. As últimas duas perguntas procuram explorar o comportamento ante à desinformação (abordando o aspecto da resiliência) e questões subjetivas como a automotivação.

Essa divisão, permitiu agrupar as respostas previamente, facilitando a análise de conteúdo pelo método de Bardin (1977) que é composta por três fases: a pré-análise (a exploração do material e o tratamento dos dados), a inferência e a interpretação. O método da análise de conteúdo é uma ferramenta útil para a interpretação das percepções dos diversos agentes entrevistados.

O espaço amostral dos questionários correspondeu a 65 participantes, sendo 42 militares e 23 servidores públicos civis, que em sua maioria possuem mais de dez anos de experiência nos órgãos em que trabalham. Apenas quatro, dos 65 participantes possuíam menos de dez anos de serviço.

Em complemento aos questionários, direcionados às ações de detecção e dissuasão, do *framework*, a pesquisa valeu-se de entrevistas semiestruturadas realizadas com os principais agentes que atuaram na resposta coordenada pela Marinha durante a crise estabelecida com o

derramamento criminoso de óleo no mar, ocorrida em 2019, no Nordeste brasileiro. As entrevistas, cujos aspectos mais importantes à pesquisa foram transcritos, encontra-se como apêndices à Tese.

4.1 Análise de Resultados dos Questionários

A primeira pergunta procurou identificar o grau de sensibilidade dos agentes em relação aos tipos mais frequentes de ameaças ao poder marítimo. A lista foi extraída da relação de ameaças constantes do Plano Estratégico da Marinha de 2040. Para as respostas foi admitida mais de uma opção. O GRAF. 1 apresenta as estatísticas afetas às ameaças ao poder marítimo.

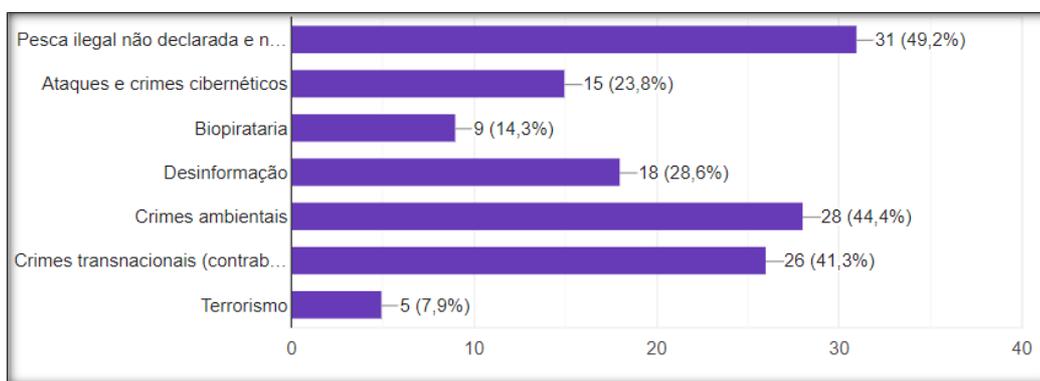


Gráfico 1 - Percepção Estatística da Ocorrência de Ameaças ao Poder Marítimo

Fonte: autor.

O gráfico destaca a pesca ilegal, não regulamentada e não declarada, como o tipo mais frequente, com 50% de ocorrência. Realmente, trata-se de um problema que afeta igualmente os militares que planejam operações de patrulha nas águas jurisdicionais brasileiras e servidores do IBAMA ou da SPA. Assim, as expressões dos servidores em relação a essa atividade demonstram adequação com as respostas subsequentes e às dificuldades repressoras em relação a tal prática, sejam elas de natureza legal ou mesmo de capacidade de fiscalização e controle.

Em seguida, apareceram os crimes ambientais (44,4%), seguidos pelos crimes transnacionais (41,3%). Vale ressaltar que a pesca em períodos não permitidos, como o defeso, realizada em áreas interdidas ou usando técnicas proibidas, também são considerados crimes ambientais. Alguns entrevistados, relataram ser essa a ameaça mais comum. No campo informacional, a desinformação e os crimes cibernéticos também apareceram com cerca de 29

e 24%, respectivamente. Por fim, observou-se o terrorismo (7,9%), ainda que oficialmente não haja registro de ações terroristas em águas jurisdicionais brasileiras.

Vale ressaltar que, conforme constatou a pesquisa de campo, alguns barcos pesqueiros que praticam a pesca ilegal, não declarada e não regulamentada também participam da cadeia de distribuição do tráfico internacional de entorpecentes. Segundo relatos colhidos junto ao CISMAR, alguns desses pesqueiros podem atuar na recepção de cargas criminosas longe da costa, inicialmente transportadas por navios mercantes. Assim, o conteúdo ilícito não chega através dos portos onde é maior a fiscalização e repressão. De posse dos pesqueiros, a carga é descarregada em terra por meio das comunidades pesqueiras ou pequenos atracadouros.

Em continuação, a segunda pergunta buscou um aspecto quantitativo, conforme a visão profissional dos entrevistados quanto à frequência de ocorrência. Quase 70% deles têm a percepção de que as ameaças ocorrem frequentemente. Fortemente, apresenta-se nesse caso a pesca não autorizada, não regulamentada e não declarada, crimes cibernéticos e desinformação. Em outra pergunta, os participantes foram confrontados com a possibilidade de detecção das ocorrências, resultando num comportamento bastante dividido, que aponta para uma dificuldade de detecção, conforme o GRAF. 2.

II. Qual a sua percepção da capacidade que seu setor/ trabalho/ agência possui de detectar a ocorrência de uma ameaça?

64 respostas

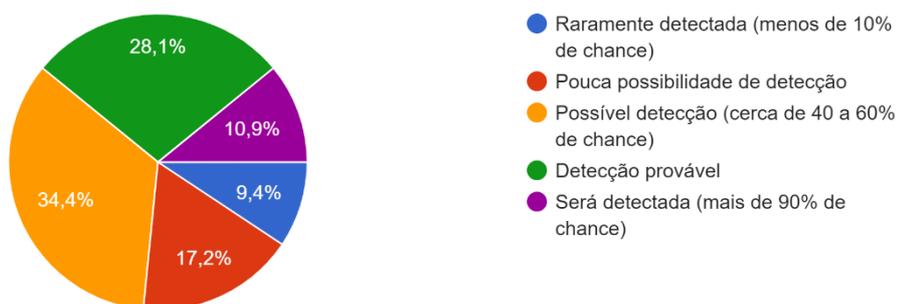


Gráfico 2 - Estatísticas da percepção da sensibilidade para a detecção das ameaças.

Fonte: autor.

A partir da análise dos dados, deduz-se que o tipo de ameaça também parece estar associado à possibilidade de detecção. Por exemplo, os crimes cibernéticos e a desinformação

foram as ameaças consideradas de mais provável detecção, com a possibilidade de identificação superior a 90% para seis e quatro servidores, respectivamente. Com efeito, a sensibilidade para a detecção é maior em relação aos crimes cibernéticos e menor em relação à pesca ilegal, não declarada e não regulamentada, que também é considerada uma das ocorrências mais frequentes.

Para esclarecer esse resultado, recorreremos à análise Bardin (1977), justificando as dificuldades relacionadas à grande extensão da Zona Econômica Exclusiva (ZEE) e quantidade insuficiente de meios e recursos para fiscalização. Ressalta-se que a maior parte da ZEE brasileira é monitorada, preponderantemente, pelo sistema de monitoramento passivo, que é dependente de os navios trafegarem com os sistemas de posicionamento, tais como o AIS³⁰, ligados.

A pesquisa também alcançou resultados alinhados a essa carência de informações, considerando a grande extensão da área a ser monitorada. No centro dos interesses está a capacidade acerca da quantidade de informações disponíveis que contribuam para a identificação das ameaças e potenciais criminosos. Quase metade dos entrevistados consideram as informações insuficientes. Tal realidade já vem sendo admitida pela Marinha, cujo planejamento estratégico prevê, para abordar esse problema, a implementação do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz).

Entretanto, para além dessa constatação, a escassez de informações também sugere a falta de integração dos diversos dados ora disponíveis. Em visita à empresa Praticagem de São Paulo e à Autoridade Portuária de Santos, verificamos que há diversos sensores instalados e sistemas de comando e controle para otimizar a utilização do citado porto, que podem ser aproveitados pela MB em proveito da segurança marítima.

Igualmente, conforme a etapa de entrevista exploratória com executivos da empresa Petróleo do Brasil, Petrobrás, protagonista na exploração de petróleo e gás na área do Pré-Sal, percebemos que diversas informações ora monitoradas poderiam ser compartilhadas para

³⁰ AIS – Do inglês, *automatic identification system* (sistema automático de identificação) trata-se de um transceptor presente nos navios usados para transmitir a posição, sua identificação e outros dados de interesse à navegação.

aprimorar a consciência situacional marítima por intermédio de um centro de comando capaz de integrar os dados de interesse.

Com isso, a análise dos dados de sistemas críticos, seria realizada por um painel de especialistas, possibilitando o estabelecimento de linhas base de normalidade desses sistemas, conforme propõe o MCDC. Ainda que inicialmente não haja o compartilhamento de dados brutos, o que demandaria investimentos em interoperabilidade, é possível criar procedimentos para a comunicação de incidentes, ante o surgimento de qualquer comportamento anômalo.

Assim, além de investimentos para ampliar o monitoramento, por meio da instalação e lançamento de novos sensores, o que será contemplado por meio do desenvolvimento do SisGAAz, é possível criar iniciativas para a integração do setor público e iniciativa privada. A proposta do MCDC de implementação de um comitê executivo de combate à guerra híbrida não será apenas aplicável, como irá ao encontro das necessidades de padronizar procedimentos para compartilhamento de informações de interesse.

A falta de integração também ficou evidente na quarta pergunta, que avalia a comunicação das infrações e crimes detectados para instâncias superiores. Como verificado, já parece fazer parte dos procedimentos dos diversos órgãos reportarem as ocorrências com regularidade. Descobriu-se, todavia, uma diferença de comportamento entre os servidores civis e militares quanto a isso, 38% dos entrevistados civis informou que reporta as ocorrências apenas mediante solicitação, enquanto entre os militares esse número é menor, cerca de 12%.

Considerando a necessidade de alinhar comunicação, credibilidade e capacidade para se obter o efeito dissuasório, como discutido no capítulo dois, as perguntas seguintes abordaram essas variáveis. Em outras palavras, buscou-se investigar se as ações governamentais conseguem transmitir aos potenciais agressores e infratores a mensagem que os benefícios não compensam os riscos de uma ação adversa.

Por isso, a pergunta V abordou essa capacidade de comunicar as graduação e intensão de impor custos. Já a pergunta VI abordava se os custos para potenciais infratores eram suficientemente altos para desencorajar as atividades ilícitas. O GRAF. 3 apresenta o resultado.

V. Uma das formas de desestimular a prática de atos ilícitos é a comunicação ou divulgação para o público dos potenciais custos para os infratores ...o de responder às ameaças, qual a sua percepção?
62 respostas



Gráfico 3 - Estatísticas da percepção da capacidade de comunicação de penalidades a infratores.

Fonte: autor.

Ao analisar o gráfico, constata-se que os entrevistados, em sua maioria, consideram que há uma deficiência na comunicação mediante seu papel no efeito dissuasório. Segundo o MCDC, 2019, há duas estratégias para obter a dissuasão, por negação e por custos. A dissuasão por custos procura desencorajar o comportamento hostil ante estratégias de imposição de custos que façam não compensar uma ação invasora. A capacidade e vontade (credibilidade) de impor custos ou de repelir ataques, que associadas à comunicação, segundo Lindsay e Gartzke (2019), levam o efeito dissuasório.

Por isso, a quinta pergunta procurou abarcar esses dois componentes, traduzidos na percepção dos servidores em relação aos custos imputados aos criminosos e infratores. Nesse caso, deveriam atribuir uma nota de um a cinco, que correspondia a sua avaliação em relação aos custos imputados aos infratores e criminosos quando pegos cometendo ilícitos. Sendo um a percepção de baixos custos e 5 o mais elevado.

Como observado no GRAF. 4, de maneira geral, os servidores não consideram que os custos a potenciais agressores sejam suficientemente altos. Como resultado, mais de 30% dos entrevistados atribuíram o grau 1, demonstrando notavelmente de que são, realmente, muito baixos. Analisando os dados de forma separada entre civis e militares, chega-se à média de 2,14 para os militares e de 2,65 para os civis.

VI. Considera que os custos para quem é identificado cometendo um crime ou contravenção são altos? Avalie com uma nota entre 1 e 5, onde 1 sign...ensagem de que não vale a pena praticar o ilícito.
61 respostas

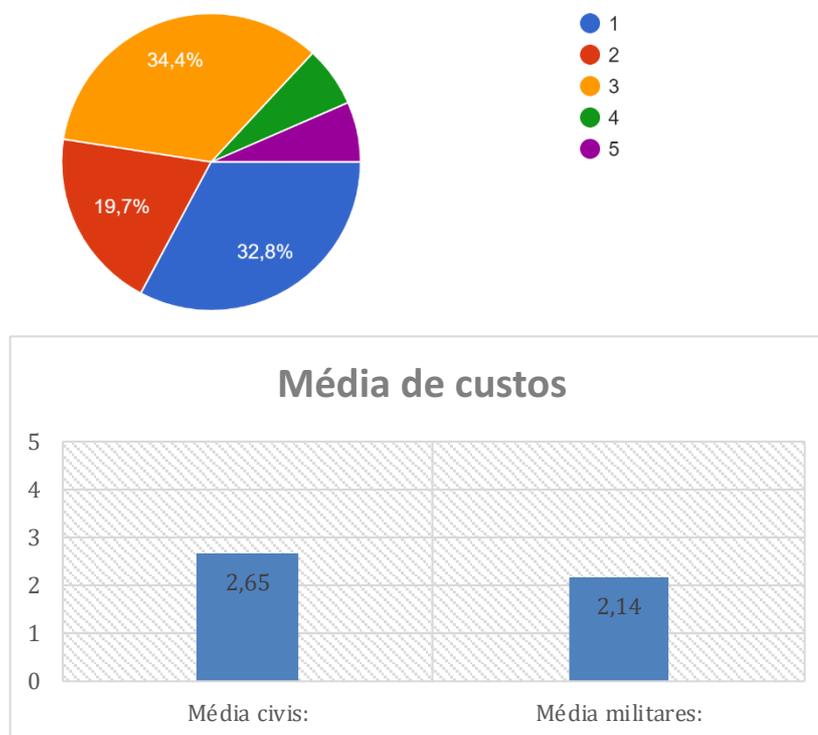


Gráfico 4 – Quantificação da percepção quanto aos custos aplicados a criminosos ou contraventores.

Fonte: autor.

Considerando os aspectos relacionados à dissuasão, as respostas às perguntas relacionadas aos três segmentos anteriormente discutidos, quais sejam a credibilidade, a capacidade e a resposta, sinalizam que o potencial de provocar a dissuasão frente às principais ameaças ao Poder Marítimo, ainda é incipiente. O que evidencia a falta de estratégia específica e até uma postura bastante relaxada por parte do Estado Brasileiro.

Os resultados sinalizam a falta de campanhas de comunicação claras voltadas para os potenciais infratores, que expressem a intensão do Estado Brasileiro em punir criminosos, sejam eles *hackers*, pescadores que cometem crimes ambientais, contrabandistas ou narcotraficantes. Também se constatou que os custos não alcançam patamares altos o suficiente a ponto de criar o efeito dissuasório.

Essa perspectiva em relação ao custos é aclarada pelo especialista em direito do

Mar, Tiago Zanella (2021). De acordo com a Convenção das Nações Unidas do Direito do Mar não é permitida a detenção de embarcações, nem impor penas privativas de liberdade para as tripulações de navios estrangeiros que tenham sido apresados realizando a pesca ilegal na zona econômica exclusiva brasileira, derramamento de óleo e outras infrações. Após o pagamento de garantias financeiras, o Estado restitui à condição de liberdade as embarcações e tripulações apresadas.

O mesmo se aplica à Lei Nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre crimes ambientais. Seu texto prevê que pescar em locais interditados ou em períodos nas quais a pesca é proibida ou usando técnicas lesivas à biodiversidade marinha é crime ambiental, sujeito à detenção de um a três anos ou o pagamento de multa. Mas, segundo Zanella (2021), há necessidade de incorporar alguns protocolos dos quais o Brasil já é signatário, como é o caso da Pirataria, para o qual ainda não há lei interna que tipifique o crime no país.

Como última e mais importante pergunta, buscou-se medir diretamente o grau de entendimento dos entrevistados quanto ao conceito de guerra híbrida. Como apresentado pela revisão de literatura, uma das maiores dificuldades de responder à guerra híbrida nasce da mentalidade deficiente para a detecção desse fenômeno, associada a uma formatação do pensamento ocidental em sistema binário entre guerra e paz (MCDC, 2019; HOFFMAN, 2018).

Nesse caso, observou-se que apenas 40% dos entrevistados tinham a compreensão do que é a guerra híbrida, sendo que 17% afirmaram não saber o que significa. A falta da capacidade para conhecer e compreender o problema também apareceu nas respostas abertas do questionário, como um obstáculo à adequada abordagem do problema.

A análise dos dados coletados nos questionários revelou a adequação das orientações atinentes à detecção e dissuasão, propostas no *framework* do MCDC para o combate à guerra híbrida no Brasil, com as já desenvolvidas pelos órgãos que atuam no enfrentamento de ameaças ao poder marítimo. Tal análise também permite a identificação de respostas incompletas, que se melhoradas, ampliarão a segurança marítima.

Em primeiro lugar, constatou-se que a despeito de muitas das ações necessárias para a detecção de ameaças híbridas já serem realizadas pelos diversos órgãos que atuam no enfrentamento das ameaças específicas ao Poder Marítimo, há necessidade de fusão de dados. Para tanto, são válidas as recomendações de Cullen e Reichborn-Kjenrud (2017) de mapear as vulnerabilidades nos campos político, militar, econômico, socio-informacionais e

infraestruturais (PMESII), em separado, para posteriormente associá-las num centro capaz de montar um panorama geral.

A operacionalização da integração se dá pelo acompanhamento de indicadores de normalidade, emergência e crise, oriundos dos trabalhos do comitê executivo de combate às ameaças híbridas marítimas, com a coparticipação de diversos órgãos e organizações civis, além da Marinha (MCDC, 2019). No âmbito interno, existe a necessidade de integrar informações já disponíveis e geradas por diversos órgãos atuantes no Poder Marítimo, concentrando-as em num centro de comando.

Concomitantemente, deve-se buscar, por meio da proposição de regulamentações, a construção de protocolos que facilitem o compartilhamento das informações necessárias para aproximar as empresas atuantes no mar, portos, órgãos municipais, estaduais e federais da Marinha.

Retomando o que já foi trazido no capítulo três, mas agora colocado em escala, a Marinha do Brasil, a partir das atribuições previstas na Lei Complementar no 97/1999, não somente possui a responsabilidade, como também, está investida das competências necessárias para realizar esse esforço de integração, em coordenação com órgãos e organizações públicas e privadas.

Em relação às lacunas na capacidade de dissuasão, a análise revelou a necessidade de reforçar a comunicação institucional de forma preventiva, voltada para coibir a prática de atos ilegais no mar. Tais medidas envolvem a conscientização da comunidade marítima, sobretudo pesqueira, onde a ocorrência de problemas é maior, além da divulgação das penalidades e sanções aplicadas, como forma de desestimular a prática de atos ilegais nas águas jurisdicionais.

Para o longo prazo, estima-se a necessidade de atualização das leis e normativas, avaliando se as multas e penalidades a eventuais infratores são capazes de exercer o efeito dissuasório. Além disso, faz-se necessária a internalização de normas e acordos internacionais, das quais o Brasil é signatário.

4.2 A resposta às ameaças híbridas e a análise das Entrevistas

Como discutido anteriormente, a resposta às ameaças híbridas depende de prévio

estabelecimento de objetivos estratégicos pelo nível político, os quais orientarão a postura do Estado no enfrentamento da guerra híbrida. Além disso, identifica-se na literatura um debate se as ameaças híbridas caracterizarem ou não um ato de agressão. Tal enquadramento ensejaria ao estado atingido o direito à legítima defesa.

Quanto a isso, é necessário analisar cada caso específico, para definir se resposta será a devida a uma agressão armada ou se devem ser correspondentes a um mero comportamento hostil (MONAGHAN, 2019). Conforme já abordado, o Art. 49 do Protocolo Adicional I à Convenção de 1949 de Genebra caracteriza o que pode ser classificado como um ataque, assim é necessário analisar os meios empregados pela ameaça híbrida e os danos produzidos. Assim, os objetivos estratégicos e o grau de intensidade do ataque orientarão a resposta.

Passando à análise do conjunto de ações de resposta, que é o terceiro componente do *framework* de combate a guerra híbrida, a pesquisa comparou a teoria às ações executadas e coordenadas pela Marinha em face do incidente de derramamento de grande quantidade de óleo no mar, ocorrido no período de 30 de agosto de 2019 a 20 de março de 2020 e contaminou 130 municípios brasileiros em onze estados.

A análise desse caso particular em profundidade é justificada pela metodologia monográfica. Segundo Marconi e Lakatos (2017 p.115) essa metodologia parte do “princípio de que qualquer caso que se estudo em profundidade pode ser considerado representativo de muitos outros ou até de todos os casos semelhantes.”

Em relação ao exemplo estudado, convém analisar as dimensões do desafio enfrentado. Segundo relatório da Diretoria-Geral de Navegação (2020b), esse foi o maior desastre ambiental por óleo da história do país. Em termos numéricos, quantidade coletada foi superior a cinco mil toneladas de petróleo bruto e material oleado, demonstrando a expressiva quantidade de óleo lançada ao mar. Segundo Garriga (2021) o fato de o vazamento não ter sido notificado por si só configura o incidente como um crime ambiental, independentemente de ter sido acidente ou um ato voluntário.

De acordo com as proporções tomadas pelo incidente, com repercussões ambientais, econômicas e políticas, rapidamente evoluíram a situação tendo sido instaurada uma crise de âmbito nacional, que ensejou o envolvimento das Forças Armadas, órgãos ambientais e de polícia, além de agências de estados e municípios atingidos. No campo político,

observou-se a exploração do ocorrido na tentativa de desgastar o governo, como a abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI).

Quanto a isso, destacam-se dois aspectos. O primeiro refere-se ao problema gerador, o lançamento clandestino de óleo no mar, em quantidades suficientes para contaminar diversas praias, arrecifes, manguezais e corais da Região Nordeste e algumas regiões costeiras na região Sudeste do Brasil. Esse desastre ambiental produziu efeitos nocivos ao meio ambiente, afetando as atividades econômicas da pesca, aquicultura e turismo, principalmente. Também intoxicou mais de setenta pessoas, segundo informações levantadas.

O segundo aspecto corresponde aos desdobramentos do crime ambiental, cujas repercussões ocorreram sobretudo nos campos social e político, muito influenciado pelas ações transcorridas no ambiente informacional. Nesse caso, não iremos analisar todas as ações e seus desdobramentos, em face das limitações dessa pesquisa, mas aprofundar em um caso pontual, dos quais se podem extrair conclusões de interesse.

A atuação do Governo, na resposta a essa crise, contemplou a ativação do Grupo de Acompanhamento e Avaliação (GAA), previsto no Plano Nacional de Contingência para incidentes de Poluição por Óleo. Esse grupo é composto por representantes da Marinha, IBAMA e da Agência Nacional de Petróleo (ANP). No que concerne à Marinha, o Contra-Almirante Garriga (2021), que à época era o Comandante do CISMAR, destaca dois eixos principais de atuação na resposta à crise.

O primeiro compreendeu um esforço para controlar os danos ambientais causados. Esse esforço incluiu as Forças Armadas, os órgãos ambientais, as prefeituras e diversos voluntários. O segundo, englobou as investigações para apurar as origens, responsáveis e circunstâncias do incidente. Nesse sentido, foram adotadas três linhas investigativas, incluindo a análise físico-química do material coletado, a oceanografia, que envolveu o estudo das correntes marítimas e a análise do tráfego marítimo.

No esforço de contenção dos danos ambientais, no âmbito institucional, a Marinha desencadeou a operação “Amazônia Azul – Mar Limpo é vida”. Nessa operação, as forças navais foram movimentadas para o Nordeste, incluindo navios com capacidade de projeção de fuzileiros navais em terra, para proporcionar flexibilidade (BRASIL, 2020b). A análise revela que essa presença da Esquadra também foi uma demonstração da vontade brasileira em responder a qualquer ameaça ao seu território, sendo, portanto, um componente dissuasório.

Contribuindo com as intenções em apurar as circunstâncias e seus responsáveis, Garriga (2021) ressaltou uma iniciativa coordenada pela Diretoria-Geral de Desenvolvimento Nuclear e Tecnológico da Marinha de criação, na ocasião, de um comitê técnico colaborativo para assuntos de poluição por óleo. Em sua avaliação, esse comitê foi muito importante para trazer luz ao problema, contribuindo para integrar as informações trazidas por pesquisadores independentes num esforço investigativo interdisciplinar, aproximando a Defesa e a Academia, ao mesmo tempo que buscou uma posição técnica e mais transparente na crise.

Essa interdisciplinaridade também se fez presente no próprio órgão de coordenação da resposta à crise, o GAA. Além dos órgãos anteriormente citados, diversas agências governamentais (federais, estaduais e municipais) se fizeram representar, bem como, a PETROBRAS, o ITOPF³¹, a comunidade científica e as universidades, além da participação de voluntários, unindo recursos para mitigar os efeitos do derramamento de óleo (BRASIL, 2020b). Dias (2021), que representou a MB nesse grupo, ressaltou a sinergia e profissionalismo dos participantes, contribuindo para assertividade e transparência das respostas.

Entretanto, além dos danos ao meio ambiente, observaram-se ações que repercutiram no ambiente informacional, dentre as quais, destaca-se a desinformação. Nesse sentido será investigada uma desinformação, em especial, e seus desdobramentos, incluindo a percepção dos envolvidos. Ela associava o crime ambiental estudado a um suposto vazamento ocorrido na região do Pré-sal, tendo origem em hipótese construída a partir de imagens satélite.

Vale ressaltar que, em princípio, tal possibilidade fora tratada como uma notícia por órgãos de mídia convencional, que divulgaram essa linha investigativa, elaborada por um especialista independente. Segundo Garriga (2021), o Comitê Técnico Colaborativo para assuntos de poluição por óleo concentrava as contribuições da comunidade científica, atuando em conjunto com a Marinha ou independentemente para investigar o problema. Entretanto, alguns especialistas preferiam dirigir-se diretamente à mídia e apresentar suas investigações.

Esse movimento, por si só não seria um problema, porque, com transparência, leva as discussões para a sociedade. Ademais, a Marinha declarou na ocasião que, em princípio, não

³¹ ITOPF, *International Tanker Owners Pollution Federation Limited*, é uma organização sem fins lucrativos dedicada ao assessoramento técnico em vazamentos e acidentes com óleos e químicos no mar.

seria descartada nenhuma possibilidade. Mas diante de informações conflitantes, a desinformação ganha força, sobretudo quando se atribui a uma opinião ou hipótese a mesma relevância de um fato; quando se dá mais publicidade a uma opinião do que a uma evidência.

Nesse caso em estudo, foram selecionadas algumas reportagens publicadas no site do grupo Globo de comunicação, um dos mais importantes do Brasil. A primeira, de 25 de outubro de 2019, dá publicidade ao resultado análise físico-química do óleo. A análise, baseada nas características do material coletado atribui sua origem a três poços da Venezuela, descartando assim qualquer correlação com o petróleo produzido no Brasil.

Outra característica do óleo brasileiro é o fato de ser menos denso que a água do mar. Por isso, se lançado ao mar, desloca-se na superfície, o que tornaria possível a sua detecção por imagens satélites e sobrevoos de aeronaves.³² O óleo em questão era pesado, deslocava-se abaixo da superfície e somente era detectado nas proximidades praias e arrecifes.

O relatório da Marinha confirma que por suas características singulares, esse óleo movimentava-se abaixo da superfície e só se tornava perceptível próximo à linha de arrebentação, junto às praias. Em virtude disso, tampouco foi possível empregar os métodos tradicionais de detecção e contenção, dificultado ainda mais o trabalho das instituições brasileiras. Essas características conferiram um caráter de ineditismo ao incidente e contribuiriam para descartar a hipótese levantada (BRASIL, 2020b).

Apesar da publicidade dada a esses fatos, que invalidariam a hipótese elaborada pelo especialista que associava o óleo do crime ambiental ao Pré-sal, matérias jornalísticas continuavam sendo produzidas com esse conteúdo. É o que demonstra uma segunda matéria, publicada cinco dias após terem sido veiculados os fatos comentados anteriormente. Ainda assim, o especialista entrevistado apresenta as suas conclusões, baseadas na análise de manchas

³² SILVEIRA, Daniel. Óleo encontrado nas praias do Nordeste vem de 3 campos da Venezuela, diz Petrobras. *GI Economia*. Rio de Janeiro, 25 out. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/10/25/petrobras-diz-que-e-praticamente-impossivel-impedir-que-oleo-chegue-as-praias.ghtml>. Acesso em 19/08/2021.

identificadas na superfície do mar, a partir de imagens geradas pelo satélite *Sentinel*³³ europeu, disponibilizadas a um grupo de pesquisadores do Laboratório LAPIS da Universidade Federal de Alagoas³⁴.

Em uma entrevista à TV Gazeta de Alagoas³², o especialista vai além da análise das imagens, insinuando a presença de três navios da Marinha na região, contribuindo para fomentar a desconfiança em relação às Instituições e ao Governo. Entretanto, como informado, tanto a origem do óleo não correspondia a essa possibilidade, quanto as suas características não permitiam a sua detecção por imagens ou sobrevoo, uma vez que era um fluido pesado.

Nesse contexto, entre desconfianças e profissionais trabalhando para investigar o problema cujas causas ainda eram desconhecidas, opiniões e especulações contribuem para a disseminação de notícias falsas, levando sentimentos conflitantes consigo para o ambiente informacional. Em uma delas, ainda disponível no *Youtube*³⁵, um ativista tenta desacreditar as informações divulgadas pelas instituições governamentais, apresentando uma narrativa alarmista e desprovida de relação com os fatos até então coletados. Ao final do vídeo incentiva manifestações políticas contra o governo.

Considerando que a desinformação é a disseminação intencional de informações falsas ou, no mínimo, de aspectos da realidade empregados de forma distorcida ou fora do contexto, para que de forma intencional sejam usados para agravar divisões sociais, desacreditar instituições públicas ou privadas, obter ganhos e criar uma narrativa tendenciosa (BARBOSA,

³³ Segundo o site da Embrapa, *Sentinel* é uma série de satélites desenvolvidos pela Agência Espacial Europeia (ESA), para o atendimento à missão de monitorar os recursos naturais terrestres, o uso e ocupação das terras o ambiente marinho, além de desastres ambientais. Disponível em: <https://www.embrapa.br/satelites-de-monitoramento/missoes/sentinel>>. Acesso em 16/07/2021.

³⁴ FARIAS, Michele. Pesquisador da Ufal diz ter localizado mancha que pode explicar origem de petróleo nas praias; Marinha nega relação. *TV Gazeta de Alagoas*. Maceió, 30 out. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2019/10/30/pesquisador-de-al-aponta-que-vazamento-de-oleo-pode-ocorrer-abaixo-da-superficie-no-sul-da-bahia.ghtml>>. Acesso em 16/07/2021.

³⁵ Ver vídeo disponibilizado pela TV GNN, no Youtube, contendo uma desinformação, com depoimento de um ativista a respeito do vazamento do óleo ter origem do pré-sal. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uidJntxc-j0>>. Acesso em 18/08/2021.

A., 2020). Logo, conclui-se que esse é um exemplo desse tipo ameaça.

O problema da desinformação foi agravado pela internet e redes sociais, que possibilitaram o crescimento exponencial da circulação de ideias, dando voz a qualquer cidadão para expressar suas opiniões. Porém suas características dificultam avaliar a qualidade e origem das informações, tornando possível produzir informações falsas a fim de atingir algum efeito (BARBOSA, A., 2020). Associado a isso está o conteúdo emocional das informações, dado que são as emoções que impulsionam o compartilhamento e disseminação das ideias em redes sociais (KORYBKO, 2018).

Analisando os discursos do ativista no vídeo disponível no *Youtube* e a entrevista com o especialista da Universidade do Alagoas, identifica-se que são comuns o sentimento de desconfiança em relação ao Governo e à participação da Marinha para supostamente ocultar alguma coisa. Assim, esses sentimentos contraditórios, sobretudo de desconfiança, passam a funcionar como um impulsionador da desinformação nas redes sociais, mobilizando a carga afetiva contrária às instituições, contribuindo, assim, para ampliar as tensões sociais.

Nesse sentido, a linguagem digital não sofre o filtro de mediadores. Mais ainda, o reduzido espaço de tempo entre uma ideia e a sua publicação nas redes sociais também contribui para que a comunicação ocorra sem a oportunidade de reflexões. Por isso a carga afetiva que carregam é muito maior do que em qualquer outra forma de comunicação. Na atualidade, a produção de conteúdo ocorre sem que seja possível um planejamento lento e de longo prazo, não havendo tempo para maturar uma ideia nem para criticar com profundidade o que se apresenta (HAN, 2018).

Contudo, vale ressaltar que as entrevistas comprovaram que essa desinformação específica não despertou a atenção do então Comandante do CISMAR, que continuamente dirigia-se à mídia. Possivelmente, isso se deve ao fato de que ela tenha como alvo grupos específicos, que já nutrem a desconfiança em relação aos sistemas, os quais estão buscando ideias e teorias que estejam em ressonância com suas crenças, por mais esdrúxulas que sejam (BARBOSA, A., 2020).

Entretanto, ainda assim, dados os desdobramentos dessa informação falsa, era necessário que a Instituição tivesse procedimentos para identificar as ameaças e compartilhar com os principais atores, não desperdiçando a oportunidade de contrapô-las. Como constatado, O “combate” à desinformação durante a crise era responsabilidade do Comando Naval de

Operações Especiais, que monitorava as redes sociais e notícias a fim de, inicialmente, identificá-las para então contrapô-las (LAGE, 2021). Ele também ressalta as preocupações com as atividades cibernéticas. Esse órgão também procurava detectar o “hacktivismo”, por meio do acompanhamento do ambiente informacional (DIAS, 2021). O relacionamento com a Imprensa ficou a cargo do Centro de Comunicação Social da Marinha (GARRIGA, 2021).

Apesar de as organizações identificadas atuarem nas mais diversas atividades para responder adequadamente ao problema, a análise revelou a falta de integração entre os diversos setores que atuaram na resposta no nível operacional. Certamente as organizações se comunicam oficialmente, mas esse caso específico demonstrou a necessidade de mais integração, possivelmente em um centro de operações marítimas, a fim de compartilhar a consciência situacional criando sinergia de esforços, sobretudo contra a desinformação.

As entrevistas também revelaram a percepção dos entrevistados em relação a uma tendência de politização do incidente. Na ocasião, o GAA era frequentemente questionado acerca da lentidão do Governo na resposta, particularmente no acionamento do Plano Nacional de Contingências. No que tange à Marinha tentava-se acusá-la de lentidão e até de negligência (LAGE, 2021; DIAS, 2021).

Como último exemplo, para demonstrar que os reflexos políticos associados ao ambiente informacional extrapolam as fronteiras do país, destaca-se a entrevista concedida à *Deutsche Welle*, emissora internacional da Alemanha, pelo especialista Barbosa, H. (2019), cuja linha investigativa associava as origens do óleo contaminante ao Pré-sal:

Sessenta dias passados (da contaminação nas praias do Nordeste), o que a gente mais escutava dos órgãos governamentais é que as imagens de satélite não tinham capacidade para fazer detecção, que as manchas estavam na subsuperfície. A gente aqui já tinha essa resposta de que era possível[...]

Havia muitas questões que eu, como cidadão, não estava convencido. Já estava preocupado com o encaminhamento que foi dado no auge das queimadas na Amazônia, já que a gente também tinha um projeto de monitoramento. Sobre o petróleo no Nordeste, buscamos uma resposta para acalmar toda essa inquietação da própria sociedade, que acreditava que a gente não tinha ferramenta para encontrar uma resposta. Mas temos! (BARBOSA H., 2019)

Nesse trecho, a narrativa do especialista, apoiada no sentimento de desconfiança em relação ao governo e suas instituições, associa uma suposta tentativa de encobrir os fatos

atinentes ao incidente do óleo às queimadas da Amazônia. Tais aspectos, ainda que totalmente dissociados, foram publicados por aquela emissora alemã, reforçando a tese de que atores extranacionais podem valer-se desses recursos para apoiar seus interesses.

Além dos danos causados ao meio ambiente, ficou comprovada a disseminação de desinformação, que extrapolaram as fronteiras nacionais, e de pressões e medidas políticas relacionadas ao crime ambiental. Ainda que opiniões contrárias sejam extremamente importantes no ambiente democrático e que a sociedade, por meio de seus representantes políticos, deva exigir resposta à altura para os problemas que se apresentam, a desinformação revela-se um problema ainda maior durante as crises, agravando tensões sociais e políticas com reflexos negativos, podendo gerar instabilidade.

Dessa forma, tendo como base a descrição de ameaças híbridas utilizada nesta pesquisa, considerando além da prática do crime ambiental, as ações no ambiente informacional, mais especificamente a desinformação e pressões políticas, as quais atingiram vulnerabilidades da sociedade brasileira, gerando efeitos não lineares, nos campos econômico, político e informacional, então depreende-se que esse episódio pode ser considerado uma ameaça híbrida. Por isso, a sua análise oferece conclusões para a pesquisa.

É possível que o relatório divulgado pela Marinha também sinalize para esse entendimento. Nele conclui-se que o derramamento de óleo no mar ocorreu fora das águas jurisdicionais brasileiras, mas foi trazido para a costa pelas correntes marítimas. O relatório explicita a existência da guerra híbrida como uma realidade das relações internacionais em dias atuais, realizada para prejudicar um país, causando prejuízos socioeconômicos de dimensões incalculáveis (BRASIL, 2020b).

Ressalta-se que, nesse caso, o esforço do Governo brasileiro em identificar o navio responsável pelo crime ambiental. Mas, considerando este caso um exemplo de ameaça híbrida, pode-se ir além nas investigações, a fim de identificar prováveis patrocinadores das agressões. Uma vez que eventualmente o crime tenha sido intencional, que atores se beneficiariam desse ataque ao meio ambiente marítimo brasileiro? A que grupos interessariam os ataques às instituições realizados no ambiente informacional?

O *framework* do MCDC é lacônico no que diz respeito à identificação do agressor híbrido, talvez pela grande dificuldade relacionada à detecção das ameaças, mas percebe-se a necessidade de um esforço maior nessa direção. Mas os questionamentos apresentados são

relevantes para a elaboração de uma resposta completa e para a compreensão dos interesses e motivações das ameaças híbridas.

Por esse motivo, ao compreender as ameaças híbridas como manifestações de uma guerra híbrida prolongada, mais que detectá-las é necessário identificar seus responsáveis e aqueles que delas se beneficiam. Para tanto, a inteligência pode contribuir mapeando as redes de interesses e de favorecidos com os ataques, associando ao o que está em disputa, conforme proposto por Gonçalves (2005) e Naím (2013), analisado no capítulo anterior.

Como revelou a pesquisa, a Marinha atuou na resposta a essas ameaças híbridas nos três campos previstos no modelo de enfrentamento da Guerra Híbrida do MCDC. Na detecção ressaltam-se os esforços desencadeados pelo Comando Naval de Operações Especiais atuando no ambiente informacional, a fim de identificar a desinformação, a guerra cibernética e o 'hacktivismo'. Mas percebeu-se a falta da capacidade institucional de integrar no nível operacional as informações coletadas.

Na dissuasão, a mensagem clara transmitida com credibilidade e capacidade, por meio da mobilização da Esquadra, com fuzileiros navais embarcados, na operação “Amazônia Azul – Mar Limpo é vida”, confirmada por entrevistas do Comandante da Marinha ratificando suas intenções de responder com firmeza (BRASIL, 2020b). Além do mais, o grande esforço de investigação do crime ambiental, buscando identificar e punir os responsáveis, também possui um componente dissuasório.

No campo da resposta, destacam-se as ações de controle de danos, sobretudo ambientais, tão importantes para a construção de resiliência antes os ataques, muito enfatizadas pelo MCDC (2019). Além disso, as ações no ambiente informacional, dando publicidade aos fatos, à medida que iam sendo apurados, além da atuação do Comando Naval de Operações Especiais, que, segundo Laje (2020) produziu spots para o rádio, folhetos informativos à população e vídeos institucionais publicados em redes sociais.

Analogamente, a atuação do GAA é compatível com as propostas do MCDC (2019) de resposta em múltiplos domínios (Militar, Político, Econômico, Civil e Informacional) contra as ameaças híbridas. A multidisciplinaridade representada pelos integrantes desse grupo exemplifica um modelo a ser adotado nesse sentido. Segundo o relatório divulgado, as ações contemplaram medidas para a contenção de danos ambientais, coordenação de atividades científicas ligadas ao incidente, comunicação social e relações institucionais (BRASIL, 2020b).

Além do identificado nesse documento, o MCDC (2019) relaciona outras ações cabíveis, quais sejam: no campo econômico, a imposição de multas e sanções e, no campo civil, a responsabilização e criminalização dos responsáveis. No que diz respeito à desinformação, entretanto, as medidas incluem esforços mais genéricos como a conscientização e educação da sociedade sobre esse tipo de problemas. Também recomenda mais transparência pública.

Em suma, tanto as entrevistas quanto os questionários, discutidos anteriormente, combinados com a análise documental do relatório e de notícias veiculadas, concorrem para a validade dos conceitos presentes na estrutura para o combate à guerra híbrida, apresentada pelo MCDC e sua aplicabilidade por parte da Marinha.

Vale ressaltar que as ações observadas no caso estudado foram reativas, motivadas por um problema que se apresentou. Contudo, a estrutura proposta também prevê a realização de ações preparatórias. Dentre elas, destacam-se a criação de um comitê executivo para guerra híbrida, o mapeamento de vulnerabilidades dos sistemas críticos e o contínuo monitoramento de indicadores. Todo esse esforço demandaria, como dito, uma prévia sensibilização em relação à gravidade do problema.

Um importante aspecto a considerar, mas pouco abordado pelo *framework* estudado, cujo pragmatismo não contempla prioritariamente a dimensão humana, é o fato de a guerra híbrida levar batalha para o campo das percepções e sentimentos. Conforme evidenciado por Korybko (2018), essa forma de conflito procura explorar as emoções humanas, sendo capaz de mobilizar a energia conflitiva das pessoas, além de “contaminar” os grupos sociais com ideias que se comportam como vírus, dada a sua capacidade destrutiva e de se multiplicar.

A análise do caso de desinformação estudada revela que, mesmo diante de todas as evidências apresentadas, muitos ainda alimentavam suspeitas em relação ao que era informado de forma transparente e oficial pelo governo. Pior do que isso, notícias continuavam veiculando a opinião do especialista, mesmo depois de confirmadas as origens do óleo. Esse exemplo demonstra que não bastam medidas pragmáticas, como mais transparência, conscientização e educação da população, propostas pelo MCDC, para combater a desinformação.

Por esse motivo, a abordagem de Korybko (2018), que associa a teoria da complexidade à guerra híbrida aporta um novo olhar para o problema. Para ele, o conteúdo emocional transmitido pelas ideias é fundamental para exacerbar a energia de conflito das pessoas. As relações, crenças e ideologias de uma sociedade também fazem toda a diferença.

Portanto, apesar de reconhecer inúmeras contribuições trazidas com o *framework*, para o enfrentamento do problema, identificam-se limitações que nos motivaram a aprofundar as investigações nesse campo.

4.3 Além da linearidade: agregando a teoria da complexidade à análise

Para compreender a complexidade é necessário, inicialmente, entender a sua contraparte, a linearidade. Segundo Martins (2018), a linearidade está ligada ao uso intensivo da matemática para explicar os fenômenos naturais. Como instrumento da ciência experimental, chegou ao seu ápice com os estudos de Isaac Newton (1645-1727), que formulou as leis da mecânica. Essa corrente de pensamento, percebe o mundo governado por leis universais, mecânico, linear e determinável, sendo Rene Descartes (1596-1650), o pai do racionalismo, seu maior entusiasta, também é, por isso, conhecida como cartesianismo (MARTINS, 2018).

A despeito da inequívoca contribuição do cartesianismo para o mundo como o conhecemos, na tentativa de aplicá-la a todos os fenômenos, a ciência vem descobrindo que nem tudo conforma-se à lógica linear. A experiência de enquadrar problemas não lineares no modelo cartesiano ensejaram o surgimento de respostas estatísticas sujeitas a uma margem de erro elevadas (MARTINS, 2018).

Durante muito tempo, a ciência tentou lutar contra a tendência de aceitar o acaso e a complexidade, procurando de alguma forma encontrar uma lógica linear em problemas e sistemas complexos. O fortalecimento da teoria da complexidade vem do insucesso em tais tentativas. Nesse caso, em vez de isolar seus componentes para estudá-los, a análise volta-se para as interrelações entre seus elementos, na medida que o sistema é compreendido como um todo único e indivisível. Assim, essa teoria não invalida o paradigma cartesiano, mas o reposiciona a seus limites (MARTINS, 2018; ESTRADA, 2009).

Portanto, a compreensão da guerra híbrida a partir da perspectiva da teoria da complexidade permite ampliar o seu entendimento, e, conseqüentemente, a adoção de estratégias para seu enfrentamento de forma holística. Essa conclusão possivelmente foi abraçada por Korybko que é categórico ao afirmar que “uma das correntes de pensamento que mais se aplicam à guerra híbrida é a teoria do caos” (KORYBKO, 2018, p.31).

Se é que a complexidade ou o caos são tão relacionados à guerra híbrida, como podem ser válidas as propostas do MCDC para enfrentamento da guerra híbrida, pautadas no pragmatismo e no cartesianismo de um *framework*, como um guia para o enfrentamento desse problema complexo? Para responder a esse questionamento, Martins (2018) ressalta que mesmo em sistemas complexos, há partes que podem ser analisadas linearmente e outras estatisticamente. Mas o sistema como um todo não é abarcado por uma ou outra perspectivas.

Por isso, em que pese ter validade, possivelmente falte ao modelo do MCDC um *olhar* para a centralidade da dimensão humana e sua relação com a teoria do caos presente na guerra híbrida. Nesse sentido crescem de importância os aspectos intangíveis que permeiam e organizam as suas interações, tais como as ideologias, as lideranças, além de questões envolvendo a dimensão afetiva. Esses aspectos são contemplados pela perspectiva russa, aportada pela obra de Korybko (2018).

Para tanto, a partir da perspectiva da interdisciplinaridade associada à guerra híbrida, a pesquisa aproximou-se da psicologia e da pedagogia para compreender a importância da afetividade nas relações sociais. Na verdade, as reflexões de Han (2018) já demonstraram que a linguagem digital é carregada de afetividade, principalmente por não sofrer mediação e por seu caráter imediato e até irrefletido, por vezes.

Segundo Pinto (2014) o ser humano é compreendido como um ser complexo, uma dualidade cognitivo-afetiva, que combina de forma dinâmica processos intelectuais (cognição) e afetivos. Para Taille *et al.* (2019, p. 72) “a afetividade é comumente interpretada como uma ‘energia’, portanto como algo que impulsiona as ações. Vale dizer que existe algum interesse, algum móvel que motiva a ação”.

Buscando uma definição para o termo, Pinto (2014), considera a afetividade como uma dimensão do psiquismo humano que se refere ao conjunto complexo e dinâmico de emoções e sentimentos. Apesar de relacionados, a emoção é algo de menor duração, mais intenso e sensorial que também envolve reações e agitações fisiológicas. Está, portanto, ligada à forma como reagimos a eventos. Já os sentimentos são estados de longa duração, que englobam uma representação interna do que se sente.

Esse entendimento ajuda a explicar, o que foi constatado pelo *Facebook*, que de as emoções, por serem mais reativas, intensas e de curta duração se espalham por contato por redes (KORYBKO, 2018). Por isso, a guerra híbrida vale-se da afetividade como uma espécie de

combustível que dá força às mensagens e leva as pessoas a agir para gerar os efeitos planejados.

Além disso, o poder de multiplicação de ideias aparentemente falsas pode ser explicado porque o ser humano não julga e avalia as informações que chegam a ele de maneira tão racional como presume-se, mas é fortemente influenciado por questões afetivas. Conforme defendido por Kahneman (2011), nossas avaliações e julgamentos sofrem simplificações ou heurísticas³⁶, chegando a resultados de forma mais rápida e menos elaborada e, portanto, menos dispendiosa de esforços.

A heurística do afeto é um desses processos, que explica que as pessoas tomam decisões e fazem julgamentos consultando as suas emoções. Na verdade, as simpatias e antipatias das pessoas determinam suas crenças e interferem em seus julgamentos (KAHNEMAN, 2011).

Nesse sentido, os trabalhos de Henri Wallon demonstram que a cognição e a afetividade são elementos fundamentais do processo de formação mental da pessoa como indivíduo. Sobretudo, a afetividade ocupa lugar central no processo de formação da pessoa e na aquisição de conhecimento. Ao longo do seu desenvolvimento, a emoção surge como uma resposta biológica, essencial à sobrevivência do indivíduo. À medida que vai amadurecendo, desde sua relação com a genitora, a afetividade vai transformando-se em manifestações cada vez mais sociais (TAILLE *et al.*, 2019).

Por isso, os trabalhos de Wallon foram contrários à perspectiva da compreensão fragmentada do ser humano, sustentando que todas as suas atitudes são permeadas pelo afeto, complementando os aspectos puramente cognitivos e racionais. A combinação de razão e afetividade também aparece nos trabalhos de Piaget, para o qual era necessária a combinação de medo e amor (afetividade) como elementos propulsores do comportamento humano, enquanto a razão estaria a seu serviço, como guia (FERREIRA; ACIOLY-RÉGNIER, 2010).

Segundo Korybko (2018), o conteúdo afetivo das mensagens é capaz de mobilizar a energia de conflito das pessoas, direcionando-a realizar ataques de enxames para quebra da

³⁶ Heurísticas são simplificações adotadas nos processos mentais para tomada de decisão. As heurísticas demonstram uma propensão ou tendência em avaliar e decidir em determinada direção, a partir de atalhos mentais adotados. (KAHNEMAN, 2011)

coesão entre os atores e para destituir o governo. Para ele as convulsões sociais são iniciadas a partir de mensagens implantadas na sociedade, que, depois de apropriadas por alguns indivíduos, essas ideias comportam-se como um vírus para “modificar seu sentimento político”. Com o tempo, causam uma “epidemia política” na sociedade, desestabilizando-a. (KORYBKO, 2018 p.32 e 33).

Trazendo esses conceitos para a análise da resposta à crise do óleo. Identificam-se que medidas adotadas pela Marinha contemplaram, de alguma forma, a dimensão afetiva. Eduardo Dias (2020) destacou a realização de uma campanha junto à população, com visitas às residências das comunidades afetadas pela contaminação por óleo, informando e orientando em caso de sintomas de sintomas de alergia e irritação da pele.

Segundo o Almirante Lage (2020) a Instituição procurou transmitir a mensagem de que a Marinha estava junto da população do Nordeste, apoiando-a nesse momento difícil, disposta a empregar o seu pessoal e meios mais nobres. Tal sentimento de aproximação se contrapôs às ideias de desconfiança fomentadas pelas notícias falsas.

Essa aproximação com a sociedade é fundamental durante crises. Nesse sentido, como forma de se contrapor à desinformação, Coning (2021) descreve a solução adotada por alguns países da Europa no enfrentamento da Pandemia de COVID-19. Para tanto as Organizações da Sociedade Civil (OSC) atuaram como vetores para disseminar as informações, com credibilidade, acerca das medidas sanitárias preventivas e para as campanhas de conscientização. Tal medida se vale do vínculo afetivo que as igrejas, clubes de interesse, associações comunitárias e outras organizações civis possuem em relação aos seus membros.

Comparando essas medidas mais efetivas, interagindo diretamente com a população, com as propostas do MCDC (2019, p.46) de educação e conscientização da sociedade, observa-se uma diferença significativa na abordagem:

O aproveitamento e exploração de divisões sociais e de determinados grupos de interesse por meio de patrocínio estrangeiro e apoio devem ser levadas em consideração. A educação pode aprimorar a consciência situacional acerca da existência e das formas de ameaças híbridas, bem como, tornar mais efetiva as ações demandadas por parte do governo ou de toda a sociedade. Para maximizar a resiliência, a população deve estar consciente de e envolvida no processo de construção da resiliência e medidas preparatórias (tradução do autor).

O texto destaca necessidade de conscientização da sociedade de forma preventiva, o que demandaria um esforço de todo o país. Mas particularizando o problema para a esfera de atuação da Marinha, visualiza-se que a promoção de simpósios e *workshops* sobre o tema seriam as ferramentas para se obter essa conscientização, inicialmente.

Entretanto, tais atividades possuem um público limitado e não permitem à Instituição um diálogo com maior parte dos seus públicos de interesse. Ademais, a batalha pelas percepções travada pela linguagem afetiva das redes não pode ser contraposta apenas com ferramentas e estratégias puramente racionais.

Com efeito, ao analisar o problema da guerra híbrida, da problemática do uso das informações como arma para influenciar nas emoções e motivações, para alterar seus comportamentos e atitudes a sociedade, promovendo desconfiança, tensões sociais, que podem culminar em manifestações violentas, não se pode menosprezar essa questão.

Portanto, em primeiro lugar, as medidas de enfrentamento também precisam ir além das ações pragmáticas e considerar estratégias que contemplem a dimensão afetividade na guerra híbrida.

Em segundo lugar, reconhecer que tudo isso exige um esforço de toda a sociedade para enfrentar esse problema. Afinal, militares não são especialistas em mudanças de comportamento, muito menos em psicologia social ou pedagogia, apesar de poderem colaborar com o esforço de enfrentamento do problema na guerra híbrida nas campanhas de desinformação.

Entretanto, as discussões devem ser aprofundadas nesse sentido, incluindo medidas legais para coibir a desinformação, aspectos éticos envolvendo o uso de inteligência artificial e os seus limites, bem como a capacidade para monitorar e identificar ameaças híbridas à sociedade que empreguem essas ferramentas.

Em terceiro lugar, no que diz respeito à segurança marítima, é necessário reconhecer que a Marinha se encontra numa posição privilegiada para liderar os debates e a promoção de mudanças necessárias contemplando maior capacidade de enfrentamento das ameaças híbridas. Além disso, deve continuar o processo institucional de transformação, que possibilite ter melhores condições de dialogar e afetar a sociedade, fomentando a confiança na Instituição e estimulando a colaboração com as iniciativas e estratégias planejadas para o fortalecimento da segurança marítima.

Em relação às forças armadas, a capacidade de interagir com a sociedade de seu país se dá basicamente por meio das interfaces de comunicação social e de assuntos civis. Constata-se que, enquanto a capacidade comunicação social na Marinha já vem sendo aperfeiçoada nos últimos anos, as capacidades de assuntos civis ainda são incipientes.

Os assuntos civis são um conjunto de atividades institucionais que permeiam o relacionamento do componente militar com a sociedade civil, as autoridades e população local da área de operações. Assim, abarcam duas funções, os assuntos de governo, que respondem pela interface com as diversas autoridades da administração local; e a coordenação civil-militar, que, por sua vez, dividem-se em ações cívico-sociais, cuja finalidade é prestar auxílios e assistência às comunidades, e na coordenação com as organizações da sociedade civil (OSC), organizações não governamentais (ONG) e organizações intergovernamentais. (BRASIL, 2021).

Em que pese a capacidade de assuntos civis não estar formalmente constituída na Marinha, a temática já vem sendo realizada na prática. Cita-se, por exemplo, o programa Forças no Esporte, que atende à jovens em risco social oriundos de comunidades próximas às organizações militares realizadoras. Tal iniciativa além de inegáveis benefícios sociais, proporciona uma ligação afetiva das comunidades beneficiadas com a Instituição.

Ao atender a esses jovens, a experiência tem mostrado que a afeição à Instituição também proporciona um certo efeito dissuasório em relação à prática de atos hostis contra os militares que precisam transitar pelas proximidades das comunidades ou contra a própria organização militar. Sem contar os ganhos a longo prazo para a sociedade, tais iniciativas também ampliam a capacidade que a força possui de interação e diálogo.

Essa experiência pode servir de exemplo para novas iniciativas, desta vez junto à comunidades marítimas, em áreas de interesse. Esse conceito é defendido por especialistas em transformações organizacionais, como Scharmer (2019) que acredita no modelo de organizações 4.0. Tais organizações, além de dialogar, são capazes de se transformar mediante a interação com o público (SCHARMER, 2019).

Não seria esse um resultado extremamente positivo para a Marinha? Apesar de parecer distante da realidade de uma Instituição secular e tão hierarquizada, a resposta a esse questionamento parece positiva. É possível inferir que o diálogo com OSC ou, por exemplo, um canal aberto com a sociedade, no qual os usuários sintam-se parte de uma comunidade de

segurança, por exemplo, seria uma fonte de informações de interesse para a Instituição.

Para tanto, depreende-se que além da capacidade de comunicação social, é necessário desenvolver a capacidade de assuntos civis, no âmbito da Marinha, como forma de ampliar suas interfaces com a sociedade. Conforme revelou a crise do incidente de contaminação por óleo, estudada anteriormente, diversas ações realizadas durante a resposta ao incidente enquadram-se no campo de competências e capacidades ligadas aos assuntos civis.

Com efeito, como já havia sido apontado anteriormente, a abordagem Institucional para enfrentamento das ameaças híbridas pressupõe a capacidade de coordenação interagências, em que a Força atua em conjunto com outros órgãos, organizações civis, incluindo ONG, OSC e empresas como forma de detecção das ameaças, construção de resiliência e coordenações de ações em prol da segurança.

É necessário reconhecer que a coordenação interagências vem se intensificando no Brasil, motivada principalmente pelas operações de garantia da lei e da ordem, nas quais as Forças Armadas, órgão de segurança pública e defesa civil atuaram em conjunto. São exemplos que demonstraram a validade desse modelo, utilizado nos grandes eventos ocorridos, particularmente no Rio de Janeiro, quais sejam os Jogos Mundiais Militares (2011), a Jornada Mundial da Juventude (2013), a Copa do Mundo da Fifa (2014) e as Olimpíadas Rio (2016).

Todas essas mudanças também convidam a uma discussão acerca da formação dos líderes para lidar com essa nova realidade, na qual prevalece o emprego de medidas políticas, econômicas, civis e informacionais. Para conflitos que extrapolam a dimensão física e passam a atuar nas dimensões informacionais e humanas.

Tudo isso, remete-nos a questionar se a formação dos líderes tem em seus currículos disciplinas que possibilitem ampliar a sua sensibilidade em relação a essa nova abordagem. Notadamente as ciências humanas, como a psicologia, a sociologia e pedagogia teriam muito a oferecer na construção dessas novas expertises. Curiosamente, a análise curricular dos Cursos de Estado-Maior para Oficiais Superiores e de Política e Estratégias Marítimas do ano de 2021, demonstra uma variedade disciplinas e saberes que vão além dos militares, ligadas à Política, Economia, Gestão, Direito e Comunicação Social. Mas nenhum deles inclui a oportunidade de um olhar mais atento para o terreno humano e o campo das emoções.

Na verdade, dado o caráter de interdisciplinaridade da Guerra Híbrida, cada vez mais é necessário preparar os líderes para compreenderem a nova realidade, sendo capazes de

associar aos diversos saberes, integrando seus conceitos e conjugando habilidades. Assim, consta-se que a formação dos líderes da Marinha do Brasil já responde em grande parte a esse quesito, mas possuindo lacunas nas disciplinas voltadas para a dimensão humana dos conflitos.

Em suma, os desafios presentes na guerra híbrida requerem respostas compatíveis com a complexidade que se apresenta, em complemento as orientações mais pragmáticas propostas pelo MCDC em seu *framework* de combate à guerra híbrida. Nessa modalidade de guerra, onde as hostilidades foram levadas para a mente das pessoas, além das presentes no ambiente informacional e nas dimensões físicas, a análise demonstrou a necessidade de implementar mudanças organizacionais e na educação continuada de seus líderes.

4.4 Estamos em Guerra?

Finalizando este capítulo, será abordada uma questão relevante para tratamento adequado do problema da guerra híbrida e, conseqüentemente, das ameaças híbridas. Segundo o conceito defendido nesta tese, ameaças híbridas são ataques ocorridos em uma situação abaixo do limiar dos conflitos armados que combinam meios militares não convencionais (forças especiais, operações psicológicas e assuntos civis), pressões políticas, medidas econômicas, *lawfare* e atividades criminosas.

Assim, considerando que essas ameaças utilizam a forma de combater híbrida (hybrid warfare), conforme descrito pelo MCDC (2019), que se aplicam ao contexto de um ambiente internacional multipolar e competitivo, como muitos autores defendem, não seria essa competição um estado crônico que caracterizaria uma guerra híbrida prolongada que envolve uma permanente disputa de poder entre atores do sistema internacional competindo por influência nos diversos rincões do mundo?

Essa percepção de um estado crônico de guerra híbrida, também foi identificado na pesquisa de campo, que revelou um sentimento dos agentes de que, na atualidade, se estaria vivendo uma espécie de guerra da informação e uma espécie de guerra cibernética. Não raro, é observada uma forte polarização política interna, em muitos países ocidentais e vulnerabilidades sociais exploradas.

Assim, vale questionar se o estado de permanente disputa entre atores internos de

um país por poder, combinando o emprego de desinformação, manipulações de processos legais, ataques cibernéticos e atividades criminosas caracterizaria uma guerra híbrida crônica, com as características da guerra irrestrita, discutidas no capítulo dois.

Mais ainda, considerando os interesses convergentes de atores estatais extrarregionais, com os de micropoderes locais, que apoiando-se mutuamente, buscam fortalecer-se mutuamente com mais poder político e econômico, no contexto desse sistema internacional multipolar em transformação; tudo isso não reforçaria a percepção de uma condição de permanente guerra híbrida?

Esta tese não se propõe a responder essa pergunta, mas a demonstrar a sua relevância para o enfrentamento adequado do problema que se apresenta. Segundo Whiter (2016), esse questionamento é central pois permite à sociedade compreender e classificar adequadamente o desafio enfrentado, ao mesmo tempo, preparar-se para responder a ele.

A gravidade dessa situação, conforme demonstrado, também parece ser compreendida por analistas de diversos países da Europa e dos Estados Unidos, o que justificou a criação de organizações internacionais, como o Centro de Excelência Europeu para Combater as Ameaças Híbridas (Hybrid CoE), ocorrida em 2017, e do MCDC, em 2018. Do mesmo modo, reforça a necessidade de o Brasil investir na conscientização da sociedade sobre esse problema, no engajamento de lideranças e no aprofundamento de discussões.

Portanto, a separação entre os conceitos de ameaças híbridas e conflitos armados híbridos empregados nesta tese, em princípio, demonstrou-se bastante pragmática na medida em que ambas são manifestações de uma estratégia de guerra híbrida e alinham-se a termos já consolidados do Direito Internacional Humanitário. Todavia há espaço para muitos questionamentos e discussões nesse campo, que trarão as modificações necessárias nas leis.

Por exemplo, Michele Nel (2019) identifica lacunas nas leis internacionais que não possibilitam classificar todas as ameaças híbridas como um ato de agressão. Para ela, essas leis ficaram defasadas, o que tem beneficiado a alguns estados, enquanto outros estão encontrando maneiras de empregar a força em situações não previstas na Carta da ONU.

O problema de defasagem nas leis também se reflete internamente nos países. No que concerne à desinformação, por exemplo, ainda que este seja um grave problema, os debates internos apresentam questionamentos acerca de quem será a autoridade para certificar o que é de fato verdadeiro, gerando desconfiças em relação à criação de novas formas de censura.

Na crise do óleo, estudada nesta Tese, a Marinha demonstrou que é possível combater a desinformação de outra forma. Contra as notícias falsas, especulativas e opiniões apresentou informações factuais, trazendo ao debate outras instituições, a academia e voluntários. Também demonstrou que à raiva e à desconfiança se contrapõem a afetividade e o diálogo com a sociedade.

Finalmente, a situação apresentada reforça a necessidade de mudanças na abordagem das soluções. Como revela a experiência da primavera árabe, que contém tanto exemplos de ameaças, quanto de conflitos híbridos, soluções pautadas apenas o uso da força para combater um problema tão complexo pode ter consequências catastróficas. Ao analisar os conflitos dez anos após o ocorrido, Simões (2021) reconhece que pouco progresso democrático foi feito. O uso da violência para conter os protestos só acirraram os ânimos, aumentando a instabilidade e alimentando a insatisfação em relação ao governo e às instituições.

Uma das poucas exceções foi o exemplo de Marrocos, que em vez de empregar a violência, buscou o diálogo e medidas interdisciplinares para enfrentar a crise, sobretudo atribuindo a devida importância à dimensão humana presentes nas guerras do século XXI. Simões (2021) destaca a atuação do Rei desse país, Mohammed VI, que permitiu que as pessoas marchassem pacificamente nas ruas, em vez de usar a violência para reprimi-las. Indo além, soube ouvir a população promovendo reformas que, inclusive, passaram a dar direitos iguais às mulheres. Ao final, realizou um plebiscito nacional para a ratificação dessas medidas, que segundo fontes do governo, tiveram aprovação de 98,5% dos eleitores.

Essas deduções ratificam a estrutura analítica proposta pelo MCDC, que começa com a detecção e inclui medidas para a dissuasão e resposta, as quais serão influenciadas diretamente pela compreensão da situação e de medidas interdisciplinares tomadas por toda a sociedade. Mas também ampliar o olhar para os aspectos da afetividade presentes na dimensão humana, pouco explorados pela estrutura proposta pela OTAN.

Particularmente para a Marinha do Brasil, uma instituição multidisciplinar por excelência, as discussões apontam para diversas oportunidades de aprimoramento, sobretudo para ampliar a atuação na dimensão humana, que a permitirão estar mais bem capacitada para enfrentar as ameaças híbridas marítimas.

5 CONCLUSÃO

Esta tese teve como objetivo avaliar a aplicabilidade do *framework* de enfrentamento da guerra híbrida em proveito da segurança marítima, particularmente em face das ameaças híbridas marítimas. Na busca de maior precisão vocabular e clareza conceitual, diferenciando inicialmente os termos guerras e ameaças híbridas, utilizou como base a proposta descritiva de guerra híbrida utilizado pela OTAN, por meio do *Multinational Capability Development Campaign* (MCDC) para o enfrentamento da guerra híbrida.

Após uma robusta revisão de literatura, compreendemos a guerra híbrida como uma nova forma de empregar a violência que combina, de forma criativa e sinérgica, ações militares e medidas ofensivas não militares nos campos político, econômico e civil e informacional contra as vulnerabilidades identificadas numa sociedade, para obter resultados desejados.

Trata-se de uma estratégia persistente e de longa duração que se manifesta no sistema internacional multipolar da atualidade por meio de uma competição violenta entre diversos atores, sejam estatais ou não, podendo eventualmente evoluir para crises ou conflitos armados.

Os estudos sobre esse fenômeno são recentes, o que favorece a existência de muitas controvérsias em torno do tema. No Brasil, acrescenta-se a isto a dificuldade de o termo ‘guerra’ não exprimir as nuances entre as palavras, em inglês, *war* e *warfare* a que corresponde. Por isso, esta tese buscou utilizar palavras, em português, que expressem com mais precisão as ideias associadas, levando em consideração evoluções obtidas em recentes estudos acadêmicos.

Com efeito, as ameaças híbridas foram conceituadas como a combinação de ataques ocorridos fora do contexto de um conflito armado, utilizando dois ou mais meios não tradicionais de violência, tais como pressões políticas, crimes cibernéticos, desinformação, a exploração de vulnerabilidades econômicas, a manipulação de leis, ou mesmo, forças militares não convencionais (forças especiais e operações psicológicas), contra alvos específicos, para degradar seu funcionamento, enfraquecer sua coesão interna ou para desestabiliza-los.

Essas hostilidades visam a obter vantagens políticas ou econômicas no contexto de um ambiente internacional competitivo, ou mesmo durante crises. Empregam, em sua essência, a forma de combater híbrida, de acordo com o modelo conceitual utilizado na pesquisa. Por

isso, consideramos que as ameaças híbridas sejam uma manifestação da guerra híbrida.

Em outras situações, a guerra híbrida apresenta-se na forma de conflitos armados, combinando elementos das guerras convencionais com os das guerras irregulares. Adicionalmente, mesclam outras medidas ofensivas nas expressões de poder políticas, econômicas, sociais e informacionais contra vulnerabilidades identificadas no adversário. Neste tipo de hostilidades, para diferenciá-la do termo guerra híbrida, em que pese ser uma de suas formas de manifestação, propusemos o uso da expressão conflitos armados híbridos.

Portanto, depreende-se que a guerra híbrida é uma nova forma de combater que se manifesta nas formas de ameaças ou de conflitos híbridos. Esse desafio leva os combates para além da dimensão física, pois as hostilidades também passam a ocorrer no ambiente informacional e na mente das pessoas, sem delimitações de fronteiras ou campos de batalhas. Essa compreensão leva-nos a perceber a guerra híbrida como um problema mundial, grave e crônico.

Dada a sensibilidade do tema, foi criado pela União Europeia o Centro de Excelência Europeu para o Enfrentamento da Guerra Híbrida, o *Hybrid CoE*, em 2016. Paralelamente a OTAN desenvolveu a *Multinational Capability Development Campaign* (MCDC) para o enfrentamento da guerra híbrida. A partir daí, muitos progressos estão sendo obtidos, com a ampliação do entendimento de uma nova realidade dos conflitos existentes e maior auxílio aos países no combate ao problema. Por analogia, entendemos que uma solução semelhante poderia ser adotada em âmbito nacional, ou mesmo regional.

Em se tratando do Poder Marítimo, a partir do entendimento de que o poder é um conceito relativo e que representa a possibilidade de um país fazer prevalecer seus interesses, independente das vontades de outros, as ameaças híbridas são empregadas para fragilizar a posição de poder de um estado, sobretudo nas disputas e crises. Para tanto aproveita-se das vulnerabilidades oferecidas por esse ambiente.

Trata-se de uma área que corresponde a três quartos da superfície terrestre, cuja maior parte não está sob a jurisdição de nenhum país. Até nas regiões oceânicas de uso econômico exclusivo dos países costeiros, há dificuldades de os estados se fazerem presentes e garantirem a boa ordem no mar, o que abre espaço para diversas atividades ilegais e adversas.

No Brasil, o episódio do aparecimento de diversas manchas de óleo nas praias do Nordeste, em 2019, que se dispersaram, contaminando centenas de quilômetros, chegando até

os estados do Espírito Santo e Rio de Janeiro, evidenciaram os impactos causados pelas ameaças híbridas. Na ocasião evidenciou-se a multidisciplinaridade necessária ao enfrentamento do problema e a importância de que as Instituições e Agências mobilizadas tenham capacidade de integrar esforços e cooperar na solução dos desafios.

Ademais, esse incidente também destacou, no âmbito interno, que as ameaças híbridas marítimas são um grave problema. Além de preocupação ambientais, as infraestruturas críticas marítimas, tais como portos, plataformas de petróleo e pontos focais, podem se constituir em alvos compensadores para os ataques. Por isso, defendemos a necessidade sensibilizar a sociedade e suas lideranças, a fim de motivar as adaptações necessárias a adoção de soluções para o problema.

Os dados obtidos por meio da pesquisa de campo revelaram a aplicabilidade da estrutura proposta para o enfrentamento à guerra híbrida à realidade brasileira. Mas, igualmente, evidenciaram algumas lacunas, tomando como base as recomendações da OTAN. Em decorrência disso, sugerimos o emprego de algumas medidas, a seguir descritas.

Urge a necessidade de ampliar a capacidade de detecção da ocorrência de ameaças híbridas. Para tal, recomenda-se investir em qualificação de pessoal, sobretudo das lideranças institucionais para que desenvolvam a aptidão para reconhecê-las e combatê-las. Em termos organizacionais, as medidas propostas pressupõem a criação de um centro de fusão de dados, que congregue as informações oriundas de diversos setores e agências, ligados à segurança marítima, sendo capaz de perceber comportamentos anômalos, principalmente nos sistemas críticos.

Nesse sentido, para mapear esses sistemas e estruturas críticas e suas vulnerabilidades, é sugerida a criação de um comitê executivo de combate às ameaças híbridas marítimas, com a participação de diversos órgãos de segurança e empresas responsáveis pela operação das infraestruturas marítimas. Dada as atribuições afetas à Autoridade Marítima, depreende-se que a sua coordenação de tal comitê cabe à Marinha.

Embora o *framework* do MCDC não aponte especificamente para esse ponto, cabe-nos ressaltar que, além de detectar a agressão, é necessário identificar o provável agressor e mapear os eventuais patrocinadores dos ataques. Para tanto, sugere-se relacionar os atores beneficiados pelos ataques e seus interesses e ganhos com os desdobramentos das ações. Tal aspecto possibilitará prosseguir com as demais ações propostas.

Em relação à dissuasão, a pesquisa revelou a necessidade de reforçar a comunicação institucional, voltada para o desencorajamento da prática de atos ilegais no mar. Existe ainda a necessidade da tomada de medidas mais assertivas em relação aos criminosos e infratores, que envolvem a aplicação de multas mais altas, bem como a reformulação de algumas leis e regulamentos. Dar publicidade às ações adotadas, demonstrando claramente, a predisposição do país em combatê-las, é pré-condição para se obter o efeito dissuasório.

A análise do conjunto de ações de resposta do Governo ao crime ambiental de poluição por óleo anteriormente citado, igualmente, revelou a compatibilidade das recomendações da OTAN com o realizado na prática para o enfrentamento do problema. Sobretudo, confirma que as respostas devem contemplar um esforço interdisciplinar, traduzido em ações em diversos domínios. Tal constatação reforça a adoção de soluções que contemplem a sociedade civil e suas organizações e agências, além do emprego das Forças Armadas.

Em que pese a validade da ferramenta analisada, a pesquisa também apontou algumas limitações, pois ela deixa de considerar, com a devida importância, a dimensão humana, sobretudo os aspectos afetivos, explorados por atores híbridos. Ocorre que, ao levar as hostilidades para a mente das pessoas, as emoções passam a ser alvos de ataques.

Partindo da constatação de que os componentes emocionais influenciam na capacidade de avaliação dos indivíduos, o operador híbrido atua por meio de campanhas de mensagens implantadas via redes sociais, manipulando as emoções. Assim, atua para fomentar dissensões sociais, provocar manifestações e insurgências populares, incitando a comportamentos de seu interesse.

Em nossa análise, os dados obtidos corroboram com a perspectiva da Rússia na compreensão do tema, ao que parece, no que tange ao reconhecimento de que a guerra híbrida se apropria da teoria da complexidade e procura entender a lógica que fomenta as interações sociais, identificando, assim, aspectos afetivos que permeiam as interações dos atores sociais, sejam eles indivíduos, grupos ou governo.

Ao reconhecer a necessidade de medidas que contemplem essas questões, a pesquisa constatou que, sozinha, a Força Naval não seria capaz de lidar com um problema de ampla complexidade. Tornam-se necessárias ações interdisciplinares, num esforço que vai além de medidas educativas e das campanhas de conscientização sugeridas na estrutura estudada.

Nesse sentido, foi constatada a necessidade de que haja um aprofundamento das

discussões acerca da formação dos líderes navais. A análise da matriz curricular dos cursos realizados na Escola de Guerra Naval, evidenciou a ausência de disciplinas capazes de sensibilizar os líderes para a dimensão humana dos conflitos. Assim, a tese aponta para a necessidade de inclusão de saberes relacionados à psicologia, à pedagogia e à sociologia na grade de disciplinas dos cursos voltados para a capacitação de futuros líderes navais.

Do ponto de vista organizacional, identificou-se, ainda, a necessidade de ampliar a capacidade de assuntos civis no âmbito da Instituição. Tal aptidão corresponde à interface institucional com a sociedade, fortemente demandada durante a crise desencadeada pelo crime ambiental estudado na pesquisa. Essa capacidade poderá traduzir-se nas iniciativas que incluam as ações comunitárias, relacionamento com as agências e órgão do governo e da sociedade civil, organizações não governamentais e intergovernamentais.

Nesse diapasão, o estabelecimento de programas sociais voltados às comunidades de interesse do poder marítimo também pode contribuir com a segurança marítima. Em virtude de as pessoas serem menos propensas a realizar atos criminosos ou contrários às instituições com que possuem um vínculo afetivo, gerando assim um efeito equivalente à dissuasão.

Dessa forma, o trabalho conclui que o *framework* de combate a guerra híbrida do MCDC é aplicável à segurança marítima. A implementação dos conceitos e medidas por ela recomendadas, incluindo as propostas discutidas nesta Tese, mormente relacionadas à maior capacidade de influência na dimensão humana, respondem à questão central da pesquisa.

Como sugestão de trabalhos futuros, pesquisadores com interesse na área poderiam se debruçar sobre a elaboração de processos que permitissem fechar essa importante lacuna no que diz respeito à perspectiva humana. Assim, poderia contribuir para construção de uma resposta mais holística e resiliente. Como pôde ser observado, durante a crise do derramamento de óleo no litoral do nordeste brasileiro, onde medidas na esfera da afetividade – como o diálogo com a sociedade, acadêmicos e instituições – promoveram melhores soluções para o problema e mitigaram possíveis danos à imagem da Marinha do Brasil.

REFERÊNCIAS

ABNT, Associação Brasileira de Normas Técnicas. *ABNT NBR ISO 31000: Gestão de Riscos - Diretrizes*. NBR ISO 31000. 2ª Ed. Associação Brasileira de Normas Técnicas. Rio de Janeiro, 2018.

ANGLIM, Simon. Azerbaijan's Victory: Initial Thoughts and Observations (and Caveats for the 'Innovative'). *Military Strategy Magazine, Volume 7, Issue 3, summer 2021, pages 10-17*. Disponível em:< <https://www.militarystrategymagazine.com/article/azerbaijans-victory-initial-thoughts-and-observations-and-caveats-for-the-innovative/>>. Acesso em 06/07/2021.

BARBOSA, Alexandre H. B. *A Desinformação como Ferramenta da Guerra Híbrida*. 2020. 219 p. Tese (Curso de Política e Estratégia Marítimas). Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2020.

BARBOSA, Humberto. DW Brasil. 31 out. 2019. Entrevista concedida a Nádia Pontes. Disponível em:< <https://www.dw.com/pt-br/%C3%B3leo-que-contamina-nordeste-pode-vir-de-po%C3%A7o-em-alto-mar-aponta-an%C3%A1lise/a-51063530>>. Acesso em 18/08/2021.

BARDIN, Laurence. *A Análise de Conteúdo*. Trad. Luis Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

BARTLES, Charles K. Para Entender Gerasimov. *Military Review*. Ed. brasileira. Tomo 71 No. 2 mar.-abr. 2016.

BRASIL. Escola Superior de Guerra. *Fundamentos do Poder Nacional*. Rio de Janeiro: Gráfica da Escola Superior de Guerra. 2019, 164 p.

_____. Exército Brasileiro. *EB70-MC-10.251: Assuntos Cíveis*. Brasília: Comando de Operações Terrestres, 2021.

_____. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*, 1988. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988. 292 p.

_____. Marinha do Brasil. Comando de Operações Navais. *COMOPNAVISNT Nº 30-01*. Rio de Janeiro, 2020a.

_____. Marinha do Brasil. Resumo do Relatório Final do Incidente de Poluição por Óleo na Costa Brasileira. Rio de Janeiro: Diretoria-Geral de Navegação, 2020b.

_____. Marinha do Brasil. EMA-305: Doutrina Militar Naval. Estado-Maior da Armada, Brasília-DF, 2017.

_____. _____. *Plano Estratégico da Marinha (PEM 2040)*. Estado-Maior da Armada, Brasília-DF, 2020c.

_____. Ministério da Defesa. *MD31-M-03: Doutrina para o Sistema Militar de Comando e Controle*. 3a ed. Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas. Brasília, DF, 2015.

_____. _____. *MD33-M-12: Operações Interagências*. Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas. Brasília, DF, 2017.

_____. Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa. Encaminhada ao Congresso em 22 de julho 2020. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/pnd_end_congresso.pdf. Acesso em 13/06/2021.

_____. Presidência da República. Decreto n. 7.276 de 25 de agosto de 2010. Aprova a Estrutura Militar de Defesa e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 25 ago. 2010. Disponível em < [Decreto nº 7276 \(planalto.gov.br\)](http://planalto.gov.br) >. Acesso em: 08 mar. 2021.

_____. Presidência da República. *Lei Complementar n. 97* de 9 de junho de 1999. Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas. Brasília: Casa Civil, 1999.

BRASILIANO, Antônio C. R. *Inteligência em riscos* [livro eletrônico]: gestão integrada em riscos corporativos. 2a. ed. São Paulo, Sicurezza, 2018, 14 Kb PDF. Disponível em :<1535144616LIVRO_GRC_INTERNET_AF_240818.pdf (d335luupugsy2.cloudfront.n [Inteligência em riscos \[livro eletrônico\]: gestão integrada em riscos corporativos](https://1535144616LIVRO_GRC_INTERNET_AF_240818.pdf))> Acesso em 22/03/2021.

CLAUSEWITZ, Carl von. *On War* [ibook – livro eletrônico]. Translated by Colonel J.J. Graham. 1874 Vol 1.

CLAUSEWITZ, Carl von. *Da guerra*. Trad. para o inglês por Howard e Paret. Trad. Português do CMG Silva do Valle. 1984. 845 p.

CICV, COMITÊ INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA. *Protocol Additional to the Geneva Conventions of 12 August 1949, and relating to the Protection of Victims of International Armed Conflicts (Protocol I)*. Genebra, 8 Jun. 1977. Disponível em:< <https://ihl-databases.icrc.org/applic/ihl/ihl.nsf/Article.xsp?action=openDocument&documentId=17E741D8E459DE2FC12563CD0051DC6C>>. Acesso em 20/11/2021.

_____. *Como o Direito Internacional Humanitário define “conflitos armados”?* Artigo de Opinião, março de 2008. Disponível em:< <https://www.icrc.org/pt/doc/assets/files/other/rev-definicao-de-conflitos-armados.pdf>>. Acesso em 02/11/2021.

CONING, Cedric de. *Strengthening the resilience and adaptive capacity of societies at risk from hybrid threats*. Hybrid CoE Working Paper 9 Jun. 2021. Disponível em:<

https://www.hybridcoe.fi/wp-content/uploads/2021/05/20210601_Hybrid_CoE_Working_Paper_9_Strengthening_the_resilience_and_adaptive_capacity_of_societies_WEB.pdf>. Acesso em 14/06/2021.

CRESWELL, John W. *Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. 3a ed. Tradução de Magda França Lopes. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CULLEN, Patrick J.; REICHBORN-KJENNERUD, Erik. *Understanding Hybrid Warfare*. In: Norwegian Institute of International Affairs. MCDC Countering Hybrid Warfare Project. Oslo, 2017. Disponível em:

<https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/647776/dar_mcdc_hybrid_warfare.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2021.

CYBERSPACE. In: DICIONARIO Merriam-Webster. Disponível em:<<https://www.merriam-webster.com/dictionary/cyberspace>>. Acesso em 06/08/2021.

DIAS, Claudio Eduardo Silva. Rio de Janeiro, Brasil, 26 jul. 2021. Entrevista concedida a Luigi Company de Oliveira.

DORIA, Pedro. O ataque veio de Moscou. *O Globo*. Rio de Janeiro, 14/05/2021. Opinião, Hackers. Disponível em: < <https://blogs.oglobo.globo.com/opiniao/post/o-ataque-veio-de-moscou.html> >. Acesso em 16/05/2021.

ECO, Umberto. *Como se Faz uma Tese*. 27 ed. rev. e atual. Tradução de Gilson C. Cardoso de Souza. São Paulo: Perspectiva, 2019. 203 p.

EUA, Estados Unidos da América. Headquarters, Department of the Army. *FM 3-05.130: Army Special Operations Forces Unconventional Warfare*. Washington-DC: Department of the Army, 2008. Disponível em:< <https://fas.org/irp/doddir/army/fm3-05-130.pdf>>. Acesso em 23/03/2021.

_____. US Army Special Operations Command. White Paper. *Perceiving Gray Zone Indications*. Fort Bragg: 2016. Disponível em:<<https://www.soc.mil/Files/PerceivingGrayZoneIndicationsWP.pdf>>. Acesso em: 06/06/2021.

_____. Secretary of the Navy. *Advantage at Sea: Prevailing with Integrated All-domain Naval Power*. Dec. 2020.

ESTRADA, Adrian A. Os fundamentos da teoria da complexidade em Edgar Morin. *Akrópolis Umarama*, v. 17, n. 2, p.85-90, abr./jun. 2009 Disponível em:<<https://revistas.unipar.br/index.php/akropolis/article/view/2812/2092>>. Acesso em 14/07/2021.

FARIAS, Michele. Pesquisador da Ufal diz ter localizado mancha que pode explicar origem de petróleo nas praias; Marinha nega relação. *TV Gazeta de Alagoas*. Maceió, 30 out. 2019. Disponível em< <https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2019/10/30/pesquisador-de-al-aponta>

[que-vazamento-de-oleo-pode-ocorrer-abaixo-da-superficie-no-sul-da-bahia.ghtml](#)>. Acesso em 16/07/2021

FERREIRA, Aurino L; ACIOLY-RÉGNIER, Nadja M. Contribuições de Henri Wallon à relação cognição e afetividade na educação. *Educar*, n. 36, p. 21-38, 2010. Curitiba: Editora UFPR.

FLICK, Uwe. *Introdução à Pesquisa Qualitativa*. 3a ed. Tradução de Joice Elias Costa. Porto Alegre: Artmed, 2009. 405 p.

FRIEDE, Reis. Guerra Híbrida. *Revista Militar*. Rio de Janeiro, n. 2601, Out. 2018. Disponível em:< <https://www.revistamilitar.pt/artigo/1356>>. Acesso em 04/11/2021.

GARRIGA, Gustavo Calero. Rio de Janeiro, Brasil, 26 jul. 2021. Entrevista concedida a Luiggi Campany de Oliveira.

GONÇALVES, Reinaldo. *Economia Política Internacional: fundamentos teóricos e as relações internacionais do Brasil*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. 317p.

HAN, Byung-Chul. *No Enxame: perspectivas do digital*. Ed. Digital. Tradução de Lucas Machado. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018. 96 p.

HARARI, Yuval Noah. *21 Lições para o Século 21* (Portuguese Edition). Tradução Paulo Geiger. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2018.

HOFFMAN, Frank G. *Conflict in the 21st Century: The Rise of Hybrid Wars*. Potomac Institute for Policy Studies, Arlington, Virginia, 2007. Disponível em: < https://www.potomacinstitute.org/images/stories/publications/potomac_hybridwar_0108.pdf> . Acesso em 28FEV2021.

_____. *The Contemporary Spectrum of Conflict: Protracted, Gray Zone, Ambiguous, and Hybrid Modes of War*. The Heritage Foundation, Oct. 5, 2015. Disponível em:< https://www.heritage.org/sites/default/files/2019-10/2016_IndexOfUSMilitaryStrength_The%20Contemporary%20Spectrum%20of%20Conflict_Protracted%20Gray%20Zone%20Ambiguous%20and%20Hybrid%20Modes%20of%20War.pdf>. Acesso em 07/06/2018.

_____. Examining Complex Forms of Conflict: Gray Zone and Hybrid Challenges. *PRISM* Volume 7 no. 4. Washington, DC: National Defense University, nov. 8, 2018. Disponível em: <<https://cco.ndu.edu/News/Article/1680696/examining-complex-forms-of-conflict-gray-zone-and-hybrid-challenges/>>Acesso em 07/06/2018.

JOBIM, Claudio M. *A Lógica Fuzzy em Apoio ao Processo de Tomada de Decisão: A prontidão das Forças Armadas e a ameaça terrorista*. 2019. 219 p. Dissertação (Mestrado Profissional em Estudos Marítimos). Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2019.

JOHNSON, David E. *Military Capabilities for Hybrid War: Insights from the Israel Defense Forces in Lebanon and Gaza*. In Santa Monica, CA: RAND Corporation, 2010. Disponível em: < https://www.rand.org/pubs/occasional_papers/OP285.html >. Acesso em: 09/03/2021.

JUDICE, Luciano Ponce C. *A Industrialização da Amazônia Azul e o Paradigma Doutrinário da Defesa de Ativos Marítimos*. Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2018.

KAHNEMAN, Daniel. *Rápido e devagar: Duas formas de pensar*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011. Edição do Kindle.

KORYBKO, Andrew. *Guerras Híbridas: das revoluções coloridas aos Golpes*. Tradução de Thyago Antunes, 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

KOSMOPOULOS, Athanasios. Preventing and responding to hybrid threats: Consolidated Resilience and Holistic Immunity. NMIOTC ANNUAL CONFERENCE. 10TH, 2019, Souda Bay, Greece.

KREMIDAS-COURTNEY, Chris. Countering Hybrid Threats in the Maritime Environment. *The Maritime Executive*. 11 jun. 2018. Disponível em: < <https://maritime-executive.com/editorials/countering-hybrid-threats-in-the-maritime-environment#:~:text=Commercial%20vessels%20and%20ports%20are%20vulnerable%20to%20hybrid,access%20to%20critical%20port%20facilities%2C%20and%20environmental%20damage> >. Acesso em 25/05/2021.

LAGE, Rogério Ramos. Rio de Janeiro, Brasil, 10 ago. 2021. Entrevista concedida a Luiggi Campy de Oliveira.

LIANG, Qiao; XIANGSUI, Wang. *Unrestricted Warfare*. Beijing: PLA Literature and Arts Publishing House, 1999. Disponível em: < <https://www.oodalooop.com/documents/unrestricted.pdf> >. Acesso em 01/07/2021.

LIND, William S.; NIGHTENGALE, Keith; SCHMITT, John F.; SUTTON, Joseph W.; WILSON, Gary I. *The Changing Face of War: Into the Fourth Generation*. Marine Corps Gazette, out. 1989, p. 22-26. Disponível em: < <https://globalguerrillas.typepad.com/lind/the-changing-face-of-war-into-the-fourth-generation.html> >. Acesso em 19/03/2021.

LINDSAY, Jon R. GARTZKE, Erik. *Cross-Domain Deterrence*. New York, NY: Oxford University Press, 2019.

MANIATIS, Dimitrios. Hybrid Threats in the Maritime Domain. NMIOTC ANNUAL CONFERENCE. 10TH, 2019, Souda Bay, Greece.

MARCONI, Marina A; LAKATOS, Eva M. *Fundamentos de Metodologia Científica*. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MARTINS, L. Braga. Fragmentos de uma Sociologia dos Desastres. *Insight Inteligência* (Rio

de Janeiro), v. 83, p.26 a 38, out.-dez. 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). *Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade*. 26ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. 108p.

MCDC, Multinational Capability Development Campaign. Countering Hybrid Warfare (CHW) Project. *Countering Hybrid Warfare*. Oslo: Norwegian Institute of International Affairs, 2019. Disponível em: < <https://www.gov.uk/government/publications/countering-hybrid-warfare-project-understanding-hybrid-warfare>>. Acesso em: 21 fev. 2021.

MONAGHAN, Sean. *Countering Hybrid Warfare: Conceptual Foundations and Implications for Defence Forces*. MCDC Information Note, Mar. 2019. Disponível em:< https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/840513/20190401-MCDC_CHW_Information_note_-_Conceptual_Foundations.pdf>. Acesso em 12/07/2021.

MOSS, Sebastian. *UK think tank warns of threats to submarine cables*. DCD, Dec. 4, 2017. Disponível em: <<https://www.datacenterdynamics.com/en/analysis/uk-think-tank-warns-of-threats-to-submarine-cables/>>. Acesso em 10/06/2021.

NAÍM, Moisés. *O Fim do Poder: nas salas da diretoria ou nos campos de batalha, em Igrejas ou Estados, por que estar no poder não é mais o que costumava ser?* Tradução Luis Reyes Gil. São Paulo: LeYa, 2013

NEL, Michelle. Hybrid Maritime Threats: Is the law at war with Maritime Security? NMIOTC ANNUAL CONFERENCE. 10TH, 2019, Souda Bay, Greece.

PINTO, Fausto E. M. A AFETIVIDADE: algumas poucas ideias sobre o (novo) estudo da emoção e do sentimento no funcionamento psicológico do ser humano. *Psicologia.PT*, 02 ago. 2018. Disponível em: < <https://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0811.pdf>>. Acesso em 18/08/2021.

PONTES, Nádia. Óleo que contamina Nordeste pode vir de poço em alto-mar, aponta análise. *DW Brasil*. 31 out. 2019. Disponível em:< <https://www.dw.com/pt-br/%C3%B3leo-que-contamina-nordeste-pode-vir-de-po%C3%A7o-em-alto-mar-aponta-an%C3%A1lise/a-51063530>>. Acesso em 18/08/2021.

PUTIN, Vladimir. Discurso. 70^a ASSEMBLÉIA GERAL DA ONU. Nova Iorque: 28 ago. 2015. Disponível em:< https://port.pravda.ru/russa/39559-putin_discurso/>. Acesso em 05/08/2021.

REINO UNIDO. Ministry of Defense. *Integrated Operating Concept*. Bristol. 2020. Disponível em:< https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/922969/20200930_-_Introducing_the_Integrated_Operating_Concept.pdf>. Acesso em 14/04/2021.

ROBERTS, James Q. *Maskirovka 2.0: Hybrid Threat, Hybrid Response*. Tampa, FL: JSOU Press, 2015. 24 p.

RODRIGUES, Fernando da Silva. Anexação da Crimeia e a Crise da Ucrânia sob a perspectiva político-estratégica da Rússia. *Análise Estratégica*, Brasília, Ano 6. Nº 1, 106 p., fev. 2021.

SANTOS, Thauan; SOUZA, Dominique M; BESSA, Marcelle. Energy (In)security beyond the oil paradigm: The EU's dependence on "the other" in the case of natural gas. *Revista OIKOS*, Rio de Janeiro, Volume 19, n. 1, p. 89-106. 2020.

SAVOLAINEN, Jukka *et al.* *Hybrid CoE Working Paper 5: Handbook on Maritime Hybrid Threats - Ten Scenarios and legal scans*. Helsinki: Hybrid CoE, 2019. Disponível em:< https://www.hybridcoe.fi/wp-content/uploads/2020/07/NEW_Handbook-on-maritime-threats_RGB.pdf>. Acesso em 30/07/2021.

SEGURANÇA. In DICIONÁRIO on-line Priberam. Def. 3 e 4. Disponível em:< <https://dicionario.priberam.org/>>. Acesso em 13/08/2021.

SHARMER, Otto. *Liderar a Partir do Futuro que Emerge: a evolução do Sistema econômico ego-cêntrico para o eco-cêntrico*. Tradução Cristina Yanagami. Rio de Janeiro: Alta Books, 2019.

SILVA, Kethlyn G W; APPEL, Tiago N. A geopolítica brasileira do petróleo: o papel da Petrobrás na produção de ciência e tecnologia. *Oikos*, Rio de Janeiro, vol. 19, n. 1 2020. Disponível em:< https://inep.org.br/wp-content/uploads/2020/06/oikos-especial_v19-n1-2019_pepi-inep.pdf>. Acesso em 03/05/2021.

SILVEIRA, Daniel. Óleo encontrado nas praias do Nordeste vem de 3 campos da Venezuela, diz Petrobras. *G1 Economia*. Rio de Janeiro, 25 out. 2019. Disponível em:< <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/10/25/petrobras-diz-que-e-praticamente-impossivel-impedir-que-oleo-chegue-as-praias.ghtml>>. Acesso em 19/08/2021.

SIMÕES, Rogério. *O Que foi e Como Terminou a Primavera Árabe?* BBC News Brasil, Londres, 20 fev. 2021. Disponível em:< <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-55379502> >. Acesso em 23/03/2021.

TAILLE, Yves de la; DE OLIVEIRA, Marta Kohl; DANTAS, Heloysa. *Piaget, Vigotski, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão*. [recurso eletrônico]. São Paulo: Summus, 2019.

TILL, Geoffrey. *Sea Power: a guide for the twenty-first Century*. 4th ed. Abington, Oxon; New York, NY: Routledge, 2018.

UNCTAD. *Review of Maritime Transport 2020*. New York, NY: United Nations Publications. Disponível em: < https://unctad.org/system/files/official-document/rmt2020_en.pdf >. Acesso

em 08/04/2020.

UNGA, United Nations General Assembly. Resolution 3314. Definition of Aggression. New York, 2319th plenary meeting, 14 dec. 1974. Disponível em: <<http://hrlibrary.umn.edu/instree/GAres3314.html>>. Acesso em 20/11/2021.

TZU, Sun; PIN, Sun. *A Arte da Guerra*. Ed. Completa. Trad. de Ana Aguiar Cotrim. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

WITHER, James K. *Making Sense of Hybrid Warfare*. Connections, Nova Iorque, v. 15, n. 2, p. 73-87, 2016. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/pdf/26326441.pdf?refreqid=excelsior%3A7d0a8d20d9f17b8158997f0a68b3627c>>. Acesso em 27/06/2021.

ZANELLA, Tiago. *Brasil e a CNUDM: Reflexões sobre alguns de seus ditames*. In: SIMPÓSIO MARINHA DO BRASIL: O MAR E A SOCIEDADE. 2021. Rio de Janeiro: Centro de Estudos e Pesquisas da Escola de Guerra Naval.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Questionário Eletrônico

Este questionário é parte integrante da Tese C-PEM: Ameaças Híbridas e a Segurança Marítima e procura mensurar a percepção dos agentes civis e militares sobre alguns aspectos ligados à detecção e dissuasão de ameaças chamadas de híbridas, considerando principalmente as aptidões para a detecção de ações híbridas e a capacidade de seu enfrentamento. Também aproveita para identificar as percepções que eles têm do conceito de ameaças híbridas e de alguns riscos selecionados.

Para tanto, serão consideradas as ameaças ao poder marítimo de forma isolada. O que se deseja explorar são aspectos ligados à capacidade de detectar a ocorrência dessas ameaças; a comunicação para potenciais contraventores, da possibilidade de sofrerem sanções, tais como multas ou serem responsabilizados criminalmente; a mensagem que a Instituição transmite para a sociedade e potenciais criminosos/demais atores de firmeza, cumprimento das leis e intolerância ao crime.

Este questionário é impessoal. Será preservada a confidencialidade dos participantes.

Qualificação do entrevistado:

Há quantos anos atua como servidor público / militar / área de segurança??

(1) menos de 10 anos (2) 10 a 20 anos (3) 20 a 30 anos (4) mais de 30 anos

Qual categoria de servidor?

() Civil () Militar () Empresa privada na área de segurança

Perguntas Específicas

Primeiramente, escolha e marque um dos crimes/infrações que mais ameaçam o seu setor trabalho. Ou seja, aquele que é sua maior responsabilidade combater.

Por exemplo, um servidor da Secretaria de Aquicultura e Pesca pode selecionar a pesca ilegal ou biopirataria, dependendo de sua percepção.

A) Pesca ilegal não declarada e não regulamentada

- B) Ataques e crimes cibernéticos
- C) Biopirataria (acessos ilegais a conhecimentos de fauna e flora)
- D) Desinformação
- E) Crimes ambientais
- F) Crimes Transnacionais
- G) Terrorismo

As perguntas que se seguem são referentes à resposta anterior. Ou seja, os desafios, infrações ou crimes que mais enfrenta em seu trabalho, serão referenciados simplesmente como AMEAÇA:

I. Qual a sua percepção quanto à frequência com que ocorram a ameaça marcada inicialmente?

- (1) raramente ocorrem
- (2) ocorrem ocasionalmente
- (3) ocorrem moderadamente
- (4) frequentemente

II. Qual a sua percepção da capacidade que seu setor/ trabalho/ agência possui de detectar a ocorrência de uma ameaça?

- (1) detecção improvável (menor que 10% de chance de detecção)
- (2) pouca possibilidade de detecção
- (3) detecção possível
- (4) detecção provável
- (5) será detectada (mais de 90% de chance de detectar)

III. Como o senhor avalia, de maneira geral, a disponibilidade de informações e dados de inteligência que ajudem a identificar a ocorrência de ameaças ou de potenciais infratores?

- (1) insuficientes
- (2) poucas informações
- (3) as informações contribuem para identificar a ocorrência de ameaças e de infratores

APÊNDICE B – Roteiro para Entrevista Semiestruturada

1. PROPÓSITO

Segundo Marconi e Lakatos (2017) o objetivo principal de uma entrevista é obter informações diretamente do entrevistado acerca de determinado problema ou assunto. Particularizando, a entrevista pode contribuir para averiguação dos fatos, assim como, para a determinação das opiniões sobre esses fatos, ou seja, como elas pensam e acreditam que os fatos tenham ocorrido. Essas autoras também assinalaram a possibilidade de as entrevistas auxiliarem na descoberta de motivos e outros fatores conscientes para opiniões, sentimentos, sistemas e condutas.

Além disso, segundo Minayo (1993) a entrevista semiestruturada contém perguntas fechadas e abertas, dando ao entrevistado a possibilidade de discorrer sobre o tema, sem a necessidade de seguir estritamente o roteiro de perguntas formulado pelo pesquisador.

Assim, nesta entrevista semiestruturada serão realizadas algumas perguntas centrais como forma de orientar a investigação, cujo propósito ampliar informações acerca do acidente ambiental ocorrido em 2019, que contaminou as praias do Nordeste brasileiro. Nesta ocasião, buscar-se-á compreender a percepção dos entrevistados acerca dos desdobramentos do acidente, sobretudo no que diz respeito ao ambiente informacional e medidas adotadas pela Marinha do Brasil para a resposta à crise.

Ressalta-se que as respostas não devem conter aspectos sigilosos, em face do caráter ostensivo da Tese, que será disponibilizada para o público em geral.

2. PERGUNTAS

1- Durante a a crise do derramamento de óleo ocorrido no período de 30 de agosto de 2019 a 20 de março de 2020, que afetou 130 municípios brasileiros e onze estados, qual era o cargo ocupado pelo Sr e quais eram as atividades desenvolvidas por esse órgão durante a crise?

2- Durante essa crise, a Marinha protagonizou a coordenação das ações de resposta ao incidente e as apurações para se chegar às suas origens. Além do crime ambiental, na ocasião, o Sr observou alguma outra ação relacionada que também demandava atenção e respostas

constantes por parte da Marinha?

3- Analisando as matérias que foram publicadas em sites da grande mídia e até em blogs menores, constata-se a tentativa de construir várias versões para as possíveis origens do problema. Chama a atenção para o fato de que mesmo após a divulgação dos resultados que comprovaram, análise química, o óleo ser venezuelano, foi divulgada matéria que tentava associar a origem a um vazamento do pré-Sal. Na ocasião, o Sr foi questionado a esse respeito? Foram identificadas ações de desinformação na ocasião?

4- Além das origens do petróleo e circunstâncias em que ocorreu, quais eram os principais questionamentos da imprensa e da sociedade no momento?

5- Na percepção do Sr, as questões envolvendo as percepções da sociedade, o "terreno humano" foram relevantes na crise?

6- Quais ações o Sr considera mais importantes que foram adotadas para a resposta ao crime ambiental e o que foi decisivo, na percepção do Sr, na ocasião?

7- Como a Organização Militar que o Sr comandava atuou para endereçar questões relacionadas à motivação da Força, à desinformação que pode afetar os diversos públicos com que a Marinha se relaciona.

APÊNDICE C – Transcrição de aspectos relevantes da entrevista com o Contra-Almirante Gustavo Calero Garriga, realizada em 26/07/2021.

1- Durante a a crise do derramamento de óleo ocorrido no período de 30 de agosto de 2019 a 20 de março de 2020, que afetou 130 municípios brasileiros e onze estados, qual era o cargo ocupado pelo Sr e quais eram as atividades desenvolvidas por esse órgão durante a crise?

Era o Comandante do Centro Integrado de Segurança Marítima (CISMAR). O CISMAR esteve diretamente envolvido com a resposta da Marinha aos incidentes de vazamento de óleo no mar. Frequentemente, reunia-me com as autoridades navais para discutir as ações integradas de respostas e prestava esclarecimentos à imprensa mantendo a sociedade informada.

Vale ressaltar que a Marinha realizou dois grandes esforços. O primeiro foi focado em debelar o problema por meio da limpeza das áreas afetadas. Para tanto, a Esquadra se deslocou para o Nordeste. Foram cerca de cinco mil militares da Marinha diretamente participando desse esforço, o mesmo número foi disponibilizado pelo Exército, mas não foi totalmente empregado. Além disso, tivemos a participação de voluntários, integrantes do ICM Bio e do IBAMA.

O segundo grande esforço foi de investigação, para identificar as origens do óleo, os responsáveis e circunstâncias. Esse esforço contemplou um tripé, sendo que o primeiro eixo consistiu na análise físico-química do material coletado, coordenada pelo Instituto de Estudos do Mar Almirante Paulo Moreira (IEAPM); o segundo, na análise oceanográfica, sobretudo o estudo das correntes marítimas (coordenada pelo Centro de Hidrografia da Marinha); e o terceiro eixo envolveu a análise do tráfego marítimo, cuja responsabilidade era do CISMAR.

As informações produzidas em cada uma dessas áreas eram confrontadas para identificar de onde veio o óleo, onde ele teria sido lançado ou vazado no mar, que navios poderiam ter relação com o incidente. Independente de ter havido intenção ou não, ou seja, um acidente, o fato constitui-se um crime por não ter sido comunicado, o que minimizaria muito os danos ambientais.

É importante destacar o esforço coordenado pela Diretoria-Geral de Desenvolvimento Tecnológico e Nuclear da Marinha que protagonizou a criação de um comitê

técnico para assuntos ligados à poluição por óleo. Esse comitê aproximou-se da Academia para produzir estudos e concentrar os esforços de pesquisadores individuais para assessorar a Marinha nas investigações, além de dar mais transparência. Esse comitê foi muito importante para avaliar e trazer luz para os levantamentos independentes.

2- Durante essa crise, a Marinha protagonizou a coordenação das ações de resposta ao incidente e as apurações para se chegar às suas origens. Além do crime ambiental, na ocasião, o Sr observou alguma outra ação relacionada que também demandava atenção e respostas constantes por parte da Marinha?

Não me lembro. Na verdade, o Centro de Comunicação Social da Marinha e o CoNavOpEsp trabalhavam com o ambiente informacional. Mas era comum, na ocasião diversos pesquisadores independentes realizando pesquisas. Alguns somaram esforços no Comitê Técnico de Poluição por Óleo, outros preferiam ir direto à imprensa apresentar suas versões.

3- Analisando as matérias que foram publicadas em sites da grande mídia e até em blogs menores, constata-se a tentativa de construir várias versões para as possíveis origens do problema. Chama a atenção para o fato de que mesmo após a divulgação dos resultados que comprovaram, análise química, o óleo ser venezuelano, foi divulgada matéria que tentava associar a origem a um vazamento do Pré-sal. Na ocasião, o Sr foi questionado a esse respeito? Foram identificadas ações de desinformação na ocasião?

O fato é que a análise físico-química descartou qualquer relação com o óleo do Pré-sal. Além disso, o óleo do pré-sal é leve, fica acima da superfície, o que seria detectado por imagens satélites e sobrevoos de aeronave, o que não ocorreu.

O óleo que causou o problema era pesado, sendo levado pelas correntes marítimas até a costa, só se tornando visível próximo à arrebentação ou em arrecifes e corais.

4- Além das origens do petróleo e circunstâncias em que ocorreu, quais eram os principais questionamentos da imprensa e da sociedade no momento?

Os questionamentos eram de todo o tipo, alguns revelando um grande desconhecimento em relação às peculiaridades do mar, das imensas distâncias envolvidas, das velocidades e dinâmicas no mar, que são totalmente diferentes do que ocorre em terra. Enfim, evidenciou-se a falta de mentalidade marítima, por parte de nossa sociedade. Por exemplo, há um desconhecimento por parte da sociedade que cerca de 10% do tráfego marítimo mundial passa pela área de responsabilidade de busca e salvamento do Brasil. As pessoas também não entendiam como seria possível um vazamento a uma distância enorme da costa vir parar nas nossas praias. Um desconhecimento das correntes marítimas.

5- Na percepção do Sr, as questões envolvendo as percepções da sociedade, o "terreno humano" foram relevantes na crise?

Essa temática era da responsabilidade do CoNavOpEsp.

6- Quais ações o Sr considera mais importantes que foram adotadas para a resposta ao crime ambiental e o que foi decisivo, na percepção do Sr, na ocasião?

A criação do citado comitê, com a participação da academia dando mais respaldo científico. Além de constantemente a Marinha transmitir as informações para a sociedade.

A ideia de que a Marinha do Brasil é ao mesmo tempo responsável pela Defesa, Segurança Marítima, Corpo de Fuzileiros Navais, Centro de Hidrografia, com questões cartográficas, fomenta a ciência e a pesquisa, enfim é uma Instituição com múltiplas atribuições as quais foram todas conjugadas para combater esse incidente.

APÊNDICE D - Transcrição de aspectos relevantes da entrevista com o Contra-Almirante (FN) Claudio Eduardo Silva Dias, realizada em 26/07/2021.

1- Durante a a crise do derramamento de óleo ocorrido no período de 30 de agosto de 2019 a 20 de março de 2020, que afetou 130 municípios brasileiros e onze estados, qual era o cargo ocupado pelo Sr e quais eram as atividades desenvolvidas por esse órgão durante a crise?

Na ocasião fui designado para compor o GAA.

2- Durante essa crise, a Marinha protagonizou a coordenação das ações de resposta ao incidente e as apurações para se chegar às suas origens. Além do crime ambiental, na ocasião, o Sr observou alguma outra ação relacionada que também demandava atenção e respostas constantes por parte da Marinha?

Sem dúvida, o GAA recebia constantes ligações questionando o por quê de o Ministério do Meio Ambiente não ter ativado um Gabinete de Crise, por que não havia sido ativado o Plano Nacional de Contingência (PNC), se houve demora na ativação do PNC, perguntas com evidente cunho político. Ressalta-se que o GAA foi ativado no dia seguinte à publicação da primeira matéria na imprensa sobre as manchas de óleo que apareceram nas praias do Nordeste.

4- Além das origens do petróleo e circunstâncias em que ocorreu, quais eram os principais questionamentos da imprensa e da sociedade no momento?

Esse tipo de questionamento, procurando politizar o incidente a todo o momento. Tentando associar a ideia de que o Governo demorou a responder, demora na apuração, etc.

5- Na percepção do Sr, as questões envolvendo as percepções da sociedade, o "terreno humano" foram relevantes na crise?

Sim, o CoNavOpEsp, unidade da qual atualmente sou o Comandante a atuou bastante nesse sentido avaliando “hacktivismo” em redes sociais e combatendo a desinformação.

Também destaco o excelente relacionamento com os órgãos civis, voluntários,

peçoal do ICM Bio e IBAMA, além da PETROBRAS, que demonstraram grande profissionalismo e integração.

6- Quais ações o Sr considera mais importantes que foram adotadas para a resposta ao crime ambiental e o que foi decisivo, na percepção do Sr, na ocasião?

Acredito que foi importante a campanha de sensibilização junto à comunidade afetada onde eram distribuídos folhetos informativos, o pessoal visitava as casas informando e orientando a procurar ajuda em caso de sintomas de alergia e irritação da pele, possivelmente causadas pelo óleo. Além de contribuir com a realização de um senso dos contaminados.

7- Como a Organização Militar que o Sr comandava atuou para endereçar questões relacionadas à motivação da Força, à desinformação que pode afetar os diversos públicos com que a Marinha se relaciona.

A preocupação com o público interno é prioritária. Na verdade há dois aspectos, o primeiro é a resiliência e o segundo é motivacional. Nós empregamos mergulhadores de combate para despoluir corais, trata-se de um recurso nobre usado para esse fim que também é nobre e poderia causar ainda mais danos ao meio ambiente, mas isso precisa ser trabalhado. Da mesma maneira, o pessoal atuando na descontaminação de praias e manguezais.

APÊNDICE E – Transcrição de aspectos mais relevantes da entrevista com o Contra-Almirante (FN) Rogério Ramos Lage, realizada em 10/08/2021.

1- Durante a a crise do derramamento de óleo ocorrido no período de 30 de agosto de 2019 a 20 de março de 2020, que afetou 130 municípios brasileiros e onze estados, qual era o cargo ocupado pelo Sr e quais eram as atividades desenvolvidas por esse órgão durante a crise?

Durante a crise do derramamento de óleo, ocorrida no nordeste em 2019, eu exercia o cargo de Comandante Naval de Operações Especiais, comando que atua nas áreas de Contraposição às Ameaças Híbridas, Operações Especiais, Guerra Cibernética e Operações de Informação.

2- Durante essa crise, a Marinha protagonizou a coordenação das ações de resposta ao incidente e as apurações para se chegar às suas origens. Além do crime ambiental, na ocasião, o Sr observou alguma outra ação relacionada que também demandava atenção e respostas constantes por parte da Marinha?

Além do combate ao crime ambiental, incluindo a própria investigação sobre o referido crime, a Marinha atuou particularmente no que se refere as áreas de competência do Comando Naval de Operações Especiais (CoNavOpEsp), na Contraposição às Ameaças Híbridas, em especial relacionadas à Guerra Cibernética, contra atuação de hackers em sites relacionados à MB e nas Operações de Informação, moldando o ambiente informacional a nosso favor, como, por exemplo, “combatendo” a desinformação.

3- Analisando as matérias que foram publicadas em sites da grande mídia e até em blogs menores, constata-se a tentativa de construir várias versões para as possíveis origens do problema. Chama a atenção para o fato de que mesmo após a divulgação dos resultados que comprovaram, análise química, o óleo ser venezuelano, foi divulgada matéria que tentava associar a origem a um vazamento do Pré-sal. Na ocasião, o Sr foi questionado a esse respeito? Foram identificadas ações de desinformação na ocasião?

Como já enunciado na formulação da pergunta, mesmo após a divulgação do

resultado da investigação, ainda que parcial, houve especulações com relação a origem do óleo, caracterizando ações de desinformação durante a crise.

4- Além das origens do petróleo e circunstâncias em que ocorreu, quais eram os principais questionamentos da imprensa e da sociedade no momento?

Todo o relacionamento com a imprensa naquele momento foi concentrado no Centro de Comunicação Social da Marinha (CCSM) e no Gabinete de Crise formado para gerenciamento do desastre.

5- Na percepção do Sr, as questões envolvendo as percepções da sociedade, o "terreno humano" foram relevantes na crise?

Sabemos que o terreno humano sempre será relevante em qualquer crise. Assim sendo, é muito importante que tenhamos uma correta coordenação das capacidades relacionadas à informação dentro da guerra informacional, moldando o ambiente informacional a nosso favor.

6- Quais ações o Sr considera mais importantes que foram adotadas para a resposta ao crime ambiental e o que foi decisivo, na percepção do Sr, na ocasião?

As ações adotadas pela MB em resposta ao crime ambiental foram caracterizadas pela firmeza e serenidade, como orientado pelo nosso Comandante da Marinha, destacando-se, mais uma vez, a ação no ambiente de informações para que a sociedade tivesse a percepção correta daquilo que estávamos vivendo e das ações desenvolvidas pela Marinha, em contraposição às ameaça híbridas e em resposta ao crime ambiental.

6a – Quais ideias forças foram trabalhadas e quais operações de informação ou técnicas foram empregadas pelo CoNavOpEsp?

Em relação às ideias-força, existiam duas que eram muito destacadas pelo Comandante da Marinha: serenidade e firmeza.

Igualmente trabalhamos a ideia de que a Marinha estava lá no NE para apoiar a população em um momento difícil, utilizando seus meios mais nobres. Em relação a algumas OpInfo realizadas: spot rádio, folhetos informativos e motivacionais, memes, mensagens de

WhatsApp, publicação em redes sociais, vídeos institucionais sobre a operação, dentre outras.

7- Como a Organização Militar que o Sr comandava atuou para endereçar questões relacionadas à motivação da Força, à desinformação que pode afetar os diversos públicos com que a Marinha se relaciona.

Ainda que o CoNavOpEsp tenha atuado diretamente na retirada de óleo das praias e manguezais, por meio de ações de mergulhadores, e com destacamento de Guerra Cibernética, na proteção de sites de interesse da Marinha, o foco principal deste Comando foi nas Operações de Informação, desenvolvendo ações no ambiente informacional, coordenando e direcionando as narrativas para o atingirmos o efeito desejado naquele ambiente.

Com relação à desinformação, houve várias notícias acusando a Marinha de negligência e retardo na reação que não eram verdadeiras, podendo, assim, caracterizar-se como tal.